

stone

Stone Instituição de Pagamentos S.A.

CNPJ/MF nº 16.501.555/0001-57

Relatório da administração

Senhores Acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras consolidadas da Stone Instituição de Pagamento S.A. ("Grupo" ou "Companhia") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024. **Mensagem da Administração:** O Grupo Stone IP possui como foco o atendimento a micro, pequenos e médios lojistas ("MPME") no Brasil, ofertando serviços financeiros que os ajudem a crescer e vender mais. Em 2025, o Grupo apresentou um sólido resultado, pautado pelo equilíbrio estratégico entre crescimento e rentabilidade. O TPV (total payment volume), o qual inclui transações realizadas por cartões e PIX QR Code, atingiu R\$560,9 bilhões no ano, um crescimento de 8,7% contra o ano anterior. Desse montante, o segmento core (MPME) foi responsável por um crescimento de 11,0% no mesmo período,

consolidando a Companhia como uma das líderes do segmento, com 4,7 milhões de MPMEs ativos em Adquirência. Nos últimos anos, o foco do Grupo tem sido a expansão para além dos serviços de aquisição, consolidando-se como a parceira do lojista em diversas frentes de serviços financeiros. Nesse sentido, a Companhia passou a ofertar soluções de banking e crédito, com forte foco em engajar o cliente e oferecer soluções que facilitem sua gestão financeira através de bundles de produtos de que ele precisa. O número de clientes com contas digitais ativas atingiu 3,7 milhões, um crescimento de 20,8% versus o ano anterior. Ainda, o Grupo alcançou R\$11,1 bilhões em depósitos de clientes, um crescimento expressivo de 27,4% versus o ano anterior. Em relação à oferta de crédito, o Grupo continua focado em ofertar diferentes soluções, focadas principalmente em capital de giro para os pequenos

e médios lojistas. O portfólio de crédito cresceu 2,3x em 2025, atingindo R\$2,8 bilhões. Esse forte crescimento foi acompanhado de um rígido controle na qualidade do portfólio, o que nos permite continuar crescendo com confiança à medida que ajudamos nossos clientes com suas necessidades de capital. Acreditamos estarmos bem posicionados para continuar crescendo e gerando valor para nossos clientes e acionistas através das nossas diferentes soluções financeiras e serviços de ponta. Nos mantemos comprometidos em ajudar nossos lojistas com as diversas necessidades que possuem, ajudando-os a melhor gerirem seus negócios e venderem mais.

A Administração.

Balanco Patrimonial Consolidado - Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Milhares de Reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante		50.677.786	44.496.337
Caixa e equivalentes de caixa	4.2	4.640.712	5.044.390
Aplicações financeiras	5.3	70.930	42.467
Depósitos no Banco Central do Brasil	5.7	2.075.747	8.805.882
Contas a receber de emissores	5.4.1.1	40.834.986	28.804.757
Operações de crédito	5.6.1	2.008.436	891.718
Contas a receber de clientes	5.5.1	148.956	150.449
Instrumentos financeiros derivativos	5.9	88	105.250
Impostos a recuperar	7.1	580.289	343.757
Outros ativos	6.1	317.642	307.667
Ativo não circulante		3.738.377	3.191.929
Contas a receber de emissores	5.4	146.776	116.245
Operações de crédito	5.6.1	438.380	171.401
Contas a receber de clientes	5.5.1	21.871	17.626
Instrumentos financeiros derivativos	5.9	10.618	13.325
Ativos fiscais diferidos	8.3	1.061.512	776.490
Outros ativos	6.1	129.515	73.650
Imobilizado	9	1.667.698	1.675.294
Intangível	10	262.007	287.898
Total do ativo		54.416.163	47.688.266

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante		37.471.742	32.149.445
Depósitos	5.8.1	11.902.962	9.164.937
Contas a pagar a estabelecimentos	5.8.2	18.081.971	17.759.419
Depósitos institucionais e títulos de dívida	5.8.3	5.390.187	2.646.730
Outros instrumentos de dívida	5.8.4	19.727	828.238
Fornecedores	5.8.5	810.138	576.890
Instrumentos financeiros derivativos	5.9	1.755	-
Salários e encargos sociais	19.4	277.899	256.017
Obrigações fiscais	19.4	99.946	124.272
Dividendos a pagar	12	5.317	5.317
Outros passivos	12	881.840	787.625
Passivo não circulante		14.950.298	13.022.870
Contas a pagar a estabelecimentos	5.8.2	72.383	50.674
Depósitos institucionais e títulos de dívida	5.8.3	5.082.075	6.134.454
Outros instrumentos de dívida	5.8.4	9.276.364	6.211.752
Instrumentos financeiros derivativos	5.9	146.727	281.177
Salários e encargos sociais	19.4	62.693	28.866
Passivos fiscais diferidos	8.3	59.287	135.785
Provisão para contingências	11.3	161.868	108.005
Outros passivos	12	88.901	72.157
Patrimônio líquido		13.1	1.389.445
Capital social	13.1	1.389.445	1.389.445
Reserva de capital	13.2.1	556.203	472.774
Reserva legal	13.2.2	102.927	73.179
Reservas de lucros	13.2.3	637.348	1.011.093
Outros resultados abrangentes	13.4	(692.009)	(430.572)
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		1.993.914	2.515.919
Participações de não controladores		209	32
Patrimônio líquido total		1.994.123	2.515.951
Total do passivo e patrimônio líquido		54.416.163	47.688.266

Demonstração do Resultado Consolidado
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Milhares de Reais)

	Nota	Exercício findo em 31/12/2025	Exercício findo em 31/12/2024
Receita líquida de serviços de transações de pagamento e outros serviços	14.1.1.1	2.452.728	3.050.630
Receita líquida de aluguel de equipamentos	14.1.1.2	462.926	414.240
Rendas financeiras	14.1.2	9.886.627	7.483.070
Outras rendas financeiras	14.1.3	733.507	595.713
Total de receitas		13.535.788	11.407.653
Custo dos serviços	16	(3.758.732)	(2.933.398)
Despesas administrativas	16	(580.180)	(574.588)
Despesas com vendas	16	(2.040.527)	(1.756.670)
Despesas financeiras, líquidas	15	(6.579.513)	(5.286.303)
Outras receitas (despesas), líquidas	16	(252.617)	(330.298)
Total de despesas		(13.211.569)	(10.881.257)
Lucros antes dos impostos		324.219	526.396
Imposto de renda e contribuição social correntes	8.2	(150.173)	(105.599)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	191.040	(14.503)
Lucro líquido do exercício		365.086	406.294
Atribuível à própria instituição		365.075	406.287
Atribuível a não controladores		11	7

Demonstração do Resultado Abrangente Consolidado
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Milhares de Reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício		365.086	406.294
Outros resultados abrangentes		(261.437)	(89.542)
Itens que serão reclassificados para o resultado:			
Varição no contas a receber de credenciadores a valor justo por meio do resultado abrangente		(502.503)	(117.096)
Efeito tributário sobre item acima		195.651	39.812
Ganho (perda) não realizado de hedge de fluxo de caixa		70.586	(18.573)
Efeito tributário sobre item acima		(25.171)	6.315
Resultado abrangente do exercício		103.649	316.752

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Consolidado - Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		1.069.445	282.343	68.604	759.181	(341.030)	-	1.838.543	25
Transações com não controladores		-	-	-	-	-	-	320.000	-
Aumento de capital		320.000	-	-	-	-	-	-	-
Pagamento baseado em ações	13.2.1	-	190.431	-	-	-	-	-	-
Varição no contas a receber de credenciadores a valor justo por meio do resultado abrangente, líquida de impostos		-	-	-	-	(77.284)	(77.284)	-	(77.284)
Ganho (perda) não realizado de hedge de fluxo de caixa, líquida de impostos		-	-	-	-	(12.258)	(12.258)	-	(12.258)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	406.287	406.287	7	406.294
Destinação do lucro líquido do exercício:									
Reserva legal	13.2.2	-	4.575	-	-	(4.575)	-	-	-
Dividendos e Juros sobre capital próprio	13.3	-	-	(149.800)	-	-	(149.800)	-	(149.800)
Reserva de lucros	13.2.3	-	-	401.712	-	(401.712)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		1.389.445	472.774	73.179	1.011.093	(430.572)	-	32	2.515.951
Transações com não controladores		-	-	-	-	-	-	166	166
Pagamento baseado em ações	13.2.1	-	83.429	-	-	-	-	-	83.429
Varição no contas a receber de credenciadores a valor justo por meio do resultado abrangente, líquida de impostos		-	-	-	-	(306.852)	(306.852)	-	(306.852)
Ganho (perda) não realizado de hedge de fluxo de caixa, líquida de impostos		-	-	-	-	45.415	45.415	-	45.415
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	365.075	365.075	11	365.086
Reserva legal	13.2.2	-	29.748	-	-	(29.748)	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	13.3	-	-	(492.000)	-	-	(706.000)	-	(706.000)
Reserva de lucros	13.2.3	-	-	121.327	-	(121.327)	-	-	-
Outros		-	-	(3.072)	-	(3.072)	-	-	(3.072)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		1.389.445	556.203	102.927	637.348	(692.009)	-	209	1.994.123

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras Consolidadas - Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Milhares de Reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL
A Stone Instituição de Pagamento S.A. ("Companhia" ou "Stone IP"), com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Rebouças, nº 2880, 4º andar, sala 3, CEP 05402-500, foi constituída em 01 de junho de 2012. A Companhia tem como atividade principal a prestação de serviços voltados ao mercado de pagamentos, incluindo o credenciamento de estabelecimentos comerciais, bem como a instalação, operação e manutenção de terminais destinados à captura, ao processamento e à liquidação financeira de transações realizadas com cartões e PIX. A Companhia também atua no segmento financeiro e de investimentos, através de uma conta digital oferecida exclusivamente aos varejistas brasileiros, e no segmento de crédito e financiamento. Tal posicionamento é feito por meio da antecipação de recebíveis (pré-pagamento), exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, além de ofertas de soluções de capital de giro, limite na conta e cartão de crédito. O portfólio de serviços abrange ainda a atuação como representante na distribuição de seguros vinculados às suas operações, sempre em conformidade com a legislação e a regulamentação aplicáveis. A Stone IP obteve, em 3 de julho de 2017, autorização para atuar como instituição de pagamento em funcionamento na modalidade credenciadora, concedida pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), e em 24 de abril de 2019 recebeu autorização para atuar como emissora de moeda eletrônica. Em decorrência da obtenção dessa autorização, a Companhia passou a adotar procedimentos aplicáveis às instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro ("SPB"), inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com critérios determinados pelo BACEN. A Companhia e demais entidades do Consolidado IFRS (coletivamente, o "Grupo") estão envolvidas principalmente no fornecimento de soluções de tecnologia financeira para clientes e parceiros integrados para conduzir o comércio eletrônico de forma transparente em todos os canais de pontos de venda, online e móveis, o que inclui a integração a plataformas de tecnologia baseadas em nuvem, oferecendo serviços para aceitação de diversas formas de pagamentos eletrônicos, automação de processos de negócios nas soluções de ponto de venda e capital de giro. As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo foram aprovadas para emissão pela Administração em 26 de março de 2026.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS (PREPARADAS DE ACORDO COM O IAS 1)

2.1 Base de apresentação: As Demonstrações Financeiras Consolidadas foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As demonstrações consolidadas compreendem os balanços patrimoniais, as demonstrações de resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido, bem como as notas explicativas. **2.2 Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais ("R\$"), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação do Grupo. Todos os valores estão arredondados para o milhar mais próximo (R\$ 000), exceto quando indicado de outra forma. **2.3 Questões relacionadas ao clima:** O Grupo reconhece a presença e a importância do risco climático e busca integrá-lo como parte dos demais riscos gerenciados. Pela natureza de suas atividades, o Grupo é afetado principalmente por riscos físicos e de transição de forma indireta, como resultado dos efeitos desses riscos sobre seus clientes. Nesse contexto, o Grupo tem o objetivo de desenvolver suas capacidades de identificação, avaliação, mensuração, monitoramento, reporte e mitigação dos efeitos potenciais resultantes de riscos sociais, ambientais e climáticos associados aos seus produtos, serviços, atividades e processos priorizados, com base nos princípios de relevância e proporcionalidade. A visão atual do Grupo é de que seu modelo de negócios e seus principais produtos não devem sofrer um impacto significativo com a transição para uma economia de baixo carbono. As questões relacionadas ao clima, no entanto, podem aumentar a incerteza em determinadas estimativas e premissas que sustentam alguns itens nas demonstrações financeiras. Embora os riscos relacionados ao clima possam não ter um impacto significativo na mensuração atualmente, o Grupo está monitorando de perto as mudanças e desenvolvimentos relevantes, tais como novas legislações relacionadas ao clima. Os ativos financeiros podem ser impactados indiretamente por questões relacionadas ao clima, principalmente a carteira de crédito. Os fluxos de caixa de clientes cujos negócios são afetados por riscos de transição, eventos climáticos extremos e outros riscos climáticos físicos podem ser impactados. No entanto, esse risco é mitigado pela base diversificada e ampla de clientes que operam em diversos setores e em diferentes regiões geográficas do Brasil, além do prazo de vencimento relativamente curto dos empréstimos.

Eventos climáticos extremos podem afetar de forma mais significativa cidades ou áreas geográficas específicas.

3 DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis são apresentadas nas notas explicativas correspondentes ao longo das demonstrações financeiras consolidadas. As políticas contábeis gerais, não relacionadas a notas específicas, são apresentadas a seguir: **3.1 Base de Consolidação e Investimentos:** As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da controladora e de suas controladas. O controle é obtido quando o Grupo: • Tem poder sobre a investida (ou seja, direitos existentes que lhe dão a capacidade atual de dirigir as atividades relevantes da investida); • Está exposto, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e • Tem a capacidade de usar seu poder para afetar seus retornos. Geralmente, há uma presunção de que a maioria dos direitos de voto resulta em controle. Para fundamentar essa presunção e quando o Grupo possui menos da maioria dos direitos de voto ou direitos similares de uma investida, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias relevantes ao avaliar se tem poder sobre uma investida, incluindo: • Os acordos contratuais com outros detentores de votos da investida; • Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e • Os direitos de voto e direitos de voto potenciais do Grupo. A consolidação de uma controlada inicia-se quando o Grupo obtém o controle sobre a controlada e cessa quando o Grupo perde o controle da mesma. Ativos, passivos, receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o ano são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtém o controle até a data em que o Grupo deixa de controlar a entidade. Quando necessário, são feitos ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas e fluxos de caixa intragrupo relacionados a transações entre membros do Grupo são eliminados integralmente na consolidação. **3.1.1 Consolidação de entidades estruturadas (Fundos de Investimento):** Geralmente, o controle de uma investida é determinado pelos direitos de voto ou similares. Em alguns casos, esses direitos não são o fator decisivo. Uma entidade projetada de forma que os direitos de voto não sejam o fator dominante para decidir quem a controla é denominada entidade estruturada. Com base nos termos contratuais, o Grupo identificou que certos investimentos em fundos atendem à definição de entidade estruturada conforme o IFRS 12 - Divulgação de Participações em Outras Entidades. Os regulamentos dessas entidades estruturadas foram estabelecidos em sua constituição para conceder autoridade significativa de tomada de decisão sobre essas entidades ao Grupo. Como detentor único ou majoritário das cotas subordinadas, o Grupo tem direito ao valor residual total das entidades, se houver, e, portanto, possui os direitos aos seus retornos variáveis. De acordo com o IFRS 10, o controle existe quando existe poder sobre a investida, exposição a retornos variáveis e capacidade de usar o poder para afetar esses retornos, assim o Grupo concluiu que controla as entidades estruturadas listadas abaixo, sendo elas consolidadas nas demonstrações financeiras. As cotas detidas por terceiros (seniores, mezanino ou juniores), quando aplicáveis, satisfazem a definição de passivo financeiro do IAS 32.16, sendo apresentadas no balanço patrimonial consolidado na rubrica de "Outros instrumentos de dívida".

3.1.2 Composição do Grupo

Nome da empresa	Principais atividades	31/12/2025	31/12/2024
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Stone SCD")	Instituição financeira	100,00	100,00
Stone Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Stone SCFI")	Instituição financeira	99,99	99,99
Stone Cartões Instituição de Pagamento S.A. ("Stone Cartões")	Serviços de benefícios	99,99	99,99
Stone Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a) ("Stone DTVM")	Distribuidora de títulos e valores mobiliários	99,99	-
MNLT S.A. ("MNLT")	Serviços de aquisição	100,00	100,00
Pagar.me S.A. ("Pagar.me")	Serviços de aquisição	99,99	99,99
Stone Pay Meios de Pagamento Ltda. (b) ("Stone Pay")	Consultoria em tecnologia da informação	100,00	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidado

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Milhares de Reais)

	Nota	Exercício findo em 31/12/2025	Exercício findo em 31/12/2024
Lucro líquido do exercício		365.086	406.294
Ajustes ao lucro líquido:		4.993.014	3.918.123
Depreciação e amortização	9/10	735.785	641.883
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	(191.040)	14.503
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas		4.038.103	2.230.294
Provisão para contingências	11.3	107.641	63.628
Despesa com pagamentos baseados em ações		164.001	215.733
Provisão para perdas de crédito esperadas	5.4.1.2 / 5.5.2 / 5.6.1	118.800	207.261
Resultado na alienação de ativos imobilizados	17.2.5	(9.248)	785.041
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros ao VJR	17.2.1	250.694	(429.903)
Ajuste a valor justo de derivativos		(221.722)	189.683
Variáveis nos ativos e passivos		(5.044.135)	(10.089.842)
Contas a receber de emissores		(10.507.949)	(2.558.340)
Contas a receber de partes relacionadas		50.493	31.784
Impostos a recuperar		(227.843)	(62.219)
Contas a receber, soluções bancárias e outros ativos		9.833.7	

... continuação				
Stone Instituição de Pagamentos S.A.				
Linhas de Apresentação no Balanço Patrimonial	Descrição da Atividade Relacionada	Base de Mensuração	Classificação no Resultado	
Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações Financeiras	Gestão de liquidez do negócio	Caixa e Equivalentes de Caixa – Custo Amortizado Aplicações Financeiras – VJR (a)	Receita de juros – Outras rendas financeiras Ganhos ou perdas de valor justo – Outras rendas financeiras Ganhos ou Perda com Câmbio – Despesas Financeiras, Líquidas	
Depósitos no Banco Central do Brasil	Depósitos compulsórios regulatórios (BACEN)	Depósitos compulsórios regulatórios (BACEN) – Custo Amortizado Títulos Públicos – VJR	Receita de Juros – Rendas Financeiras Ganhos ou perdas de valor justo – Rendas Financeiras	
Contas a receber de emissores	Corresponde aos valores a receber de emissores de cartões por transações processadas pelo negócio de aquisição. Os saldos não rendem juros. Os recebíveis são regularmente vendidos antes do vencimento como parte da estratégia de captação.	VJORA (b)	Ganhos ou perdas de valor justo – Outros resultados abrangentes Custo de captação na venda de recebíveis – Despesas Financeiras, Líquidas Ganhos ou Perda com Câmbio em transações realizadas com moedas estrangeiras – Despesas Financeiras, Líquidas	
Contas a receber de clientes	Corresponde aos valores devidos por clientes do negócio de aquisição por serviços de assinatura e aluguel de equipamentos.	Custo Amortizado	Provisão de perda de crédito esperada – Custo dos Serviços Juros e multas por atraso de pagamento – Outras Rendas Financeiras	
Operações de Crédito	Corresponde ao crédito (empréstimos de capital de giro e saldos devedores de cartão) concedido a clientes.	Custo Amortizado	Receita de juros – Rendas Financeira Provisão de perda de crédito esperada – Custos dos Serviços Variações cambiais sobre saldos de cartão de crédito em moeda estrangeira – Despesas Financeiras, Líquidas	
Instrumentos financeiros derivativos	Corresponde a derivativos contratados para gerir os riscos financeiros (principalmente taxa de juros e câmbio) inerentes aos negócios de aquisição e relacionados à estrutura de captação.	VJR	Ganhos ou perdas de valor justo – Despesas financeiras líquidas, exceto para hedge de fluxo de caixa. Parcela ineficaz da variação do valor justo – Despesas Financeiras, Líquidas Parcela eficaz da variação do valor justo após reclassificação do ORA – Despesas Financeiras, Líquidas	

(a) VJR: Valor Justo por meio do Resultado. (b) VJORA: Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes. 5.1.1.2 Reconhecimento inicial e mensuração: Ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo mensura seus instrumentos financeiros pelo preço da transação ou ao seu valor justo, os custos de transação são atribuíveis individualmente à operação e deduzidos eventuais valores recebidos na aquisição ou originação dos ativos são acrescidos (exceto para os mensurados ao valor justo por meio do resultado "VJR"). 5.1.1.3 Mensuração subsequente: Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias, conforme descrito a seguir: 5.1.1.3.1 Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida) Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente utilizando o método da taxa de juros efetiva ("TJE") e estão sujeitos a perda por redução ao valor recuperável (impairment). Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou sofre impairment. Os ativos financeiros ao custo amortizado do Grupo incluem Contas a receber de clientes, Carteira de crédito, Contas a receber de partes relacionadas e Outros ativos, uma vez que são mantidos para receber pagamentos de principal e juros e atendem ao teste SPFF. 5.1.1.3.2 Ativos financeiros ao VJORA com reciclagem de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida) Para instrumentos de dívida ao VJORA (Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes), a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de impairment são reconhecidas na demonstração do resultado de forma semelhante aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As demais variações de valor justo são reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes (ORA). No momento da baixa, a variação acumulada do valor justo reconhecida em ORA é reciclada para o resultado. Esta categoria é a mais relevante para o Grupo e corresponde exclusivamente a Contas a receber de credenciadoras de cartão. 5.1.1.3.3 Ativos financeiros ao VJORA sem reciclagem de ganhos e perdas acumulados na baixa (instrumentos de patrimônio) No reconhecimento inicial, o Grupo pode optar irrevogavelmente por designar seus investimentos em instrumentos de patrimônio (ações) como VJORA quando estes atendem à definição de patrimônio líquido da IAS 32 e não são mantidos para negociação. A classificação é determinada instrumento a instrumento. Ganhos e perdas nesses ativos financeiros nunca são reciclados para o resultado, mesmo que o ativo seja vendido ou sofra impairment. Os dividendos são reconhecidos como outras receitas financeiras no resultado quando o direito ao recebimento é estabelecido, exceto quando o Grupo se beneficia de tais recursos como recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que tais ganhos são registrados em ORA. Instrumentos de patrimônio designados ao VJORA não estão sujeitos à avaliação de impairment. O Grupo optou por classificar irrevogavelmente alguns dos investimentos em ações nesta categoria, incluindo em Investimentos de longo prazo. 5.1.1.3.4 Ativos financeiros ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado) Os ativos financeiros ao VJR são apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com as variações líquidas no valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Esta categoria inclui ativos financeiros cujos fluxos de caixa contratuais não atendem a condição SPFF, tais como: (i) títulos; (ii) ativos financeiros de soluções bancárias e (iii) instrumentos financeiros derivativos. 5.1.1.4 Taxa de juros efetiva: Representa a taxa de juros que desconta os fluxos de caixa futuros esperados durante todo o prazo contratual de um instrumento financeiro ao seu respectivo valor presente. A taxa de juros efetiva (TJE) inclui todos os custos de originação do instrumento financeiro, bem como receitas adicionais previstas em contrato. 5.1.1.5 Desreconhecimento (Baixa) Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado do balanço patrimonial consolidado quando: Os direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou O Grupo transferiu seus direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação contratual de pagar os fluxos de caixa recebidos integralmente e sem atraso material a um terceiro sob um acordo de repasse; e (ii) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (iii) o Grupo não transferiu nem

reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo, onde o "controle" é avaliado verificando se o cessionário tem a capacidade prática de transferir o ativo. Quando o Grupo transfere seus direitos contratuais de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, são retidos os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transfere o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na extensão do seu envolvimento contínuo. Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflete os direitos e obrigações que o Grupo reteve. O envolvimento contínuo que assume a forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor mais baixo entre o valor contábil original do ativo e o valor máximo da contraprestação que o Grupo poderia ser obrigado a pagar. A baixa de um ativo financeiro pelo Grupo ocorre principalmente na cessão definitiva de Contas a receber de credenciadoras de cartões a terceiros, sem retenção substancial de riscos e benefícios do ativo financeiro cedido e sem envolvimento contínuo. A diferença entre a contraprestação recebida pelo Grupo pelo ativo financeiro e seu valor contábil é reconhecida em Despesas financeiras, líquidas. 5.1.1.6 Redução ao valor recuperável (Impairment) O Grupo reconhece Provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado ou VJORA. As provisões baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados a uma aproximação da TJE original. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa provenientes da venda de garantias mantidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. Para a carteira de crédito, o Grupo aplica a abordagem geral no cálculo da Provisão para perdas de crédito esperadas, considerando informações de inadimplência, classificação de risco interna e parâmetros de risco (PD – probabilidade de inadimplência, LGD – perda dada a inadimplência e EAD – exposição da inadimplência), resultando em três níveis de estágio. Para todos os outros ativos financeiros sujeitos a Provisão para perdas de crédito esperadas, o Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo. Portanto, o Grupo não monitora mudanças no risco de crédito, mas, em vez disso, reconhece uma provisão baseada na perda esperada ao longo da vida, matriz de provisão e dias de atraso em cada data de reporte. Veja detalhes sobre os procedimentos de estimativas para provisão de perda esperada de crédito na Nota 5.2.1. 5.1.1.7 Baixa do ativo financeiro (Write-Off) A baixa de ativos financeiros (write-off) é realizada em consonância com os critérios de desreconhecimento previstos no IFRS 9 – Instrumentos Financeiros. As operações serão baixadas para prejuízo (contra a provisão constituída) quando estiverem classificadas como estágio 3 e não houver expectativa razoável de sua recuperação. De acordo com estudos internos baseados em histórico de recuperação, o Grupo definiu a baixa para o write-off (período de reconhecimento da não-recuperação do valor) para cada caso de cliente marcado como problemático. 5.1.2 Passivos financeiros: 5.1.2.1 Descrição da estratégia de captação, incluindo os diferentes passivos financeiros da operação: Os diferentes negócios do Grupo exigem captação de recursos (funding), em particular o negócio de aquisição de serviços financeiros, para poder fornecer liquidez aos clientes, principalmente por meio da antecipação das transações processadas pelo Grupo (contas a pagar a estabelecimentos) e outras facilidades de crédito. Diferentes formas de captação são buscadas, algumas das quais compreendem endividamentos apresentados como passivos financeiros no balanço patrimonial. O Grupo também financia suas atividades por meio da venda de contas a receber em uma base totalmente sem direito a regresso, transferindo às contrapartes todos os riscos e benefícios de tais ativos. A fim de facilitar a compreensão das demonstrações financeiras consolidadas e sua relação com o negócio subjacente, os itens de passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial são resumidos pela atividade de negócio que gera tais passivos, demonstrando como são mensurados e onde seus resultados são classificados na demonstração do resultado.

Linhas de Apresentação no Balanço Patrimonial	Descrição da Atividade Relacionada	Base de Mensuração	Classificação no Resultado	
Depósitos	Valores mantidos por clientes bancários em suas contas de pagamento e depósitos a prazo. Geralmente não resultam no reconhecimento de ganhos ou perdas.	Custo Amortizado	Despesas com Juros – Despesas Financeiras, Líquida	
Contas a pagar a estabelecimentos	Valores a pagar a estabelecimentos por transações de aquisição. Os saldos não rendem juros, mas podem ser antecipados com desconto.	Custo Amortizado	Ganho com Pagamento antecipado – Rendas Financeira	
Fornecedores e contas a pagar	Corresponde a pagamentos para arranjos de pagamento (bandeiras) e fornecedores diversos.	Custo Amortizado	Custo de Serviços Despesas Administrativas Despesas com Vendas	
Depósitos institucionais e títulos de dívida	Financiamentos obtidos, depósitos a prazo e títulos de dívida, incluindo cotas de FIDC de entidades consolidadas.	Custo Amortizado	Despesa de juros e Variações cambiais – Despesas Financeiras, Líquidas	
Outros instrumentos de dívida	Financiamentos obtidos de terceiros, arrendamentos (leasing) e outros instrumentos de dívida.	Custo Amortizado	Despesa de juros e Variações cambiais – Despesas Financeiras, Líquidas	
Passivos de instrumentos financeiros derivativos	Derivativos para gerir riscos financeiros (juros e câmbio) inerentes à aquisição e à estrutura de capital.	VJR	Ganho ou perdas por valor justo, exceto se designado como contabilidade de hedge – Despesas Financeiras, Líquidas Parcela ineficaz da variação (Hedge) no valor justo – Despesas financeiras, líquidas Parcela eficaz da variação (Hedge) no valor justo, uma vez reclassificada de ORA – Despesas financeiras, líquidas	

5.1.2.2 Reconhecimento e mensuração inicial: Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo no resultado, custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme o caso. Os passivos financeiros para negociação reconhecidos pela Companhia são os instrumentos financeiros derivativos que são registrados e avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas alterações do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado. 5.1.2.3 Mensuração subsequente: A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: 5.1.2.3.1 Passivos financeiros ao VJR: Os passivos financeiros ao valor justo no resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação ou designados no reconhecimento inicial como ao VJR, conforme abaixo: a) Derivativos que sejam passivos, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado; b) Passivos financeiros gerados em operações que envolvam o empréstimo ou aluguel de ativos financeiros, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado; c) Passivos resultantes de transferência de ativos VJR não qualificados para baixa; d) Garantia financeira: maior provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, e o valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida de acordo com a regulamentação específica; e) Contratos híbridos. Ganhos ou perdas em passivos mantidos para negociação são reconhecidas na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao VJR são classificados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do "IFRS 9 – Instrumentos Financeiros" forem atendidos. 5.1.2.3.2 Passivos financeiros ao custo amortizado: Os passivos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente utilizando o método da TJE (Taxa de Juros Efetiva). Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como por meio do processo de amortização pela TJE. O custo amortizado é calculado considerando qualquer desconto ou prêmio na aquisição, além de taxas ou custos que sejam parte integrante da TJE. A amortização pela TJE é classificada como "Despesas financeiras, líquidas" na demonstração do resultado. Esta categoria inclui Contas a pagar a clientes e todos os outros passivos financeiros, exceto instrumentos financeiros derivativos. As Contas a pagar a clientes representam valores devidos a clientes credenciados relacionados a transações de cartões de crédito e débito, líquidos das taxas de intercâmbio retidas pelas emissoras de cartões e taxas de avaliação (assessment fees) pagas às bandeiras de cartões, bem como as taxas líquidas de desconto do lojista (MDR – merchant discount rate) do Grupo, que são coletadas pelo Grupo na qualidade de agente. 5.1.2.4 Baixa de passivo financeiro: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, cancelada ou expira. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como a baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. 5.1.3 Valor justo de instrumentos financeiros: Valor justo é o valor pelo qual um ativo pode ser vendido, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e interessadas, em condições competitivas e normais de mercado, na data da avaliação. A mensuração dos valores justos de ativos financeiros e passivos financeiros é baseada nos preços de cotações do mercado ou cotações de preços de agentes de mercado para os instrumentos financeiros negociados em mercados ativos. Para os demais instrumentos financeiros, o valor justo é determinado utilizando-se técnicas de avaliação. As técnicas de avaliação incluem técnicas de valor líquido presente, método de fluxos de caixa descontados, comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis no mercado, e modelos de avaliação. O Grupo utiliza modelos de avaliação amplamente reconhecidos para determinar o valor justo de instrumentos financeiros, conforme determinado em política interna ou manual de marcação do Grupo, levando em consideração dados observáveis no mercado. Para instrumentos financeiros mais complexos, o Grupo utiliza modelos exclusivos, que usualmente são desenvolvidos com base em modelos de avaliação reconhecidos no mercado, conforme determinado em política ou manual de marcação. Alguns ou todos os dados inseridos nesses modelos podem não ser observáveis no mercado, e são derivados de preços ou taxas de mercado ou são estimados com base em premissas. Os ajustes de avaliação são registrados para levar em conta, considerando principalmente, os riscos dos modelos, as diferenças entre o valor contábil e o valor presente atualizado, os riscos de liquidez, bem como outros fatores. Na opinião da Administração, tais ajustes de avaliação são necessários e apropriados para a correta demonstração do valor justo dos instrumentos financeiros registrados no balanço. Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir: Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Nível 2: Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Nível 3: Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). 5.1.4

continua...

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

4.1 Políticas contábeis: Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e aplicações interfinanceiras de liquidez, que são investimentos de curto prazo e alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e com prazo de vencimento, na data da aquisição, igual ou inferior a 90 dias.

4.2 Saldos

	31/12/2025	31/12/2024
Disponibilidades – em moeda nacional	4.631.479	5.010.749
Disponibilidades – em moeda estrangeira	9.233	33.641
	4.640.712	5.044.390

5 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

5.1 Políticas contábeis: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. 5.1.1 Ativos financeiros: 5.1.1.1 Descrição dos diferentes ativos financeiros: O Grupo detém ativos financeiros em todos os seus negócios devido à natureza de suas atividades. Para facilitar a compreensão, os itens são apresentados pela atividade que os gerou, sua forma de mensuração e classificação no resultado.

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 01/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação

Compensação de instrumentos financeiros: Ativos financeiros e passivos financeiros são compensados, e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial consolidado, apenas se houver um direito legal atualmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em uma base líquida, para realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Grupo não possui instrumentos financeiros que atendam às condições para reconhecimento em base líquida. **5.1.5 Instrumentos financeiros derivativos:** Periodicamente, o Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos como parte de sua estratégia de gestão de risco, conforme definido na Política de Gestão de Risco de Mercado. O objetivo é a proteção (hedge) contra a exposição a flutuações nas taxas de câmbio, taxas de juros e outros fatores de risco que possam impactar suas operações financeiras. Esses instrumentos mitigam os efeitos de flutuações adversas de mercado e preservam a estabilidade financeira do Grupo. Os derivativos são monitorados continuamente para garantir a conformidade com as políticas internas de risco do Grupo e os requisitos regulatórios aplicáveis. Dependendo do instrumento e do risco sendo protegido, as estratégias de derivativos podem ser contabilizadas como hedges econômicos ou designadas para hedge accounting sob as categorias de Hedge Accounting de valor justo ou Hedge Accounting de fluxo de caixa. Os instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo na data em que o contrato de derivativo é firmado e são posteriormente remensurados ao VJR. Os derivativos são mantidos como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo. Certos acordos firmados pelo Grupo para a aquisição de subsidiárias e coligadas incluem opções de compra (call options) para adquirir participações adicionais nas investidas, as quais são classificadas como derivativos embutidos. Cada uma das opções é mensurada ao VJR de acordo com fórmulas pré-determinadas e registrada no balanço patrimonial consolidado como um ativo sob Instrumentos financeiros derivativos (Nota 5.9.1.1). **5.1.5.1 Hedge de fluxo de caixa:** O Grupo utiliza hedge accounting para se proteger contra flutuações futuras de fluxo de caixa decorrentes da exposição a riscos específicos, tais como mudanças em taxas de câmbio ou taxas de juros. O Hedge Accounting de fluxo de caixa é aplicado quando o relacionamento de hedge atende aos critérios exigidos pelas normas de Hedge Accounting, incluindo a documentação adequada quando o hedge é firmado, e desde que o hedge seja considerado altamente eficaz ao longo do tempo na mitigação do risco de flutuações de fluxo de caixa. O Grupo revisa regularmente a eficácia do hedge para garantir que os ganhos ou perdas nos instrumentos de hedge sejam apropriadamente contabilizados. Qualquer ineficácia de hedge identificada é imediatamente reconhecida no resultado do exercício. Dependendo do instrumento e do risco protegido, alguns dos instrumentos financeiros derivativos do Grupo são utilizados como instrumentos de Hedge Accounting de fluxo de caixa. A parcela eficaz dos ganhos ou perdas decorrentes de mudanças no valor justo desses derivativos é geralmente reconhecida no patrimônio líquido, em "Outros resultados abrangentes". A parcela ineficaz é reconhecida na demonstração do resultado, em "Despesas financeiras, líquidas". Para o item protegido classificado como um instrumento financeiro mensurado ao custo amortizado utilizando o método da TJE, o valor acumulado na reserva de hedge de fluxo de caixa é reclassificado para o resultado quando os fluxos de caixa protegidos impactam a demonstração do resultado. O método aplicado pelo Grupo para reclassificar os valores é o seguinte: (i) a parcela de juros acruados do derivativo também é mensurada pelo método da TJE e reconhecida na demonstração do resultado, em "Despesas financeiras, líquidas", acompanhando a apropriação do item protegido; e (ii) os valores restantes relacionados ao valor justo do instrumento de hedge representam um efeito temporal reconhecido em "Outros Resultados Abrangentes" em cada data de reporte, sendo finalmente reconhecidos no resultado no momento da liquidação do instrumento de hedge (Nota 5.9.1.1). **5.1.5.2 Hedge de valor justo:** O Grupo aplica Hedge Accounting de valor justo para se proteger contra mudanças no valor justo de ativos ou passivos decorrentes da exposição a riscos específicos, tais como mudanças em taxas de câmbio ou taxas de juros. De acordo com o IFRS, as mudanças no valor justo tanto do instrumento de hedge quanto do item protegido são reconhecidas diretamente no resultado do período. Isso permite que os ganhos ou perdas no instrumento de hedge compensem, no todo ou em parte, as perdas ou ganhos no item protegido. Para que um hedge de valor justo seja contabilizado desta maneira, o relacionamento de hedge deve atender a critérios específicos, tais como documentação formal do objetivo do hedge e evidência de que o hedge é altamente eficaz em compensar mudanças no valor justo do item protegido ao longo do tempo. Para sua carteira de crédito, o Grupo aplica uma abordagem de valor justo macro, que consiste em restabelecer o índice de cobertura entre o item protegido e os instrumentos de hedge conforme eles mudam ao longo do tempo. Isso ocorre porque o Grupo segue uma estratégia de hedge dinâmica de acordo com suas diretrizes de gestão de risco aprovadas. Para refletir a natureza dinâmica da carteira protegida, o período para o qual o Grupo designa esses hedges é de apenas um mês. Operacionalmente, o Grupo descontinua os relacionamentos de hedge anteriores e designa novos mensalmente. O Grupo realiza testes de eficácia regulares para todos os relacionamentos de hedge usando as abordagens de *dollar offset* ou *critical terms match*, conforme aplicável, para garantir que o relacionamento de hedge permaneça eficaz. Qualquer ineficácia de hedge é imediatamente reconhecida no resultado. **5.1.5.3 Hedge econômico:** O Grupo realiza certas transações de hedge para mitigar riscos financeiros específicos, como flutuações em moedas estrangeiras e taxas de juros. Algumas dessas transações não são formalmente designadas para Hedge Accounting. Embora esses derivativos sejam usados para gerir riscos econômicos, as mudanças em seu valor justo são reconhecidas diretamente no resultado do período sem a aplicação dos tratamentos contábeis específicos do Hedge Accounting. Isso significa que os ganhos e perdas gerados por esses instrumentos são integralmente contabilizados no resultado conforme ocorrem, refletindo as mudanças no valor justo dos derivativos. A decisão de não aplicar o Hedge Accounting a essas transações pode ser devida a considerações como o custo administrativo da documentação formal exigida pelas normas de Hedge Accounting, a natureza dos instrumentos ou a flexibilidade operacional desejada. No entanto, o Grupo continua monitorando esses instrumentos para garantir que seu uso esteja alinhado com a estratégia global de gestão de riscos. **5.2 Julgamentos, estimativas e premissas significativas:** **5.2.1 Mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas:** **5.2.1.1 Operações de crédito:** O Grupo calcula a Provisão para perdas de crédito esperadas para seus empréstimos com base em modelos estatísticos que consideram dados históricos internos e externos, informações de crédito negativas e garantias, entre outras informações que abordam o comportamento de cada devedor. O Grupo calcula sua carteira de crédito em três estágios: • (i) **Estágio 1:** corresponde a empréstimos que não apresentaram aumento significativo no risco de crédito desde a origemação; as provisões para perdas de crédito esperadas são determinadas considerando eventos de probabilidade de inadimplência dentro de uma janela de 12 meses; • (ii) **Estágio 2:** corresponde a empréstimos que apresentaram aumento significativo no risco de crédito após a origemação; as provisões para perdas de crédito esperadas são estimadas considerando eventos de probabilidade de inadimplência ao longo da vida do instrumento financeiro. O Grupo determina o Estágio 2 com base nos seguintes critérios: (a) critério absoluto: ativo financeiro vencido há mais de 30 dias, ou; (b) critério relativo: além do critério absoluto, o Grupo analisa mensalmente a avaliação do risco de cada instrumento financeiro, comparando o score de comportamento atual atribuído a cada cliente com aquele atribuído no momento do reconhecimento do ativo financeiro. O scoring comportamental considera variáveis de comportamento de crédito, como inadimplência em outros produtos e dados de mercado sobre o cliente. Quando o risco de crédito aumenta significativamente desde a origemação, as operações do Estágio 1 são movidas para o Estágio 2. Para o Estágio 2, aplica-se um critério de "cura" quando o ativo financeiro deixa de atender aos critérios de aumento significativo no risco de crédito mencionados acima, e o empréstimo é movido para o Estágio 1. • (iii) **Estágio 3:** corresponde a empréstimos com perda de valor. O Grupo determina o Estágio 3 com base nos seguintes critérios: (a) critério absoluto: ativo financeiro vencido há mais de 90 dias, ou; (b) critério relativo: indicadores de que o ativo financeiro não será pago integralmente sem a ativação de uma garantia ou fiança bancária. A indicação de que uma obrigação não será paga integralmente inclui a tolerância de instrumentos financeiros que impliquem a concessão de vantagens a contraparte após a deterioração da qualidade de crédito desta. O Grupo também assume um critério de cura para o Estágio 3, com relação à capacidade de reembolso da contraparte, como o percentual da dívida total paga ou o prazo limite para liquidar as obrigações da dívida atual. A Administração busca regularmente perspectivas prospectivas (forward-looking) para desenvolvimentos futuros do mercado, incluindo cenários macroeconômicos, bem como o perfil de risco de sua carteira. A Administração pode ajustar a provisão para perdas de crédito esperadas resultante dos modelos acima para melhor refletir essa perspectiva prospectiva. **5.2.1.2 Contas a receber de emissores:** O ambiente macroeconômico onde o Grupo opera é volátil e as credenciadoras de cartões podem ser impactadas negativamente. O monitoramento contínuo deste ambiente é crucial para as decisões sobre a provisão e como o Grupo estima sua provisão para perdas de crédito esperadas. O Grupo estima a provisão para perdas de crédito esperadas com base em informações externas e internas disponíveis que consideram a natureza esperada e o nível de risco associado aos recebíveis e as informações sobre os diferentes emissores (incluindo, quando disponível, ratings das principais agências). O Grupo monitora o risco de crédito dos emissores. **5.2.1.3 Contas a receber de clientes:** As taxas de provisão baseiam-se em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que possuem padrões de perda semelhantes (ex: por tipo de produto, tipo de cliente e rating). A provisão é inicialmente baseada nas taxas de inadimplência históricas observadas pelo Grupo. O Grupo calibra para ajustar a experiência histórica de perda de crédito com informações prospectivas todos os anos. As informações sobre as Perdas Esperadas de Crédito são divulgadas na Nota 5.4.1.2. **5.2.2 Mensuração de valor justo de instrumentos financeiros:** Quando os valores justos de ativos financeiros e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não podem ser mensurados com base em preços cotados em mercados ativos, seu valor justo é mensurado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado (FCD). As informações para esses modelos são extraídas de mercados observáveis sempre que possível, mas quando isso não é viável, um grau de julgamento é necessário para estabelecer os valores justos. Os julgamentos incluem considerações de variáveis como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas relacionadas a esses fatores podem afetar o valor justo reportado dos instrumentos financeiros.

5.3 Aplicações financeiras

	31/12/2025	31/12/2024
Títulos públicos – LFT	70.930	42.467
	70.930	42.467

5.4 Contas a receber de clientes: **5.4.1 Contas a receber de emissores:** Referem-se aos recebíveis das transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito e de débito emitidos por instituições financeiras. Nas transações de débito, o Grupo recebe em até dois dias úteis o valor devido aos estabelecimentos comerciais. Nas transações de crédito, o recebimento depende da quantidade de parcelas. Se o recebimento é referente a uma

Stone Instituição de Pagamentos S.A.

transação de crédito à vista, ele ocorre 27 dias corridos após a captura da transação. Se o recebimento é referente a uma transação de crédito parcelado, o recebimento de cada parcela ocorre 27 dias após o seu vencimento. **5.4.1.1 Composição de contas a receber de emissores:** Os valores a receber de bancos emissores de cartões decorrentes das transações realizadas com cartões de crédito e de débito feitas pelos portadores de cartões são classificados conforme demonstrados a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber de emissores de cartões (a)	40.735.213	28.416.339
Contas a receber de outros adquirentes (b)	323.460	565.552
Provisão para perdas de crédito esperadas de contas a receber	(76.912)	(60.888)
	40.981.762	28.921.002
Circulante	40.834.986	28.804.757
Não circulante	146.776	116.245

(a) Contas a receber de emissores de cartões, líquidas das taxas de intercâmbio, como resultado do processamento de transações com clientes. (b) Contas a receber de outras adquirentes relacionadas a transações de PSP (Provedor de Serviços de Pagamento). **5.4.1.2 Provisão para perdas de crédito esperadas de contas a receber**

	2025	2024
Saldo inicial	(60.888)	(55.619)
Adição	(74.159)	(60.830)
Reversão	58.135	55.561
Saldo final	(76.912)	(60.888)

5.4.2 Contas a receber e obrigações vinculadas a cessão: De acordo com o IFRS 9, no registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificados na categoria operações com retenção substancial dos riscos e benefícios, a instituição cedente deve manter o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência, na sua totalidade, registrado no ativo. Os valores recebidos na operação devem ser registrados no ativo tendo como contrapartida passivo referente à obrigação assumida; e as receitas e as despesas devem ser apropriadas de forma segregada na demonstração do resultado do exercício pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente. **5.5 Contas a receber de clientes:** **5.5.1 Composição de contas a receber de clientes:** Contas a receber são valores a receber de clientes, principalmente relacionados a serviços de assinatura e aluguel de equipamentos.

5.6.2 Carteira por vencimento: **5.6.2.1 Total pendente do contrato sempre que os clientes atrasam um pagamento/parcela:**

	31/12/2025			31/12/2024		
	Cartão de Crédito	Empréstimos a clientes	Total	Cartão de Crédito	Empréstimos a clientes	Total
Saldos não vencidos	262.358	2.243.458	2.505.816	108.930	1.006.335	1.115.265
Saldos vencidos						
≤ 15 dias	4.503	52.602	57.105	1.390	17.462	18.852
15 < 30 dias	3.115	25.599	28.714	676	7.054	7.730
31 < 60 dias	3.768	57.930	61.698	865	13.521	14.386
61 < 90 dias	3.162	31.944	35.106	647	7.121	7.768
91 < 180 dias	7.875	58.143	66.018	1.078	17.637	18.715
181 < 360 dias	10.823	70.994	81.817	570	24.345	24.915
Total Bruto	295.604	2.540.670	2.836.274	114.156	1.093.475	1.207.631

5.6.2.2 Carteira por vencimento normal

	31/12/2025			31/12/2024		
	Cartão de Crédito	Empréstimos a clientes	Total	Cartão de Crédito	Empréstimos a clientes	Total
Saldos não vencidos						
≤ 15 dias	72.865	65.394	138.259	30.638	23.083	53.721
15 < 30 dias	53.381	122.648	176.029	20.075	36.917	56.992
31 < 60 dias	47.374	208.168	255.542	19.492	99.015	118.507
61 < 90 dias	29.560	246.118	275.678	12.334	107.068	119.402
91 < 180 dias	42.860	567.252	610.112	19.019	268.770	287.789
181 < 360 dias	25.975	721.953	747.928	10.043	354.807	364.850
361 < 720 dias	1.156	403.906	405.062	6	148.084	148.090
> 720 dias	-	102.000	102.000	-	25.237	25.237
Total Bruto	273.171	2.437.439	2.710.610	111.607	1.062.981	1.174.588

5.6.3 Valor contábil bruto por estágios

	Saldo em 31/12/2024	Aquisição/ (Liquidação)	Transferência p/ Estágio 2	Transferência p/ Estágio 3	Cura do Estágio 2	Cura do Estágio 3	Baixa	31/12/2025
Estágio 1								
Cartão de crédito	103.302	181.262	(42.634)	(1.712)	22.307	1.085	-	263.610
Empréstimos a clientes	993.720	1.538.068	(388.598)	(39.999)	140.539	10.241	-	2.523.971
Total	1.097.022	1.719.330	(431.232)	(41.711)	162.846	11.326	-	2.517.581
Estágio 2								
Cartão de crédito	8.709	4.114	(22.723)	(22.307)	42.634	522	-	10.949
Empréstimos a clientes	42.472	(22.265)	(172.560)	(140.539)	388.598	7.184	-	102.890
Total	51.181	(18.151)	(195.283)	(162.846)	431.232	7.706	-	113.839
Estágio 3								
Cartão de crédito	2.146	(643)	(1.085)	(522)	1.712	22.723	(3.286)	21.045
Empréstimos a clientes	57.285	(4.750)	(10.241)	(7.184)	39.999	172.560	(63.860)	183.809
Total	59.431	(5.393)	(11.326)	(7.706)	41.711	195.283	(67.146)	204.854
Consolidado								
Cartão de crédito	114.157	184.733	(3.286)	(295.604)	22.307	1.085	-	10.949
Empréstimos a clientes	1.093.477	1.511.053	(63.860)	(2.540.670)	388.598	7.184	-	102.890
Total	1.207.634	1.695.786	(67.146)	(2.836.274)	431.232	7.706	-	1.174.588

5.6.4 Perda de crédito esperada por estágios

	Saldo em 01/01/2024	Transferência p/ Estágio 2	Transferência p/ Estágio 3	Cura do Estágio 2	Cura do Estágio 3	(Aquisição)/ (Liquidação)	Baixa	31/12/2025
Estágio 1								
Cartão de crédito	(7.805)	22.094	1.337	(4.707)	(296)	(34.200)	-	(23.577)
Empréstimos a clientes	(68.949)	194.834	27.814	(28.605)	(1.292)	(251.172)	-	(127.370)
Total	(76.754)	216.928	29.151	(33.312)	(1.588)	(285.372)	-	(150.947)
Estágio 2								
Cartão de crédito	(3.870)	16.336	4.707	(22.094)	(272)	(635)	-	(5.828)
Empréstimos a clientes	(19.587)	124.000	28.605	(194.834)	(3.587)	(13.055)	-	(52.348)
Total	(23.457)	140.336	33.312	(216.928)	(3.859)	12.420	-	(58.176)
Estágio 3								
Cartão de crédito	(1.584)	296	272	(1.337)	(16.336)	(3.893)	3.286	(19.296)
Empréstimos a clientes	(42.717)	1.292	3.587	(27.814)	(124.000)	(35.471)	63.860	(161.263)
Total	(44.301)	1.588	3.859	(29.151)	(140.336)	(39.364)	67.146	(180.559)
Consolidado								
Cartão de crédito	(13.259)	(38.728)	3.286	(48.701)	22.307	1.085	-	10.949
Empréstimos a clientes	(131.253)	(273.588)	63.860	(340.981)	388.598	7.184	-	102.890
Total	(144.512)	(312.316)	67.146	(389.682)	431.232	7.706	-	1.174.588

5.3 Aplicações financeiras

	31/12/2025	31/12/2024
Títulos públicos – LFT	70.930	42.467
	70.930	42.467

5.4 Contas a receber de clientes: **5.4.1 Contas a receber de emissores:** Referem-se aos recebíveis das transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito e de débito emitidos por instituições financeiras. Nas transações de débito, o Grupo recebe em até dois dias úteis o valor devido aos estabelecimentos comerciais. Nas transações de crédito, o recebimento depende da quantidade de parcelas. Se o recebimento é referente a uma

	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber de aluguel de equipamentos	134.252	111.535
Contas a receber de serviços de assinatura	5.168	4.583
Chargeback	156.718	93.829
Serviços prestados	11.448	18.696
Outros ativos a receber	29.648	46.275
Provisão para perdas de crédito esperadas	(166.407)	(106.843)
	170.827	168.075
Circulante	148.956	150.449
Não circulante	21.871	17.626

5.5.2 Provisão para perdas de crédito esperadas de contas a receber

	2025	2024
Saldo inicial	(106.843)	(88.456)
Adição	(111.984)	(81.395)
Reversão	1.638	20.984
Ajuste de valor justo – hedge de carteira (a)	50.782	42.024
Saldo final	(166.407)	(106.843)

5.6 Operações de carteira de crédito: **5.6.1 Composição da carteira de crédito**

	31/12/2025	31/12/2024
Cartão de crédito	295.604	114.156
Empréstimo a clientes	2.540.670	1.093.475
Total	2.836.274	1.207.631
Provisão de perda de crédito esperada	(389.682)	(144.512)
Ajuste de valor justo – hedge de carteira (a)	224	-
Total líquido	2.446.816	

Stone Instituição de Pagamentos S.A.									
Estágio 3	Saldo em 01/01/2023	Cura para Estágio 1	Cura para Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Aquisição/(Liquidação)	Baixa	31/12/2024	5.10 Instrumentos financeiros por categoria
Cartão de crédito	-	27	25	(403)	(1.311)	78	-	(1.584)	5.10.1 Ativos financeiros por categoria
Empréstimos a clientes	(840)	165	327	(5.097)	(41.884)	(2.714)	7.326	(42.717)	Amortizado
Total	(840)	192	352	(5.500)	(43.195)	(2.636)	7.326	(44.301)	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes
Consolidado	Saldo em 31/12/2023	Aquisição/(Liquidação)	Baixa	31/12/2024					
Cartão de crédito	(200)	(13.059)	-	(13.259)					
Empréstimos a clientes	(61.861)	(76.718)	7.326	(131.253)					
Total	(62.061)	(89.777)	7.326	(144.512)					

5.7 Depósitos no Banco Central do Brasil: Conforme exigido pela regulamentação do Banco Central do Brasil ("BACEN"), os recursos de clientes depositados em contas de pagamento ("Depósitos de clientes") devem ser totalmente garantidos por títulos públicos e/ou depósitos no BACEN (Conta de Correspondente de Moeda Eletrônica - "CCME"). Em 31 de dezembro de 2025, o montante de Depósitos no Banco Central do Brasil era de R\$ 2.075.747 (31 de dezembro de 2024 R\$ 8.805.882), dos quais R\$ 1.330.760 (31 de dezembro de 2024 - R\$ 8.805.882) são totalmente garantidos por CCME e R\$ 744.987 (31 de dezembro de 2024 - R\$ 0) por depósitos compulsórios.

5.8 Passivos financeiros: 5.8.1 Depósitos de clientes

	31/12/2025	31/12/2024
Depósitos de clientes de varejo	1.552.448	8.734.995
Depósitos de clientes	1.003.967	8.093.810
Depósitos em contas de registro (a)	548.481	641.185
Depósitos a prazo de clientes de varejo ^{(b)(c)}	10.350.514	429.947
	11.902.962	9.164.937

(a) Inclui saldos e valores de transações em trânsito (contas de registro) relativos a operações de subcredenciamento. (b) Desde o primeiro trimestre de 2025, os saldos mantidos em contas de pagamento são elegíveis para investimento automático diário em Depósitos a Prazo emitidos pela Stone SCFI. Além disso, a Stone SCFI também passou a emitir depósitos.

5.8.3 Depósitos institucionais e títulos de dívida: 5.8.3.1 Composição

	Saldo em Taxa de juros anual média %	Data original de emissão mais antiga	Vencimento original	Passivo circulante	Passivo não circulante	31/12/2025
Debentures, notas promissórias financeiras e comercial papers	CDI + 0.59% a CDI + 4.85%	Nov/23	Out/26 a Set/29	2.643.341	3.663.398	6.306.739
Depósitos a prazo	CDI + 0.15 % a 104% CDI	Ago/25	Abril/27 a Nov/27	2.744.803	288.252	3.033.055
Bonds	3.95% USD	Jun/21	Jun/28	2.043	1.130.425	3.173.468
Depósitos institucionais e títulos de dívida				5.390.187	5.082.075	10.472.262

5.8.3.2 Movimentação

	Saldo em 31/12/2024	Captações	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Varição Cambial	Juros incorridos	Saldo em 31/12/2025
Debentures, notas promissórias financeiras e comercial papers ^{(a)(c)}	4.526.482	1.979.046	(676.472)	(346.133)	-	823.816	6.306.739
Depósitos a prazo ^(b)	2.980.245	4.166.927	(4.107.631)	(449.577)	-	443.092	3.033.056
Bonds	1.274.458	-	-	(52.222)	(143.124)	53.355	1.132.467
Depósitos institucionais e títulos de dívida	8.781.184	6.145.973	(4.784.103)	(847.932)	(143.124)	1.320.263	10.472.262

(a) Em 19 de junho de 2024, a subsidiária Stone SCFI concluiu sua primeira emissão de letras financeiras. Após isso, a Stone SCFI iniciou a emissão de letras financeiras privadas. O principal e os juros de todas as emissões são pagos principalmente no vencimento e indexados à taxa CDI. (b) No segundo trimestre de 2024, a Stone SCFI iniciou a emissão de depósitos a prazo, representando a primeira emissão de depósitos remunerados após a autorização concedida pelo BACEN para iniciar as operações no início de 2024. Os certificados são detidos por múltiplas contrapartes e têm vencimentos até novembro de 2027. O principal e os juros deste tipo de emissão são pagos principalmente no vencimento e indexados à taxa CDI. (c) Durante o ano de 2025, o Grupo continuou a executar sua estratégia de gerenciamento de passivos, visando otimizar sua estrutura de capital e reduzir os custos de captação. Como parte dessas iniciativas, o Grupo pré-pagou integralmente seus títulos lastreados em recebíveis pendentes (Certificado de Recebíveis Imobiliários - "CRI") e concluiu uma oferta pública de aquisição (tender offer) na qual aproximadamente 62% das debentures em circulação emitidas pela MNL foram recompradas.

5.8.4 Outros instrumentos de dívida

5.8.4.1 Composição

	Saldo em Taxa de juros anual média %	Data original de emissão mais antiga	Vencimento original	Passivo circulante	Passivo não circulante	31/12/2025
Obrigações perante cotistas de FIDCs fechados	12,75%	Jan/24	Jan/31	-	8.830.288	8.830.288
Empréstimos	CDI 14.90% + 0.75%	Ago/25	Ago/28	310.517	-	310.517
Arrendamento mercantil	105.1% a 151.8% do CDI	Não se aplica	Jan/26 a Dez/33	19.727	135.559	155.286
Outros instrumentos de dívida				19.727	9.296.091	9.296.091

5.8.4.2 Movimentação

	Saldo em 31/12/2024	Captações	Baixas	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Varição Cambial	Ajuste a valor justo	Juros incorridos	Saldo em 31/12/2025
Obrigações perante cotistas de FIDCs fechados ^(a)	6.046.159	150.812	-	-	(285.352)	-	187.208	2.731.461	8.830.288
Empréstimos	796.774	464.444	-	(913.040)	(61.583)	(12.000)	-	35.922	310.517
Arrendamento mercantil	197.057	46.034	(25.078)	(59.450)	(15.558)	(3.277)	-	15.558	155.286
Outros instrumentos de dívida	7.039.990	661.290	(25.078)	(972.490)	(362.493)	(15.277)	187.208	2.782.941	9.296.091

(a) Esta nota abrange todos os FIDCs (Fundos de Investimento em Direitos Creditórios) de prazo determinado, incluindo ACR I e TAPSO. O FIDC ACR I emitiu cotas em troca de uma integralização de R\$ 2.325.984 no primeiro trimestre de 2024. A integralização foi feita por uma sociedade de propósito específico (SPE) financiada por uma linha de crédito rotativa na qual a United States International Development Finance Corporation ("UDFC") investiu US\$ 467,5 milhões, financiando o negócio de pré-pagamento do Grupo por meio deste FIDC. A sociedade de propósito específico firmou derivativos de câmbio com instituições financeiras para converter o recebível denominado em R\$ que detém do FIDC ACR I para US\$. O FIDC ACR I tem um vencimento final de sete anos e paga um cupom semestral a uma taxa fixa de 12,75% em R\$. 5.8.5 Fornecedores: Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de Fornecedores totalizou R\$ 810.138 (R\$ 576.890 em 31 de dezembro de 2024). Esse montante é composto substancialmente por valores a repassar às bandeiras de cartões, no montante de R\$ 601.704 (R\$ 423.528 em 31 de dezembro de 2024) e o restante, no montante de R\$ 208.434, refere-se a outros pagamentos a fornecedores (R\$ 153.362 em 31 de dezembro de 2024).

5.9 Instrumentos financeiros derivativos: 5.9.1 Hedge accounting: 5.9.1.1 Hedge de fluxo de caixa: O Grupo utiliza a contabilidade de hedge para se proteger contra futuras flutuações de fluxo de caixa decorrentes da exposição a riscos específicos, como variações nas taxas de câmbio e nas taxas de juros. A contabilidade de hedge de fluxo de caixa é aplicada quando a relação de hedge atende aos critérios exigidos pelas normas de contabilidade de hedge, incluindo a devida documentação no momento em que o hedge é contratado, desde que seja considerado altamente efetivo, ao longo do tempo, na mitigação do risco de flutuações nos fluxos de caixa. O Grupo revisa regularmente a efetividade dos hedges para garantir que os ganhos ou perdas nos instrumentos de hedge sejam contabilizados de forma apropriada. Qualquer inefetividade identificada no hedge é imediatamente reconhecida no resultado do exercício, em "Resultado com instrumentos financeiros derivativos". Dependendo do instrumento e do risco coberto, alguns dos instrumentos financeiros derivativos são utilizados como instrumentos de hedge de fluxo de caixa. A parcela efetiva dos ganhos ou perdas resultantes das alterações no valor justo desses derivativos é geralmente reconhecida no patrimônio líquido, em "Outros resultados abrangentes". 5.9.1.2 Hedge de valor justo: O Grupo utiliza estratégias de hedge de valor justo para mitigar a exposição a mudanças no valor justo de empréstimos e operações de crédito reconhecidos, decorrentes do risco de taxa de juros. Essas estratégias são implementadas utilizando Swaps de Taxa de Juros e Swaps de Taxas de Juros de Moedas Cruzadas para modificar o perfil da taxa de juros das carteiras, convertendo efetivamente instrumentos de taxa fixa em taxas flutuantes, ou vice-versa, para alinhá-las com as obrigações da estratégia de gestão de risco do Grupo. Divulgações adicionais sobre o tratamento contábil para hedges de valor justo são fornecidas na Nota 5.1.5.2. 5.9.1.3 Hedge econômico: O Grupo realiza determinadas operações de hedge para mitigar riscos financeiros específicos, como flutuações em moedas estrangeiras e taxas de juros. Algumas dessas operações não são formalmente designadas para a contabilidade de hedge. Embora esses derivativos sejam utilizados para gerir riscos econômicos, as mudanças em seu valor justo são reconhecidas diretamente no resultado do exercício, sem a aplicação dos tratamentos contábeis específicos da contabilidade de hedge. Isso significa que os ganhos e perdas gerados por esses instrumentos são integralmente reconhecidos no resultado à medida que ocorrem, refletindo as variações no valor justo dos derivativos. A decisão de não aplicar a contabilidade de hedge a essas operações pode estar relacionada a fatores como o custo administrativo da documentação formal exigida pelas normas de contabilidade de hedge, a natureza dos instrumentos ou a flexibilidade operacional desejada. Ainda assim, o Grupo continua monitorando esses instrumentos para garantir que seu uso esteja alinhado com a estratégia geral de gestão de riscos. 5.9.2 Saldos: O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar suas exposições a riscos de mercado. As contrapartes nestas operações são exclusivamente instituições financeiras de primeira linha, locais e internacionais.

5.10 Instrumentos financeiros por categoria

5.10.1 Ativos financeiros por categoria

	Amortizado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes
31 de dezembro de 2025		
Aplicações financeiras	-	70.930
Depósitos no Banco Central do Brasil	2.075.747	-
Contas a receber de emissores	-	40.981.763
Operações de crédito ^(a)	2.446.816	-
Contas a receber de clientes	170.827	-
Instrumentos financeiros derivativos ^(b)	-	10.706
Outros ativos	447.156	-
Total	5.140.547	81.636
31 de dezembro de 2024		
Aplicações financeiras	-	42.467
Depósitos no Banco Central do Brasil	8.805.882	-
Contas a receber de emissores	-	28.921.002
Operações de crédito	1.063.119	-
Contas a receber de clientes	168.075	-
Instrumentos financeiros derivativos ^(b)	-	178.575
Outros ativos	381.315	-
Total	10.418.391	221.042

(a) Em 31 de dezembro de 2025, uma parcela da carteira de crédito no valor de R\$ 1.413.600 (R\$ 511.800 em 31 de dezembro de 2024) foi designada como objeto de Hedge de valor justo. Consequentemente, o seu valor contábil reflete o ajuste de valor justo referente ao risco designado. (b) Instrumentos financeiros derivativos no valor de R\$ 10.524 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 177.229 em 31 de dezembro de 2024) foram designados como instrumentos de hedge de fluxo de caixa. Portanto, a parcela efetiva do hedge é contabilizada em ORA (Outros Resultados Abrangentes). 5.10.2 Passivos financeiros por categoria

	Amortizado	Valor justo por meio de resultado
31 de dezembro de 2025		
Depósitos	11.902.962	-
Contas a pagar a estabelecimentos	18.154.354	-
Depósitos institucionais e títulos de dívida	10.472.262	-
Outros instrumentos de dívida	7.099.822	2.196.269
Fornecedores	810.138	-
Instrumentos financeiros derivativos ^(a)	-	148.482
Outros passivos	970.740	-
Total	49.410.278	2.344.751
31 de dezembro de 2024		
Depósitos	9.164.937	-
Contas a pagar a estabelecimentos	17.810.094	-
Depósitos institucionais e títulos de dívida	8.781.184	-
Outros instrumentos de dívida	5.051.345	1.988.645
Fornecedores	576.890	-
Instrumentos financeiros derivativos ^(a)	-	281.177
Outros passivos	859.780	-
Total	42.244.230	2.269.822

(a) Instrumentos financeiros derivativos no valor de R\$ 8.088 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 177.229 em 31 de dezembro de 2024) foram designados como instrumentos de hedge de fluxo de caixa. Portanto, a parcela efetiva do hedge é contabilizada em ORA (Outros Resultados Abrangentes). 5.10.3 Instrumentos financeiros por hierarquia de valor justo

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Ativo		
Aplicações financeiras	70.930	42.467
Contas a receber de emissores ^(a)	40.981.763	28.921.002
Instrumentos financeiros derivativos ^(b)	10.706	178.575
Total	41.063.399	29.142.044
Passivo		
Outros instrumentos de dívida	2.196.269	1.988.645
Instrumentos financeiros derivativos ^(b)	148.482	281.177
Total	2.344.751	2.269.822

(a) Para as contas a receber de emissores de cartões mensuradas pelo VJORA, o valor justo é estimado descontando os fluxos de caixa futuros utilizando taxas de mercado para itens similares. (b) O Grupo celebra instrumentos financeiros derivativos com instituições financeiras que possuem classificação de crédito de grau de investimento. Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados utilizando técnicas de avaliação que empregam o uso de dados de entrada observáveis de mercado. Outros instrumentos de dívida, o valor justo é estimado descontando os fluxos de caixa futuros usando taxas contratuais para itens de captação e usando o valor de mercado de passivos de cotas sênior. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não houve transferências entre os níveis de mensuração de valor justo.

5.10.4 Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo: A tabela abaixo apresenta uma comparação por classe entre o valor contábil e o valor justo dos instrumentos financeiros do Grupo, exceto aqueles cujos valores contábeis que não possuem diferença material do valor justo:

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Ativo		
Operações de crédito	2.446.816	2.439.204
Passivo		
Contas a pagar a estabelecimentos	18.154.354	16.774.082
Depósitos institucionais e títulos de dívida	10.472.262	10.251.808
Outros instrumentos de dívida	7.099.822	6.955.128
Total	35.726.438	33.981.018

5.11 Gestão de Capital: A gestão de capital do Grupo é estruturada em dois níveis principais, com o objetivo de equilibrar a eficiência financeira estratégica e a conformidade com as normas regulatórias vigentes: a) Nível Consolidado (StoneCo): Neste nível, os objetivos consistem em salvaguardar a capacidade de continuidade operacional do Grupo para fornecer retornos aos acionistas e benefícios para outras partes interessadas (stakeholders). O Grupo busca manter uma estrutura de capital ideal para reduzir o custo de capital e garantir recursos disponíveis para novas oportunidades. Para gerir essa estrutura, utiliza-se um framework que compara o capital existente com indicadores quantitativos e qualitativos, incluindo liquidez, classificações de risco (credit ratings), e projeções de caixa. Com base nessa análise, a Administração pode realizar ajustes na estrutura de capital através de mecanismos como compra de ações, distribuição de dividendos, emissão de novas ações ou venda de ativos. b) Nível Institucional (Consolidado Stone IP): No âmbito do Consolidado Stone IP, a gestão de capital é orientada especificamente para o cumprimento dos requisitos regulatórios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Os critérios de gestão neste nível visam assegurar que a Instituição mantenha níveis de Patrimônio de Referência (PR) compatíveis com os riscos de suas atividades, conforme as normas de suficiência de capital e gerenciamento de riscos operacionais, de mercado e de crédito exigidas pelo regulador. A Stone IP monitora continuamente seus índices de capital para garantir que a exposição financeira esteja sempre dentro dos limites operacionais e regulatórios permitidos. O caixa líquido ajustado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 era o seguinte:

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	4.640.712	5.044.390
Aplicações financeiras	70.930	42.467
Depósitos no Banco Central do Brasil	2.075.747	8.805.882
Contas a receber de emissores	40.981.762	28.921.002
Instrumentos financeiros derivativos	10.706	178.575
Caixa ajustado	47.779.857	42.992.316
Depósitos	(11.902.962)	(9.164.937)
Contas a pagar a estabelecimentos	(18.154.354)	(17.810.093)
Depósitos institucionais e títulos de dívida	(10.472.262)	(8.781.184)
Outros instrumentos de dívida ^(a)	(9.140.805)	(6.842.933)
Instrumentos financeiros derivativos	(148.482)	(281.177)
Dívida ajustada	(49.818.865)	(42.880.324)
Caixa líquido ajustado^(b)	(2.039.008)	111.992

(a) Outros instrumentos de dívida excluem os efeitos de passivos de arrendamento reconhecidos sob a IFRS 16. (b) O caixa líquido ajustado negativo de 31 de dezembro de 2025 é decorrente das cotas dos fundos consolidados, alocadas em obrigações perante cotistas de FIDCs fechados (nota 5.8.4.2), que compõem o saldo de "Outros instrumentos de dívida". Tal tratamento observa os critérios do IAS 32, que define a classificação desses montantes como passivo financeiro (Nota 3.1.1). O Grupo possui uma equipe dedicada e centralizada de gestão de capital regulatório, que se reporta diretamente ao Chief Risk Officer (Diretor de Riscos), que é o responsável final pela adequação de capital. A estrutura tem o objetivo de garantir a conformidade com a regulamentação atual e com os processos de gestão de capital exigidos regulatoriamente. Adicionalmente, a área possui procedimentos e rotinas para planejar o requisito de adequação de capital considerando riscos atuais e potenciais.

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 01/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação		Stone Instituição de Pagamentos S.A.			
6 OUTROS ATIVOS					
6.1 Saldos					
	31/12/2025	31/12/2024			
Financeiros	82.387	23.438			
Depósitos de segurança	439	11.470			
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 18)	12.049	8.836			
Contas a receber da venda de coligadas e subsidiárias	31.314	-			
Outros ativos financeiros	38.585	3.132			
Não financeiros	364.770	357.879			
Custos diferidos de aquisição de clientes	200.179	213.437			
Despesas antecipadas (a)	113.088	101.864			
Adiantamentos de salário	27.099	22.639			
Mútuos	1.209	1.153			
Depósitos judiciais	15.271	8.300			
Outros ativos não financeiros	7.924	10.486			
Total	447.157	381.317			
Circulante	317.642	307.667			
Não circulante	129.515	73.650			
(a) Despesas antecipadas incluem, entre outros, licenças de software, despesas de marketing e outros serviços e impostos, tais como impostos prediais, seguros e honorários de consultoria. O valor reconhecido como ativo no balanço patrimonial é lançado como despesa na demonstração do resultado à medida que os serviços pré-pagos são consumidos pelo Grupo. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o saldo era composto por Licenças de software, despesas de mídia e outras despesas pré-pagas.					
7 IMPOSTOS A RECUPEARAR					
7.1 Saldo					
	31/12/2025	31/12/2024			
Imposto de renda retido na fonte sobre rendimentos financeiros (a)	101.218	329.333			
Imposto de renda e contribuição social	478.801	11.515			
Contribuições sobre a receita	132	2.796			
Outros impostos	138	113			
	580.289	343.757			
(a) Refere-se a impostos de renda retidos na fonte sobre rendimentos financeiros que serão compensados contra o imposto de renda a pagar futuro.					
8 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
8.1 Políticas contábeis: A provisão para imposto de renda ("IRPJ") é constituída com base nos rendimentos tributáveis pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros excedentes a R\$ 240 no exercício. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") é de 9% sobre o lucro tributável. 8.1.1 Impostos diferidos: O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, bem como sobre os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos, quando aplicável, somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias e prejuízos fiscais possam ser usados. 8.1.2 Lei Complementar nº 224/2025 - Alteração da CSLL: Em 26 de dezembro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 224/2025, que estabelece o aumento escalonado das alíquotas da CSLL. Nos termos dessa lei, a alíquota da CSLL aplicável às Instituições de Pagamento (IP) e as Sociedades de Crédito Direto (SCD) será elevada de 9% para 12%, no período de 1º de abril de 2026 a 31 de dezembro de 2027, e para 15% a partir de 1º de janeiro de 2028. Para as Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento (SCFI) a alíquota de CSLL será elevada de 15% para 17,5% no período de 1º de abril de 2026 a 31 de dezembro de 2027, e para 20% a partir de 1º de janeiro de 2028. Com a promulgação da referida Lei Complementar, o Grupo revisou a mensuração de seus ativos e passivos fiscais diferidos. Os saldos foram remensurados para refletir as novas alíquotas vigentes nos períodos em que se espera a realização das diferenças temporárias. Em 31 de dezembro de 2025, o efeito do ajuste de alíquota sobre o saldo de impostos diferidos totalizou R\$ 50.897 na demonstração do resultado, e R\$ 23.628 em outros resultados abrangentes. 8.2 Reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social					
Lucro antes dos impostos	31/12/2025	31/12/2024			
Alíquotas vigentes (%)	34%	34%			
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(110.234)	(178.975)			
Efeitos do imposto de renda e contribuição social sobre:					
Lucro (prejuízo) de entidades sujeitas a diferentes taxas de imposto	(18.196)	(25.585)			
Benefícios fiscais de pesquisa e desenvolvimento ("Lei do Bem")	28.450	34.098			
Juros sobre capital próprio (a)	75.139	50.932			
Majoração da alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido	50.897	-			
Reconhecimento de imposto de renda diferido não reconhecido em períodos anteriores	7.413	-			
Utilização de prejuízos fiscais anteriormente não reconhecidos	-	577			
Imposto de renda diferido não reconhecido no período	(640)	(7.413)			
Outros incentivos fiscais	6.277	10.831			
Outras adições/exclusões	1.761	(4.567)			
Imposto de renda e contribuição social	40.867	(120.102)			
Impostos de renda e contribuição social correntes	(150.173)	(105.599)			
Impostos de renda e contribuição social diferidos	191.040	(14.503)			
Imposto de renda e contribuição social	40.867	(120.102)			
(a) Juros sobre capital próprio é um mecanismo de remuneração de acionistas calculado pela aplicação da taxa de juros de longo prazo sobre o patrimônio líquido ajustado da entidade, o qual é dedutível para fins de imposto de renda corporativo, desde que certos requisitos sejam atendidos. 8.3 Natureza e origem dos ativos e passivos diferidos: Os ativos fiscais diferidos e obrigações fiscais diferidas apresentaram as seguintes movimentações no exercício.					
			Reconhecimento em cimento no ORA (Outros Resultados)	Reconhecimento em cimento no resultado (lucro ou prejuízo)	Saldo em 31/12/2025
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	226.130	195.651	-	-	421.781
Prejuízos fiscais disponíveis para compensação de renda tributável futura	199.898	-	29.052	228.950	
Outras diferenças temporárias	306.833	(25.171)	124.371	406.033	
Pagamento baseada em ações	105.544	-	46.156	151.700	
Benefícios de inovação tecnológica	(261)	-	65	(196)	
Diferenças temporárias relacionadas ao FIDC	(193.012)	-	(11.777)	(204.789)	
Ativos intangíveis e bens de imobilizado originados na combinação de negócios	(4.427)	-	3.173	(1.254)	
Impostos diferidos, líquido	640.705	170.480	191.040	1.002.225	
			Reconhecimento em cimento no ORA (Outros Resultados)	Reconhecimento em cimento no resultado (lucro ou prejuízo)	Saldo em 31/12/2023
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	180.003	39.812	-	-	219.815
Prejuízos fiscais disponíveis para compensação de renda tributável futura	246.788	-	(46.890)	199.898	
Outras diferenças temporárias	308.749	6.315	(1.916)	313.148	
Goodwill dedutível para fins fiscais	12.225	-	(12.225)	-	
Pagamento baseada em ações	79.268	-	26.275	105.544	
Contingências decorrentes de combinação de negócios	(51.502)	-	51.241	(261)	
Benefícios de inovação tecnológica	-	-	-	-	
Diferenças temporárias relacionadas ao FIDC	(158.652)	-	(34.360)	(193.012)	
Ativos intangíveis e bens de imobilizado originados na combinação de negócios	(7.798)	-	3.372	(4.427)	
Impostos diferidos, líquido	609.081	46.127	(14.503)	640.705	
9 IMOBILIZADO DE USO					
9.1 Políticas contábeis: Todo o imobilizado é demonstrado ao custo histórico, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (impairment), se houver (Nota 9.5). O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e, se aplicável, é líquido de créditos tributários. Custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao item fluirão para o Grupo e o custo do item for relevante e puder ser mensurado com confiabilidade. Todos os demais gastos com reparos e manutenção são lançados no resultado durante o período em que são incorridos. A depreciação é calculada pelo método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos. Os valores residuais, as vidas úteis e os métodos de					
depreciação dos ativos são revisados a cada data de reporte e ajustados prospectivamente, se apropriado. Ganhos e perdas em alienações ou baixas são determinados comparando-se o valor da alienação (se houver) com o valor contábil e são reconhecidos no resultado. O Grupo também baixa Pin Pads e POS mantidos por clientes que não foram utilizados nos últimos 180 ou 360 dias, dependendo da categoria do cliente. 9.2 Julgamentos, estimativas e premissas significativas: Os ativos do imobilizado incluem a elaboração de estimativas para determinar a vida útil para fins de depreciação. A determinação da vida útil requer estimativas em relação aos avanços tecnológicos esperados e usos alternativos dos ativos. Há um elemento significativo de julgamento envolvido na elaboração de premissas de desenvolvimento tecnológico, uma vez que o momento e a natureza dos futuros avanços tecnológicos são difíceis de prever. O Grupo avaliou a vida útil dos ativos do imobilizado e concluiu que nenhuma mudança nas estimativas de vida útil e valor residual desses ativos foi necessária para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. As vidas úteis estimadas para o imobilizado são substancialmente as seguintes:					
			Vida útil estimada (anos)		
Pin Pads e POS			5		
Máquinas e Aparelhos e Equipamentos			2 - 5		
Móveis e Utensílios			10		
Benefiteiros em propriedades terceiras e Instalações			5 - 10		
Equipamentos de Telefonia			3 - 5		
Veículos			5 - 10		
9.3 Movimentações do imobilizado					
	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Transfê-rencias	Saldo em 31/12/2025
Pinpad e POS	2.660.654	636.547	(131.679)	-	3.165.522
Equipamentos de informática	109.634	20.138	(42)	242	129.972
Instalações	46.391	5.076	(150)	85	51.402
Máquinas e aparelhos e equipamentos	26.851	2.961	-	(168)	29.644
Móveis e utensílios	15.693	2.354	-	814	18.861
Veículos e aeronave	30.945	189	(30.496)	-	638
Imobilizado em andamento	16.976	13.236	-	-	30.212
Ativos de direito de uso - escritórios	174.520	24.700	(30.306)	(973)	167.941
Ativos de direito de uso - veículos	21.306	21.295	(2.944)	-	39.657
Custo	3.102.970	726.496	(195.617)	-	3.633.849
Pinpad e POS	(1.230.798)	(610.665)	117.017	-	(1.724.446)
Equipamentos de informática	(70.873)	(16.164)	21	(20)	(87.306)
Instalações	(20.523)	(9.269)	-	-	(29.792)
Máquinas e equipamentos	(22.622)	(3.289)	-	20	(25.891)
Móveis e utensílios	(6.274)	(1.705)	-	-	(7.979)
Veículos e aeronave	(12.112)	(1.357)	13.215	-	(254)
Ativos de direito de uso - escritórios	(54.718)	(25.276)	9.482	-	(70.512)
Ativos de direito de uso - veículos	(9.756)	(12.957)	2.472	-	(20.241)
Depreciação acumulada	(1.427.676)	(680.682)	142.207	-	(1.966.151)
Imobilizado de uso	1.675.294	45.814	(53.410)	-	1.667.698
	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Transfê-rencias	Saldo em 31/12/2024
Pinpad e POS	2.211.316	870.709	(421.371)	-	2.660.654
Equipamentos de informática	87.435	19.614	(198)	2.783	109.634
Máquinas e equipamentos	23.210	3.069	(3)	575	26.851
Móveis e utensílios	12.276	412	-	3.005	15.693
Veículos e aeronave	30.645	300	-	-	30.945
Imobilizado em andamento	15.521	40.193	(14.499)	(24.239)	16.976
Instalações	26.982	1.533	-	17.876	46.391
Ativos de direito de uso - veículos	31.293	21.979	(31.966)	-	21.306
Ativos de direito de uso - escritórios	108.250	71.510	(5.240)	-	174.520
Custo	2.546.928	1.029.319	(473.277)	-	3.102.970
Pinpad e POS	(912.502)	(499.974)	181.678	-	(1.230.798)
Equipamentos de informática	(55.140)	(15.737)	4	-	(70.873)
Máquinas e equipamentos	(20.084)	(2.538)	-	-	(22.622)
Móveis e utensílios	(5.061)	(1.213)	-	-	(6.274)
Veículos e aeronave	(9.025)	(3.087)	-	-	(12.112)
Instalações	(15.279)	(5.244)	-	-	(20.523)
Ativos de direito de uso - veículos	(22.010)	(14.195)	26.449	-	(9.756)
Ativos de direito de uso - escritórios	(45.994)	(13.654)	4.930	-	(54.718)
Depreciação acumulada	(1.085.095)	(555.642)	213.061	-	(1.427.676)
Imobilizado de uso	1.461.833	473.677	(260.216)	-	1.675.294
9.4 Despesas de depreciação e amortização por natureza: As despesas de depreciação e amortização foram alocadas à demonstração consolidada do resultado da seguinte forma:					
	31/12/2025	31/12/2024			
Custo dos serviços	655.093	565.034			
Despesas administrativas	50.236	45.482			
Despesas com vendas	30.456	31.367			
	735.785	641.883			
Despesas de depreciação	680.682	555.642			
Despesas de amortização	55.103	86.241			
	735.785	641.883			
9.5 Teste de impairment: Em 31 de dezembro de 2025, não houve indicadores de redução ao valor recuperável do imobilizado. O imobilizado foi testado para impairment ao nível da Unidade Geradora de Caixa (UGC) em conjunto com os ativos intangíveis e investimentos em controladas.					
10 INTANGÍVEL					
10.1 Políticas contábeis: 10.1.1 Reconhecimento inicial: Certos custos diretos de desenvolvimento associados a softwares desenvolvidos internamente e melhorias de software da plataforma tecnológica do Grupo são capitalizados. Os custos capitalizados, que ocorrem após a determinação da viabilidade técnica pela Administração, incluem serviços externos e custos internos de folha de pagamento. Esses custos são registrados como ativos intangíveis ao longo da fase de desenvolvimento. Custos de pesquisa e de desenvolvimento pré-viabilidade, bem como custos de manutenção e treinamento, são lançados no resultado conforme incorridos. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao seu valor justo na data da aquisição. 10.1.2 Reconhecimento subsequente: As vidas úteis de ativos intangíveis são avaliadas como finitas ou indefinidas. Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo detém marcas, patentes e ágio (goodwill) como ativos intangíveis de vida indefinida. Ativos intangíveis com vida útil finita são amortizados ao longo de suas vidas úteis estimadas pelo método linear. Ativos intangíveis com vida indefinida não são amortizados. Em ambos os casos, o ativo intangível é testado para redução ao valor recuperável (impairment) sempre que houver uma indicação de que seu valor contábil pode não ser recuperado. Para ativos intangíveis com vida indefinida, o teste de impairment é obrigatoriamente anual. O valor contábil de um ativo intangível compreende o seu custo líquido de amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas. A vida útil e o método de amortização para ativos intangíveis com vida finita são revisados pelo menos ao final de cada ano ou quando uma mudança no padrão de uso do ativo é identificada. Mudanças nas vidas úteis estimadas ou no consumo esperado de benefícios econômicos futuros incorporados nos ativos são consideradas para modificar o período ou método de amortização, conforme apropriado, e tratadas como mudanças em estimativas contábeis, com efeitos prospectivos. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida no resultado como uma despesa consistente com o uso dos ativos intangíveis. Ganhos e perdas resultantes da alienação ou baixa de ativos intangíveis são mensurados como a diferença entre o valor líquido da alienação (se houver) e seu valor contábil, sendo reconhecidos no resultado. 10.1.3 Teste de Impairment: O Grupo realiza o teste de redução ao valor recuperável (impairment) dos ativos no escopo do IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos quando (i) observa um indicio de que um ativo possa ter perdido valor ou (ii) anualmente, sempre que a entidade possuir ativos não disponíveis para uso ou ágio (goodwill). Os ativos do Grupo sujeitos ao IAS 36 são ativos intangíveis (incluindo ágio), imobilizado e investimentos em coligadas. Os ativos são testados individualmente, sempre que possível, ou alocados a uma Unidade Geradora de Caixa ("UGC") ou grupo de UGCs. Para fins de teste de impairment do ágio, este é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs que se espera que se beneficiem das sinergias da combinação de negócios, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas UGCs ou grupos de UGCs. O teste de impairment consiste na comparação entre (i) o valor contábil do ativo, da UGC ou do grupo de UGCs e (ii) seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo, UGC ou grupo de UGCs é o maior entre (i) seu valor justo líquido de despesas de venda e (ii) seu valor em uso. Se o valor contábil exceder o valor recuperável, uma perda por impairment é reconhecida. Na determinação do valor justo líquido de despesas de venda, são consideradas transações recentes de mercado. Se tais transações não puderem ser identificadas, um modelo de avaliação apropriado é utilizado. Esses cálculos são corroborados por múltiplos de avaliação, preços de ações cotadas para empresas de capital aberto ou outros indicadores de valor justo disponíveis. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado sobre o valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. As perdas por impairment de operações continuadas são reconhecidas na demonstração do resultado como despesas, consistentemente com a função do ativo que sofreu a perda. As perdas por impairment podem ser revertidas em períodos futuros, exceto para perdas por impairment de ágio. Em 31 de dezembro de 2025, a administração não identificou a necessidade de redução ao valor recuperável. 10.2 Julgamentos, estimativas e premissas significativas: 10.2.1 Vidas úteis estimadas: A contabilização de ativos intangíveis exige a estimativa da vida útil desses ativos para fins de amortização. A determinação da vida útil					
requer estimativas em relação aos avanços tecnológicos esperados e usos alternativos dos ativos. Há um elemento significativo de julgamento envolvido na elaboração de premissas de desenvolvimento tecnológico, uma vez que o momento e a natureza dos futuros avanços tecnológicos são difíceis de prever. O Grupo avaliou a vida útil de seus ativos intangíveis e concluiu que nenhuma mudança de estimativa de vida útil e valor residual desses ativos foi necessária para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. As vidas úteis para os ativos intangíveis com vidas definidas são apresentadas abaixo:					
			Vida útil estimada (anos)		
Software			3 - 5		
Relacionamento com clientes			2 - 3		
Marcas e patentes			7 - 20		
Acordo de não concorrência (Non-compete)			5		
10.2.2 Cálculo do valor em uso no teste de redução ao valor recuperável (impairment) O cálculo do valor em uso é baseado em um modelo de Fluxo de Caixa Descontado (FCD). Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reestruturação com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que venham a melhorar o desempenho dos ativos da UGC que está sendo testada. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada para o modelo FCD, bem como às futuras entradas de caixa esperadas e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Essas estimativas são as mais relevantes para o teste de impairment do ágio (goodwill) reconhecido pelo Grupo. 10.3 Movimentações do intangível					
	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Transfê-rencias	Saldo em 31/12/2025
Goodwill - Aquisição de subsidiárias	152.314	-	-	-	152.314
Relacionamentos com clientes	95.705	-	-	-	95.705
Marcas e patentes	12.525	-	-	-	12.525
Software	162.669	12.342	(2.032)	746	173.725
Licenças de uso	21.458	-	(6.247)	-	15.211
Taxa de associação de timeshare de jato não escriturado	-	16.418	-	-	16.418
Software em desenvolvimento	20.505	4.737	(1.257)	(746)	23.239
Ativos de direito de uso - Software	81.533	-	(16.240)	-	65.293
Custo	546.709	33.497	(25.776)	-	554.430
Relacionamentos com clientes	(96.008)	(9.344)</			

Stone Instituição de Pagamentos S.A.			
... continuação			
que possam impactar representativamente o resultado e as operações do Grupo. 11.6 Ativos contingentes: Ativo contingente é um ativo possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos. Ativos contingentes não são reconhecidos no Balanço Patrimonial, mas, quando relevantes, são divulgados nas demonstrações financeiras do Grupo quando for provável a entrada de benefícios econômicos. Em 31 de dezembro de 2025, não existem processos classificados pela Administração como prováveis de realização.			
12 OUTROS PASSIVOS			
	31/12/2025	31/12/2024	
Financeiros	969.158	858.268	
Contas a pagar a partes relacionadas (Nota 18)	786.478	645.218	
Adiantamento de clientes	117.751	171.238	
Receita diferida	60.266	39.843	
Outros passivos financeiros	4.663	1.969	
Não financeiros	1.583	1.513	
Outros passivos não financeiros	1.583	1.513	
Total	970.741	859.781	
Circulante	881.840	787.625	
Não circulante	88.901	72.157	
13 PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
13.1 Capital social: Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Stone IP é representado por 675.667.136 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, no valor total de R\$ 1.389.445, totalmente subscrito e integralizado (R\$ 1.389.445 em 31 de dezembro de 2024, totalmente subscrito e integralizado). As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações das Assembleias Gerais do Grupo e ao recebimento de dividendos conforme definido no Estatuto Social da Stone IP. 13.2 Reservas: Para fins societários, especialmente para o atendimento das reservas previstas na Lei nº 6.404/76 e no Estatuto Social da Companhia, os saldos e as respectivas destinações são apurados com base nas demonstrações financeiras elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), do BACEN e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), quando aplicável (padrão "BRGAAP") da controladora. As principais reservas são descritas a seguir: 13.2.1 Reserva de capital: No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Grupo constituiu uma reserva adicional no montante de R\$ 83.429 (R\$ 190.431 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024), totalizando R\$ 556.203 (R\$ 472.774 em 31 de dezembro de 2024), destinada a remuneração baseada em ações (Nota 19). 13.2.2 Reserva legal: A Reserva legal é constituída obrigatoriamente à razão de 5% (cinco por cento) do lucro líquido apurado em cada exercício social pela controladora Stone IP, seguindo o padrão BRGAAP, nos termos do Art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social integralizado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a destinação para a Reserva legal foi de R\$ 29.748 (R\$ 4.575 em 31 de dezembro de 2024), totalizando R\$ 102.927 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 73.179 em 31 de dezembro de 2024). Estes montantes foram apurados com base no lucro líquido estatutário da controladora Stone IP, seguindo o padrão BRGAAP. Por ser uma destinação vinculada à legislação societária brasileira e um ato jurídico formalizado na controladora, esses valores são refletidos nestas demonstrações consolidadas em IFRS, mantendo a consistência com os atos de governança e a base legal para distribuição de lucros. 13.2.3 Reserva de lucros: Conforme previsto em Estatuto, o Grupo possui uma reserva de lucro denominada Reserva de Investimento, que possui a finalidade de garantir recursos para pagamento de dividendos, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Grupo destinou o montante de R\$ 121.327 (R\$ 401.712 em 31 de dezembro de 2024) para esta reserva. O saldo total da Reserva de lucros em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 637.348 (R\$ 1.011.093 em 31 de dezembro de 2024). A variação negativa no saldo acumulado, apesar da nova destinação realizada no exercício, decorre das deliberações de distribuição de Juros sobre capital próprio ("JCP") e Dividendos, que utilizaram saldos de lucros acumulados e reservas de exercícios anteriores, conforme detalhado na Nota 13.3. 13.3 Juros sobre capital próprio e Dividendos: Conforme estabelecido no Estatuto Social e na Lei nº 6.404/76, os acionistas têm direito a um dividendo mínimo obrigatório de 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. As distribuições são deliberadas com base no lucro líquido apurado sob o padrão BRGAAP da controladora Stone IP. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025 foram deliberadas e aprovadas distribuições aos acionistas, as quais impactaram o patrimônio líquido consolidado por meio das movimentações demonstradas no quadro abaixo. As deliberações foram feitas em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"):			
	31/12/2025	31/12/2024	
Forma de deliberação	Data de deliberação	Valor bruto de IRRF (a)	Data do pagamento
Dividendos	19/12/2025	R\$ 400.000	29/12/2025
Dividendos	19/12/2025	R\$ 60.000	29/12/2025
JCP	30/09/2025	R\$ 114.000	30/09/2025
JCP	30/09/2025	R\$ 92.000	30/09/2025
JCP	30/12/2025	R\$ 40.000	30/12/2025
Total 2025		R\$ 706.000	
JCP	29/12/2024	R\$ 135.000	31/12/2024
JCP	30/12/2024	R\$ 14.800	31/12/2024
Total 2024		R\$ 149.800	
Dividendos	25/04/2024	R\$ 88.518	25/10/2024
Total 2023		R\$ 88.518	
Detalhamento			
dividendos intermediários – imputados à conta de reserva de lucros			
dividendos intercalares – imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025			
imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025			
imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025			
imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025			
imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024			
imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024			
dividendos obrigatórios – imputados à conta de reserva de lucros referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023			
resultando na interrupção do reconhecimento de receita de juros nesta etapa. • Cura de ativos: Caso um empréstimo com perda por redução ao valor recuperável (impaired) seja subsequentemente curado, o ativo é transferido do Estágio 3 de volta para o Estágio 2 ou Estágio 1. Nessa hipótese, os juros anteriormente não reconhecidos são registrados no resultado do exercício. Um empréstimo é considerado em situação de inadimplência (default) quando há qualquer indicação de que a obrigação não será integralmente honrada, independentemente de o ativo estar em atraso. 14.1.3 Outras rendas financeiras: Compreendem receitas de juros e ganhos (perdas) do valor justo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. 14.1.4 Receita diferida: O Grupo registra receita diferida relacionada a horas contratadas por clientes para a prestação de serviços. A receita é reconhecida após a prestação do serviço. Se os valores faturados excederem os serviços prestados somados à receita reconhecida, a diferença é registrada no balanço patrimonial como receita diferida e apresentada em "Outras obrigações". O Grupo registra receita diferida para serviços pagos pelos clientes, mas que ainda não foram concluídos nos termos do contrato, as quais são reconhecidas no balanço patrimonial como receita diferida em "Outras obrigações". O montante reconhecido como receita diferida no balanço patrimonial é reclassificado para a demonstração do resultado assim que os serviços prometidos são executados. 14.1.5 Impostos sobre vendas: As receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos de impostos sobre vendas, exceto: Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis perante as autoridades fiscais; nesse caso, são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme aplicável. Quando os valores a receber ou a pagar forem demonstrados com o valor dos impostos sobre vendas incluído. O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar à autoridade fiscal, é incluído como parte das contas a receber ou a pagar no balanço patrimonial, e líquido da receita ou custo/despesa correspondente na demonstração do resultado. As receitas de vendas estão sujeitas a impostos e contribuições, às seguintes alíquotas estatutárias:			
	31/12/2025	31/12/2024	
Ajustes de avaliação patrimonial	(38.400)	(38.400)	
Ganho (perda) não realizada de hedge de fluxo de caixa	33.152	(12.263)	
Contas a receber de credenciadores a valor justo por meio do resultado abrangente	(686.761)	(379.909)	
Total	(692.009)	(430.572)	
14 RECEITAS E RENDAS			
14.1 Políticas contábeis: 14.1.1 Receita de contratos com clientes (IFRS 15) A receita é reconhecida quando o Grupo transfere o controle dos serviços aos clientes, por um valor que reflète a contraprestação que o Grupo espera receber em troca desses serviços. O Grupo aplica os cinco passos do IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes: • Identificação do contrato com o cliente; • Identificação das obrigações de desempenho no contrato; • Determinação do preço da transação; • Alocação do preço da transação às obrigações de desempenho no contrato; e • Reconhecimento da receita quando (ou à medida que) a entidade satisfaz uma obrigação de desempenho. Os contratos da Companhia com seus clientes podem consistir em múltiplas obrigações de desempenho e a Companhia contabiliza as obrigações de desempenho individuais separadamente se elas forem distintas. Quando os serviços são agrupados em um contrato com um cliente, os componentes são separados usando o preço de venda individual relativo dos componentes que é baseado no preço habitual da Companhia para cada elemento em transações separadas. A receita é apresentada líquida de impostos recolhidos dos clientes e repassados às autoridades governamentais. 14.1.1.1 Serviços de transações de pagamento e outros serviços: Para as soluções financeiras, as principais obrigações de desempenho do Grupo consistem em prestar serviços de processamento de pagamentos eletrônicos, incluindo a captura, transmissão, processamento e liquidação de transações realizadas com cartões de crédito, débito e vouchers. A promessa do Grupo aos seus clientes é realizar uma quantidade indeterminada de tarefas e a contraprestação recebida é contingente ao uso pelo cliente (ex: volume de transações processadas). Assim, a contraprestação total recebida pelos serviços é variável, embora o preço por transação seja fixado em contrato. O Grupo reconhece a taxa de transação (MDR) em um momento específico no tempo (point in time), quando tem o direito contratual de cobrar pelo processamento realizado. Agente vs. Principal: A receita de atividades de transação é reconhecida líquida das taxas de intercâmbio retidas pelos emissores de cartões e das taxas de bandeira (assessment fees). O Grupo não assume os riscos e benefícios significativos, atuando como agente nesses serviços, pois: • O Grupo facilita a captura e gestão do relacionamento, mas não é a principal responsável pela autorização, processamento e liquidação realizadas pelas bandeiras e emissores; • O Grupo não tem liberdade para estabelecer as taxas de intercâmbio e de bandeira aplicadas. Geralmente, o Grupo tem o direito de repassar aumentos dessas taxas para proteger sua comissão líquida; • O Grupo não coleta a taxa de intercâmbio (que fica retida com o emissor) e atua efetivamente como uma câmara de compensação na coleta e remessa de taxas em nome das bandeiras e clientes; e • O Grupo não assume o risco de crédito do portador do cartão (cliente do seu cliente). Outros serviços compreendem principalmente: • Taxa de adesão: cobrada dos clientes como um pagamento único para produtos específicos nos quais não há cobrança recorrente pelo uso de Pin Pads e terminais de POS. O Grupo reconhece as receitas de taxas de adesão de forma diferida ao longo da vida útil esperada do cliente. • Tarifas cobradas de clientes por serviços de banking relacionados a volumes de money-in (transferências recebidas sob produtos de TED, Pix e "boleto" e intercâmbio como tarifas de transações em outras redes usando cartões de crédito e débito emitidos pelo Grupo), e volumes de money-out (transferências feitas sob produtos como Pix Out, transferências eletrônicas, pagamentos de contas, boletos pagos, saques, recarga e outras transações). A receita é reconhecida na data de cada transação. 14.1.1.2 Aluguel de equipamentos: A obrigação de desempenho refere-se à locação operacional de equipamentos de captura (POS) para clientes. O Grupo faz o controle dos equipamentos antes de transferi-los ao cliente. O aluguel de equipamentos é contabilizado como uma obrigação de desempenho separada. A receita é reconhecida linearmente ao longo da vida útil estimada dos clientes, iniciando-se quando o cliente obtém o controle do equipamento. O Grupo não fabrica os equipamentos, adquirindo-os de fornecedores terceiros. 14.1.1.3 Custos para obtenção e cumprimento de contrato: A Companhia incorre em certos custos para obtenção dos contratos que são capitalizados no início da transação. O custo compreende principalmente comissões aos vendedores para obter um contrato e custos logísticos para cumprir um contrato. O ativo reconhecido é amortizado linear, de acordo com a política de permanência estimada para os perfis de clientes Stone e TON. Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo apresentava um valor contábil de R\$ 200.179 (2024 – R\$ 213.437) reconhecido em Outros Ativos e R\$ 7.254 (2024 – R\$ 552) como amortização reconhecida na demonstração do resultado. 14.1.2 Rendas financeiras: Compostas principalmente por: • Taxas de desconto na antecipação de recebíveis: Cobradas pela antecipação aos clientes de seus recebíveis parcelados. O desconto é mensurado pela diferença entre o valor original a pagar ao cliente (líquido de taxas) e o valor antecipado. A receita é reconhecida integralmente quando o valor é antecipado ao cliente. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo de receita líquida por antecipação de obrigações de transações de pagamento é de R\$ 9.152.698 (R\$ 6.702.593 em 31 de dezembro de 2024); • Receitas de juros sobre saldos em contas de pagamento; e • Receitas de juros sobre empréstimos (reconhecidas pela taxa efetiva de juros). O reconhecimento da receita de juros sobre empréstimos observa os seguintes critérios de classificação por estágios de risco de crédito: • Estágios 1 ou 2: A receita de juros é reconhecida mediante a aplicação da Taxa Efetiva de Juros (EJR) sobre o valor contábil bruto do ativo financeiro. • Estágio 3: Diferentemente dos estágios anteriores, a receita de juros é reconhecida aplicando-se a EJR sobre o valor contábil amortizado (valor bruto líquido da respectiva provisão para perdas de crédito esperadas). • Ativos integralmente provisionados: Para empréstimos classificados no Estágio 3 que estejam integralmente provisionados, o valor contábil amortizado é zero,			
15 DESPESAS FINANCEIRAS, LÍQUIDAS			
	Exercício findo em 31/12/2025	Exercício findo em 31/12/2024	
Despesas de juros incorridos sobre FIDCs	(2.444.005)	(1.929.300)	
Custo financeiro de venda de recebíveis	(2.039.290)	(2.544.359)	
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(1.522.131)	(629.982)	
Despesas com bonds	(145.163)	(169.608)	
Variações cambiais ganhos e (perdas)	78.122	152.222	
Outras receitas (despesas), financeiras (a)	(506.274)	(165.276)	
Total	(6.579.513)	(5.286.303)	
(a) O montante refere-se substancialmente a ajustes de valor justo em instrumentos derivativos de swap, utilizados como hedge para as atividades de financiamento, contas a receber e carteira de crédito do Grupo.			
16 DESPESAS POR NATUREZA			
	Exercício findo em 31/12/2025	Exercício findo em 31/12/2024	
Custos de transação e serviços a clientes (a)	(2.850.279)	(1.904.123)	
Despesa de pessoal (Nota 19.3)	(1.670.873)	(1.820.118)	
Despesas de marketing e comissões de vendas (b)	(1.043.227)	(863.964)	
Depreciação e amortização	(735.785)	(641.883)	
Serviços de terceiros	(216.270)	(187.606)	
Despesas com instalações	(46.971)	(43.926)	
Despesas com viagens	(25.726)	(20.583)	
Outros custos e despesas	(42.926)	(112.751)	
Total	(6.632.057)	(5.594.954)	
(a) Custos de transação e serviços ao cliente incluem serviços de captura de transações com cartões, serviços de processamento de transações e liquidação de cartões, custos de logística, taxas de bandeiras de pagamento, serviços em nuvem, provisão para perdas de crédito esperadas e outros custos. (b) Despesas de marketing e comissões de vendas referem-se a despesas de marketing e publicidade, e a comissões pagas a parcerias relacionadas a vendas.			
17 OUTRAS DIVULGAÇÕES SOBRE FLUXOS DE CAIXAS			
17.1 Transações que não envolvem caixa: 17.1.1 Atividades operacionais			
	31/12/2025	31/12/2024	
Variações no valor justo de contas a receber de credenciadoras de cartões a VJORA	502.503	117.096	
17.1.2 Atividades de investimento			
	31/12/2025	31/12/2024	
Imobilizado adquiridos por meio de arrendamento (Notas 9)	45.995	126.277	
17.2 Detalhamento dos itens – 17.2.1 Ajuste a valor justo em instrumentos financeiros designados ao VJR			
	31/12/2025	31/12/2024	
Ajuste sobre FIDC e empréstimos bancários designados para hedge de valor justo (Nota 5.8.4.2)	(187.208)	437.348	
Ajuste a valor justo de empréstimos designados (VJR)	(63.486)	(7.282)	
Ajuste a valor justo de earnout designado	-	(163)	
Total	(250.694)	429.903	
17.2.2 Receita de juros recebida, líquida de custos			
	31/12/2025	31/12/2024	
Receita de juros recebida sobre antecipação de contas a pagar a clientes	9.264.902	6.988.414	
Custo financeiro da venda de recebíveis (Nota 15)	(2.039.290)	(2.544.359)	
Total	7.225.612	4.444.055	
17.2.3 Aquisições de imobilizado			
	31/12/2025	31/12/2024	
Adições de imobilizado (Nota 9)	(726.496)	(1.029.319)	
Acrescimos de direito de uso (Nota 9)	45.995	93.489	
Pagamentos do ano anterior	(56.809)	(65.340)	
Compras não pagas no final do exercício	50.332	56.809	
Total	(686.978)	(944.361)	
17.2.4 Aquisições e desenvolvimento de ativos intangíveis			
	31/12/2025	31/12/2024	
Adições de ativos intangíveis (Nota 10.3)	(33.497)	(339.610)	
Acrescimos de direito de uso (Nota 10.3)	-	32.788	
Pagamentos do ano anterior	2.017	(14.125)	
Compras não pagas no final do exercício	1.745	2.017	
Direitos de exploração e de prestação de serviços	16.418	-	
Total	(13.317)	(318.930)	
17.2.5 Recursos provenientes da alienação de ativos imobilizados			
	31/12/2025	31/12/2024	
Valor contábil líquido dos ativos alienados (Nota 9.3/Nota 10.3)	57.695	815.098	
Valor contábil líquido de arrendamentos baixados	(25.078)	(2.537)	
Resultado na alienação de ativos imobilizados	9.248	(785.041)	
Baixas de ativos corporativos	(41.865)	-	
Saldo em aberto	(46.259)	(23.504)	
Total	(46.259)	4.016	
18 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS			
As partes relacionadas compreendem as empresas controladas do grupo, acionistas, pessoal-chave da administração e quaisquer negócios que são controlados, direta ou indiretamente, pelos acionistas e conselheiros sobre os quais exercem influência significativa.			
Ativos			
	31/12/2025	31/12/2024	
Stone Serviços Financeiros S.A. (controladora)	5.999	-	
Stone Logística Ltda. (controlador direto comum)	3.605	24	
Stone Corporate e Holding S.A. (controlador final comum)	2.340	47	
BUY4 Processamento de Pagamentos S.A. (controlador final comum)	104	43	
DLPPar Participações S.A. (controlador direto comum)	1	-	
Stone Pay Meios de Pagamentos Ltda. (controlador final comum)	-	3.936	
TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A. (controlador final comum)	-	3.198	
Linx Sistemas e Consultoria Ltda. (controlador final comum) ^(a)	-	1.536	
Linx Automotivo Ltda. (controlador final comum) ^(a)	-	29	
Stone Impulse Ltda. (controlador final comum)	-	9	
Linx Commerce Ltda. (controlador final comum) ^(a)	-	5	
Vitta Corretora de Seguros Ltda. (controlador final comum)	-	2	
Stone Franchising Ltda. (controlador final comum)	-	2	
Linx People Ltda. (controlador final comum) ^(a)	-	2	
Vitta Serviços em Saúde S.A. (controlador final comum)	-	1	
Linx Saúde Ltda. (controlador final comum) ^(a)	-	1	
Vitta Saúde Administradora de Benefícios Ltda. (controlador final comum)	-	1	
Total	12.049	8.836	
Passivos a receber de partes relacionadas (Nota 6.1) (a)			
	31/12/2025	31/12/2024	
StoneCo Ltd. (controlador final)	(742.323)	(610.255)	
Stone Logística Ltda. (controlador final comum)	(18.026)	(17.653)	
BUY4 Processamento de Pagamentos S.A. (controlador final comum)	(10.931)	(11.682)	
TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A. (controlador final comum)	(10,083)	(49)	
Stone Franchising Ltda. (controlador final comum)	(4,275)	(3,086)	
Vitta Saúde Administradora de Benefícios Ltda. (controlador final comum)	(302)	(110)	
Vitta Serviços em Saúde Ltda. (controlador final comum)	(204)	(506)	
Linx Sistemas e Consultoria Ltda. (controlador final comum) ^(a)	(241)	(297)	
Vitta Tecnologia em Saúde S.A. (controlador final comum)	(93)	(27)	
Stone Corporate e Holding S.A. (controlador final comum)	-	(1,553)	
Total	(786,478)	(645,218)	
Contas a pagar de partes relacionadas (Nota 12) (b)			
	31/12/2025	31/12/2024	
Stone Corporate e Holding S.A. (controlador final comum)	(309,944)	(246,639)	
BUY4 Processamento de Pagamentos S.A. (controlador final comum)	(153,414)	-	
Linx Sistemas e Consultoria Ltda. (controlador final comum) ^(a)	(135,311)	(81,481)	
TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A. (controlador final comum)	(52,174)	(63,091)	
Stone Serviços Financeiros S.A. (controlador final comum)	(45,234)	(122,933)	
Stone Franchising Ltda. (controlador final comum)	(43,832)	(19,128)	
Stone Logística Ltda. (controlador final comum)	(36,173)	(15,969)	
Sponte Educação Ltda. (controlador final comum) ^(a)	(14,160)	(8,444)	
Linx Automotivo Ltda. (controlador final comum) ^(a)	(12,655)	(23,041)	
Vitta Tecnologia em Saúde S.A. (controlador final comum)	(12,647)	(541)	
Vitta Corretora de Seguros Ltda. (controlador final comum)	(8,112)	(1,600)	
Linx Telecomunicações Ltda. (controlador final comum) ^(a)	(7,721)	(1,580)	
Linx Saúde Ltda. (controlador final comum) ^(a)	(5,085)	(2,284)	
Stone Impulse Ltda. (controlador final comum)	(4,868)	(5,593)	
DLPPar Participações S.A. (controlador final comum)	(4,237)	(4,278)	
STNE Investimentos S.A. (controlador final comum)	(3,195)	(11,686)	
Vitta Serviços em Saúde Ltda. (controlador final comum)	(2,036)	(1,168)	
Vitta Saúde Administradora de Benefícios Ltda. (controlador final comum)	(1,949)	(446)	
VHYSYS Sistema de Gestão S.A. (pessoal chave da administração)	(1,639)	(101)	
Linx People Ltda. (controlador final comum) ^(a)	(1,510)	-	
Linx Commerce Ltda. (controlador final comum) ^(a)	(1,096)	(7,667)	
STNE Participações em Tecnologia S.A. (controlador final comum)	(1)	(3,860)	
BUY4 Processamento de Pagamentos S.A. (controlador final comum)	-	(73,663)	
Stone Pay Meios de Pagamentos Ltda. (controlador final comum)	-	(2,357)	
Stef S.A. (controlador final comum)	-	(1,459)	
Stone Seguros S.A. (controlador final comum)	-	(1,015)	
Equals S.A. (controlador final comum)	-	(241)	
Total	(856,993)	(700,265)	
Depósitos (c)			
	Exercício findo em 31/12/2025	Exercício findo em 31/12/2024	
StoneCo Ltd. (controlador final)	6.634.019	4.057.515	
Total	6.634.019	4.057.515	
Depósitos institucionais e títulos de dívida (Nota 3.1.1)			

... continuação

Stone Instituição de Pagamentos S.A.				
	RSUs	PSUs	Opcões	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	7.906.514	3.187.404	25.572	11.119.490
Outorgadas	2.170.475	851.395	-	3.021.870
Emittidas	(780.743)	-	-	(780.743)
Transferências entre empresas do grupo	(2.246.798)	(669.307)	(1.386)	(2.917.491)
Canceladas	(446.054)	(393.658)	-	(839.712)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	6.603.394	2.975.834	24.186	9.603.414
Outorgadas	1.682.351	206.590	-	1.888.941
Emittidas	(2.197.516)	-	-	(2.197.516)
Transferências entre empresas do grupo	(102.481)	(29.423)	-	(131.904)
Canceladas	(235.476)	(123.354)	-	(358.830)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	5.750.272	3.029.647	24.186	8.804.105

de risco. Principais operações com partes relacionadas: (a) Contas a receber de partes relacionadas; Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os saldos referem-se substancialmente a ratios de despesas compartilhadas. (b) Contas a pagar de partes relacionadas; Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os saldos referem-se substancialmente a operação de subrogação com o FIDC Tapco. (c) Depósitos; Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os saldos referem-se a depósitos em contas de livre movimentação. (d) Despesas; No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o montante está composto substancialmente pela prestação de serviços de processamento de transações e uso de licenças de softwares operacionais realizados pela BUY4 Processamento de Pagamentos S.A., despesas de captação com a Stone Corporate e Holding S.A. e serviços de armazenagem e triagem de equipamentos pela Stone Logística Ltda. A remuneração global do pessoal-chave da Administração em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 71.174.

19 BENEFÍCIOS À EMPREGADOS
A Companhia oferece uma combinação de remuneração fixa e variável, com cada parte da mix definida com base na natureza, escopo e senioridade dos diferentes cargos, alinhada às práticas de mercado. A remuneração fixa é paga em dinheiro, enquanto a remuneração variável é paga em dinheiro e/ou por meio de outorga de instrumentos baseados em ações (conforme descrito abaixo). Enquanto a remuneração variável para as equipes de vendas e operações é paga mensal ou trimestralmente em dinheiro, as demais equipes recebem em base anual, o que consiste em uma combinação de pagamentos em dinheiro (bônus em dinheiro) e instrumentos baseados em ações com um cronograma de aquisição de quatro anos (bônus em ações). A Companhia também pode conceder incentivos como parte de um pacote de contratação para atrair talentos específicos para a equipe de alta gestão. A Companhia ocasionalmente outorgou instrumentos baseados em ações, de forma individual ou coletiva, para recompensar desempenho extraordinário. Tais prêmios de ações de reconhecimento especial não fazem parte da remuneração variável baseada em metas, mas são concedidos unilateralmente pela Companhia e possuem um cronograma de emissão e/ou condições de desempenho definidas de forma específica. O bônus em ações anual, o bônus de contratação e os prêmios de ações de reconhecimento especial fazem parte do Plano de Incentivo de Longo Prazo (LIP ou LTIP), que permite a outorga de instrumentos baseados em ações a funcionários e outros prestadores de serviços em relação às ações ordinárias Classe A. **19.1 Políticas contábeis:** **19.1.1 Obrigações de curto prazo:** Os passivos relacionados a benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são reconhecidos como despesa à medida que o serviço relacionado é prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bônus em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tiver uma obrigação legal ou não formalizada de pagar esse valor devido a serviços passados prestados pelos empregados e a obrigação puder ser estimada com confiabilidade. **19.1.2 Pagamento baseado em ações:** A Companhia possui instrumentos de pagamento baseado em ações liquidados com instrumentos patrimoniais, sob os quais a administração outorga ações a empregados e terceiros, dependendo da estratégia descrita acima. O custo das transações liquidadas com instrumentos patrimoniais com funcionários é mensurado utilizando o seu valor justo na data da outorga. O custo é reconhecido como despesa em contrapartida a um aumento correspondente no patrimônio líquido ao longo do período de serviço em que as condições de desempenho são cumpridas (o período de aquisição ou "vesting grade"). A despesa acumulada reconhecida para transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data de reporte até a data de aquisição definitiva reflete a extensão em que o período de emissão decorreu e a melhor estimativa da Companhia quanto ao número de instrumentos patrimoniais que efetivamente serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado para um período representa a movimentação na despesa acumulada reconhecida entre o início e o fim daquele período. Condições de serviço e condições de desempenho que não sejam de mercado não são levadas em conta ao determinar o valor justo dos instrumentos na data da outorga, mas a probabilidade de as condições serem atendidas é avaliada como parte da melhor estimativa da Companhia sobre o número de instrumentos patrimoniais que efetivamente serão adquiridos. Condições de desempenho de mercado são refletidas no valor justo da data da outorga. Quaisquer outras condições vinculadas a um instrumento, mas sem um requisito de serviço associado, são consideradas condições que não conferem direito à aquisição. **19.1.3 Planos de participação nos lucros e bônus:** A Companhia reconhece um passivo e uma despesa para bônus e participação nos lucros. O bônus e a participação nos lucros pagáveis em dinheiro para cada indivíduo são determinados com base nos seguintes fatores: metas corporativas, metas de departamento e avaliação de desempenho individual. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou quando houver uma prática passada que tenha criado uma obrigação não formalizada. **19.2 Julgamentos, estimativas e premissas significativas:** **19.2.1 Pagamento baseado em ações:** A estimativa do valor justo para instrumentos baseados em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais apropriado e das premissas subjacentes, o que depende dos termos e condições da outorga e das informações disponíveis na data da outorga. A Companhia utiliza as seguintes metodologias para estimar o valor justo: • Estimativa de valor justo baseada em transações de capital com terceiros próximas à data da outorga; e • Outras técnicas de avaliação, incluindo modelos de precificação de opções, como Black-Scholes-Merton. Essas estimativas também exigem a determinação dos insumos mais apropriados para os modelos de avaliação, incluindo premissas relativas à vida esperada de uma opção de ação ou direito de valorização, volatilidade esperada do preço das ações da StoneCo, controladora final da Companhia e o rendimento de dividendos esperado.

19.3 Despesas de pessoal

	Exercício findo em 31/12/2025	Exercício findo em 31/12/2024
Salários	(1.050.051)	(1.086.109)
Encargos sociais	(298.220)	(359.566)
Pagamentos baseados em ações	(164.001)	(215.733)
Participação nos lucros e bônus anuais	(158.601)	(158.710)
	(1.670.873)	(1.820.118)

19.3.1 Planos de pagamento baseado em ações: As práticas contábeis utilizadas pela Companhia, no que tange ao reconhecimento dos planos de pagamento baseado em ações, estão de acordo com as normas internacionais (IFRS 2). O custo dessas transações, as quais são liquidadas em ações, é mensurado pelo valor justo na data da outorga e registrado como despesa, em contrapartida do patrimônio líquido, durante o período do serviço, ou na data da concessão, em caso de serviços passados. O valor justo das Unidades de Ações Restritas ("RSUs") e o valor de mercado do instrumento na data da outorga. Para opções e Unidades de Ações de Desempenho ("Performance Shares Units" "PSUs"), o valor justo é calculado utilizando o modelo de precificação Black-Scholes-Merton, considerando os termos e condições dos planos. A condição de desempenho e a quantidade de ações que se espera emitir são mensuradas com base em dados históricos e dados modificados, quando se espera que o futuro seja razoavelmente diferente do passado, entre outros fatores. As duas principais variáveis do modelo foram (i) taxa de juros livre de risco e (ii) volatilidade anual, com base no preço histórico das ações da StoneCo e de players similares. A volatilidade esperada reflete a suposição de que a volatilidade histórica é indicativa de tendências futuras, mas que podem não ser necessariamente o resultado real. A tabela abaixo descreve os diferentes tipos de instrumentos em aberto e as movimentações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecida provisão em despesas de pessoal, incluindo encargos no valor de R\$ 164.001 (R\$ 215.733 em 31 de dezembro de 2024). No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Stone IP registrou na reserva de capital o montante de R\$ 83.429 para a distribuição de remuneração baseada em ações (RSUs) em 31 de dezembro de 2024). **19.3.2 Restricted Shares Units ("RSU")** A Companhia outorgou RSUs, as quais, em sua maioria, estão condicionadas à permanência (condições de desempenho corporativo são aplicáveis a uma minoria), e habilitam o recebimento seguindo regras de período de aquisição de direito ("vesting period") estabelecidas e aplicadas de acordo com a política interna corporativa. Em 2025, foram outorgadas 1.688.164 novas RSUs, com preço médio de R\$ 56,18 e período de aquisição entre 1 e 5 anos. Em 31 de dezembro de 2025 18.831 RSUs estavam pendentes de emissão para os beneficiários. **19.3.3 Performance Shares Units ("PSU")** Em 2022 a Companhia outorgou PSUs, as quais deram aos beneficiários o direito de receber ações se o Grupo atingir níveis mínimos de Retorno Total ao Acionista ("RTA") para um período específico e/ou alcançar indicadores financeiros, as quais expiram se a referida condição de desempenho não for atendida. Assim como para RSUs, existem regras específicas de período de aquisição de direito para a habilitação do recebimento. Para as outorgas de 2025, as duas principais premissas do modelo foram: Taxa de juros livre de risco de 3,54% a 4,11% de acordo com a curva a termo SOFR de 3 meses para um período de 3 anos, e volatilidade anual de 65,45% a 67,29% com base no histórico da StoneCo. Em 31 de dezembro de 2025 não haviam PSUs pendentes de emissão para os beneficiários.

19.4 Salários e encargos sociais

	Exercício findo em 31/12/2025	Exercício findo em 31/12/2024
Pagamentos anuais acumulados e encargos relacionados	245.477	222.682
Passivos trabalhistas e encargos sociais relacionados	95.120	62.201
	340.597	284.883
Circulante	277.899	256.017
Não circulante	62.693	28.866

20 GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Grupo adota uma estrutura de gerenciamento de riscos centralizada no Conglomerado Prudential Stone, o qual consiste no agrupamento de entidades controladas pela líder Stone IP que, para fins de supervisão do Banco Central do Brasil, são consideradas como uma única unidade econômica. Em observância à Resolução CMN nº 4.553/2017, que rege a segmentação de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, o Grupo Stone IP classifica-se no Segmento 3 (S3) Para assegurar a governança e o cumprimento dos requisitos regulatórios. O Grupo mantém o Fórum de Riscos, comitê constituído para fins da Resolução CMN nº 265, responsável por deliberar sobre as estratégias e limites de exposição. Além disso, o Grupo possui a Diretoria de Gestão de Riscos, liderada pelo Chief Risk Officer ("CRO") e formada pelas equipes: Gestão Integrada de Riscos, Gestão de Capital, Risco de Crédito, Risco de Liquidez, Risco de Mercado, Risco de Pagamentos, Risco Operacional, Prevenção a Fraude e Segurança da Informação. A área é responsável pela estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos e pela estrutura de gerenciamento de capital. Assessora a Diretoria Executiva quanto aos níveis de riscos que a instituição está disposta a assumir, sua capacidade de gerenciar riscos de forma efetiva e prudente de acordo com os objetivos estratégicos do Grupo, as condições de competitividade e o ambiente regulatório em que a atua. Neste contexto, o Conglomerado Prudential Stone possui a Norma de Gestão de Riscos e Capital para a Diretoria, que estabelece a governança a ser observada no gerenciamento de riscos e de capital, definindo estruturas e órgãos e suas respectivas atribuições. A governança é estabelecida de modo a atender aos requisitos regulatórios aplicáveis ao Conglomerado Prudential Stone e a buscar eficiência na gestão de riscos e capital. As atividades da Diretoria de Gestão de Riscos permitem a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação dos efeitos adversos resultantes das interações entre os riscos financeiros, operacionais, sociais, ambientais, climáticos, entre outros. São adotados processos para rastreamento e reporte tempestivo de exceções às políticas de gerenciamento de riscos, aos limites e aos níveis de apetite por riscos fixados na RAS (Risk Appetite Statement). Os tipos de risco e estruturas de gerenciamento podem ser assim resumidos: **20.1 Risco de crédito:** É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a: (i) não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; (ii) desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; (iii) reestruturação de instrumentos financeiros; ou (iv) custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos. No contexto operacional da instituição, o Risco de crédito corresponde à possibilidade de inadimplência dos clientes tomadores de recursos, dos bancos emissores de cartões, subcredenciadores, bandeiras de cartões e estabelecimentos comerciais. O Grupo dispõe de mecanismos para o monitoramento e mitigação do Risco de crédito para cada contraparte relacionada, realizando gestão ativa do portfólio nas visões de safra e carteira, bem como realizando monitoramento periódico da exposição junto aos emissores e subcredenciadores, além de estabelecer limites de crédito para cada estabelecimento comercial. **20.2 Risco de mercado:** É a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelo Conglomerado Prudential Stone, e inclui o risco de taxa de juros, que é relacionado com a possibilidade de perdas financeiras resultantes de oscilação das taxas de juros de mercado, e o risco cambial, que é relacionado com a possibilidade de perdas financeiras resultantes de flutuação da taxa de câmbio. O gerenciamento do risco de mercado é realizado por meio de política interna. **20.3 Riscos de liquidez:** É o risco de o Conglomerado Prudential Stone não ser capaz de honrar suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e/ou sem incorrer em perdas significativas. Além disso, engloba ainda a possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade de mercado, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias. Constitui, ainda, o risco de não ser capaz de converter moeda eletrônica em moeda física ou escritural no momento da solicitação do usuário. O gerenciamento do risco de liquidez é realizado por meio de política interna. A projeção de fluxo de caixa é realizada pelas entidades operacionais do Grupo e, posteriormente, consolidada. Projeções contínuas ("rolling forecasts") das necessidades de liquidez são monitoradas para garantir que o Grupo possua caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, mantendo, ao mesmo tempo, margem suficiente

em suas linhas de crédito não utilizadas, de modo que o Grupo não descumpra os limites de endividamento em qualquer uma de suas facilidades de crédito. Tais projeções levam em consideração os planos de financiamento de dívida do Grupo, o cumprimento das metas internas de índices de liquidez e alavancagem e, se aplicável, requisitos regulatórios de legais externos. O principal risco de liquidez do Grupo é a sua potencial incapacidade de captar financiamento para dar continuidade aos seus negócios de antecipação e crédito. Embora as atividades de antecipação e crédito não sejam uma obrigação para o Grupo, elas constituem uma parcela significativa de suas receitas. O caixa excedente mantido pelas entidades operacionais é investido em contas bancárias remuneradas, depósitos a prazo, depósitos no mercado monetário e títulos negociáveis, escolhendo-se instrumentos com vencimentos adequados ou liquidez suficiente para fornecer uma margem apropriada, conforme determinado pelas projeções mencionadas acima. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo por vencimento. Os passivos financeiros derivativos não estão incluídos na análise, pois seus vencimentos contratuais não são essenciais para a compreensão do cronograma dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados:

	Menos de um ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
31 dezembro 2025				
Depósitos	11.902.962	-	-	-
Contas a pagar a estabelecimentos	18.081.971	72.383	-	-
Fornecedores	810.138	-	-	-
Depósitos institucionais e títulos de dívida	5.390.681	3.793.311	1.151.674	-
Outros instrumentos de dívida	3.022.579	3.460.090	1.231.999	2.558.497
Outros passivos	887.156	88.902	-	-
	40.095.487	7.414.686	2.383.673	2.558.497
31 dezembro 2024				
Depósitos	9.164.937	-	-	-
Contas a pagar a estabelecimentos	17.759.419	50.674	-	-
Fornecedores	576.890	-	-	-
Depósitos institucionais e títulos de dívida	2.647.612	560.398	1.366.088	-
Outros instrumentos de dívida	882.812	626.789	954.211	2.774.095
Outros passivos	792.942	72.155	-	-
	31.824.612	1.310.016	2.320.299	2.774.095

20.4 Risco operacional: É definido como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. Entre os eventos de Risco Operacional, incluem-se: (i) fraudes internas; (ii) fraudes externas; (iii) demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho; (iv) práticas inadequadas relativas a usuários finais, clientes, produtos e serviços; (v) danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição; (vi) situações que acarretem a interrupção das atividades da instituição ou a descontinuidade dos serviços prestados, incluindo o de pagamentos; (vii) falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI); (viii) falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades da instituição, incluindo aquelas relacionadas aos arranjos de pagamento. A área de Risco Operacional, que inclui Controles Internos, tem como objetivo assegurar a existência e eficácia do ambiente de controle nas áreas de negócios e tecnologia da informação, por meio de programas de monitoramento e testes de controles internos. Além disso, são realizados procedimentos específicos relacionados à segurança da informação e continuidade de negócios, com avaliações dos processos críticos do Conglomerado Prudential. **20.5 Segurança da informação e privacidade:** O risco de segurança da informação é definido pela probabilidade de uma ameaça explorar vulnerabilidades em ativos organizacionais, gerando impactos negativos. Essa gestão é tradicionalmente medida pelo equilíbrio entre três pilares conhecidos como a Triade CID: Confidencialidade, Integridade e Disponibilidade. Enquanto a Segurança da Informação protege os ativos contra ataques e falhas, a Privacidade de Dados zela pelo uso ético, transparente e legal das informações pessoais, mitigando riscos aos direitos e liberdades fundamentais dos indivíduos. A organização utiliza um modelo de governança centralizada na área de Segurança da Informação e Privacidade, focado em três pilares: • Gestão Estratégica: Estabelecimento de diretrizes e políticas alinhadas ao mercado para garantir a consistência dos riscos e a evolução das práticas internas. • Medidas Operacionais: Adoção de uma abordagem técnica que inclui gestão de vulnerabilidades, atualizações de sistemas, testes de penetração e controle rigoroso de acessos e dados pessoais. • Conformidade e Certificações: Manutenção de padrões internacionais de excelência, como ISO 27001 (Segurança da Informação) e PCI DSS (Segurança em Meios de Pagamento), reforçando a confiança de clientes e parceiros. Em que pese nossa estrutura e processos de Segurança da Informação e Privacidade requerem investimentos significativos e estarem em constante aprimoramento, nosso negócio é inerentemente vulnerável a ataques de segurança cibernética, que podem ter um impacto significativo em nossas operações. **20.6 Riscos de fraude:** A fraude é associada a práticas enganosas, ilegais ou desonestas com o intuito de obter vantagens financeiras indevidas. Os eventos associados ao tema são: (i) fraudes internas e (ii) fraudes externas. O processo de prevenção a fraudes engloba medidas, estratégias e sistemas desenvolvidos e implementados com o objetivo de prevenir, detectar ou minimizar atividades fraudulentas. Por meio de nossos processos e atividades de controles e monitoramentos contínuos, nossa missão principal é minimizar perdas financeiras provenientes de fraudes para o Grupo, assim como garantir que nossos clientes estejam cumprindo com as regras do mercado de pagamentos, de acordo com o estipulado pelas Bandeiras e pelo Banco Central do Brasil. **20.7 Riscos sociais, ambientais e climáticos:** O Conglomerado Prudential considera os Riscos Social, Ambiental e Climático como parte integrante de sua gestão de riscos. Esses riscos estão relacionados a eventos que podem resultar em perdas relacionadas à condução dos negócios, atividades e processos da instituição: • Risco Social: Relaciona-se à possibilidade de perdas decorrentes de violações de direitos fundamentais ou atos prejudiciais ao interesse comum. • Risco Ambiental: Refere-se à possibilidade de perdas causadas por eventos relacionados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais. • Risco Climático: Envolve a possibilidade de perdas devido a eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono e à possibilidade de ocorrência de perdas ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos. Para gerir esses riscos, o Grupo adota sistemas, rotinas e procedimentos que têm como objetivo identificar, avaliar, mensurar, monitorar e mitigar seus efeitos. Periodicamente, são avaliados o impacto e a probabilidade dos riscos, bem como a mensuração das perdas e prejuízos decorrentes. Ademais, a instituição busca tomar decisões conscientes e responsáveis em sua cadeia de valor, equilibrando oportunidades de negócios com responsabilidade social, ambiental e climática, contribuindo para o desenvolvimento das regiões em que atuamos. Além dos riscos citados, a área de gestão de riscos é responsável pelas potenciais perdas decorrentes das interações entre eles, e pela gestão do capital regulatório.

A Diretoria

Camila Del Poente – Contadora CRC 1SP 290.887/0-8

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da **Stone Instituição de Pagamento S.A. e Controladas**
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas da Stone Instituição de Pagamento S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Não cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. **Reconhecimento das receitas operacionais e registro dos valores de contas a receber de emissores:** Conforme divulgado nas notas explicativas nº 5.4 e nº 14, as principais receitas operacionais da Companhia são decorrentes, principalmente: (i) da captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito, as quais são apropriadas ao resultado da Companhia, líquidas de taxas de repasse aos bancos emissores e às bandeiras, na data do processamento das transações, (ii) das receitas de aluguel de equipamentos,

representadas pelos montantes recebidos dos estabelecimentos credenciados ao sistema da Companhia, pela disponibilização dos equipamentos de captura das transações com cartões e (iii) das rendas pelas antecipações de recebíveis aos estabelecimentos credenciados, mensuradas pela diferença entre o valor original a pagar aos estabelecimentos e o valor efetivamente antecipado. Em 31 de dezembro de 2025, a receita líquida de serviços de transações de pagamentos e outros serviços totalizou R\$ 2.452.728 mil, a receita líquida de serviços de assinatura e aluguel de equipamentos totalizou R\$ 462.926 mil e a receita líquida por antecipações de obrigações de transações de pagamentos totalizou R\$ 9.152.698 mil. O saldo de contas a receber de emissores totalizou R\$ 40.735.213 mil. Em razão da relevância do reconhecimento de receitas operacionais e registro dos valores de contas a receber de emissores, consideramos essa área como principal assunto de auditoria. **Como nossa auditoria conduziu o assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, os seguintes procedimentos, considerando critérios de relevância e imprevisibilidade na definição das amostras: (i) testes documentais relacionados ao processo de registro e monitoramento dos saldos de contas a receber de emissores e das receitas relacionadas às transações incorridas (captura, autorização, processamento, serviços de liquidação prestados pelas bandeiras e emissores, pré-pagamentos aos clientes de seus recebíveis parcelados e receitas de antecipação a estabelecimento); (ii) testes de valorização sobre a receita reconhecida com base no percentual devido sobre o valor da transação; (iii) testes sobre o registro da receita de serviços de assinatura e aluguel de equipamentos, incluindo valorização e apropriação contábil; e (iv) a avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas, incluídas nas notas explicativas nº 5.4 e nº 14. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o processo de reconhecimento das receitas operacionais e registro dos valores de contas a receber de emissores, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração, assim como a respectiva divulgação das notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto. **Provisão para perdas esperadas da carteira de crédito:** Conforme divulgado nas notas explicativas 5.2.1.1 e 5.6.1 das demonstrações financeiras consolidadas, a provisão para perdas esperadas da carteira de crédito da Companhia totalizava R\$ 389.682 mil em 31 de dezembro de 2025. A Administração estima a provisão para perdas esperadas da carteira de crédito considerando informações de inadimplência, classificação interna de risco e parâmetros de risco ("PD" – probabilidade de inadimplência, "LGD" – perda dada a inadimplência e "EAD" – exposição no momento da inadimplência). A PD é uma premissa particularmente sensível na determinação da provisão para perdas esperadas da carteira de crédito e é baseada em modelos estatísticos que consideram dados históricos internos e externos, informações que abordam o comportamento de cada devedor e suas perspectivas (forward-looking), entre outras informações. Devido à complexidade das premissas e julgamentos relevantes utilizados para determinação da PD, no contexto do cálculo da provisão para perdas esperadas da carteira de crédito, consideramos a determinação da PD como um principal assunto de auditoria. **Como nossa auditoria conduziu o assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento, a avaliação do desenho e o teste da efetividade operacional dos controles da Companhia relacionados à determinação da PD, incluindo os dados utilizados em seu cálculo,

bem como os controles de governança e supervisão sobre o modelo de provisão para perdas esperadas da carteira de crédito. Para testar a provisão para perdas esperadas da carteira de crédito envolvemos profissionais com qualificação e conhecimentos técnicos especializados para auxiliar na avaliação sobre as políticas contábeis adotadas pela administração para atendimento aos requisitos da IFRS 9, bem como no teste dos modelos e da metodologia utilizados para determinar a provisão para perdas esperadas da carteira de crédito, incluindo o cálculo da PD. Também avaliamos a adequação da documentação da administração por meio de teste dos principais dados utilizados, dada sua relevância na mensuração geral da provisão para perdas esperadas da carteira de crédito, e verificamos a suficiência das divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para perdas esperadas da carteira de crédito, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração, assim como a respectiva divulgação das notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 01/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação

Stone Instituição de Pagamentos S.A.

livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às cir-

cunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais

deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

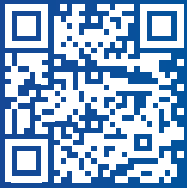
São Paulo, 26 de março de 2026.

EY Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. CRC SP 034.519/0

Wanderley Fernandes de Carvalho Neto Contador CRC SP 300.534/0

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br



☎ **Contato: (11) 3361-8833**

✉ **Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br**

DATA MERCANTIL São Paulo



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 01/04/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Deutsche Leasing Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil - Banco Múltiplo S.A.
 CNPJ nº 23.511.655/0001-20 www.deutsche-leasing.com.br/pt/company/international/brasil

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de Reais, exceto o valor do lucro (prejuízo) por ação)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
 Principais indicadores para a data-base 31 de dezembro de 2025 (em reais mil):
Descrição 31/12/de 2025
 Ativos totais 823.839
 Carteira de crédito e arrendamento mercantil 768.944
 Resultado do Semestre (3.950)
 Resultado do Ano (10.654)
 Patrimônio Líquido 93.575
 Índice de Basileia II 13,09%

Srs. Acionistas Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil - Banco Múltiplo S.A. ("Banco"), acompanhadas das respectivas notas explicativas, relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), que inclui as normas e instruções expedidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo BACEN e são substanciadas pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ação, acompanhadas do relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras. Durante o semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Banco continuou a apresentar desenvolvimento sólido em seu modelo de negócios, com a manutenção da sua carteira e criação de novos produtos. A carteira de crédito e arrendamento mercantil apresentou o montante de R\$ 769 milhões com 1.049 contratos ativos.

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota	31/12/2025
Caixa e equivalentes de caixa		40.480
Disponibilidades	4	20.480
Aplicações Financeiras	4	20.000
Ativos financeiros ao custo amortizado		722.800
Operações de arrendamento mercantil	6	139.103
Operações de crédito	6	629.841
(Provisões para perdas associadas ao risco de crédito)	7	(46.144)
Ativos financeiros ao valor justo por meio do result.		5
(Provisões para perdas associadas ao risco de crédito)	7	(46.144)
Instrumentos financeiros derivativos		2.258
Ativos fiscais correntes e diferidos		16a
Ativos tributários correntes		53.384
Ativos fiscais diferidos		2.371
Ativos fiscais diferidos		51.013
Outros ativos		8
Outros valores e bens		3.095
Imobilizado de uso		9
		1.742
Total do ativo		823.839
PASSIVO		823.839
Passivos financeiros ao custo amortizado		716.586
Depósitos	11	211.106
Obrigações por empréstimos	12	503.693
Outros passivos financeiros	13	1.787
Passivos fiscais correntes e diferidos		16b
Passivos tributários correntes		956
Obrigações fiscais diferidas		9.368
Outros passivos		14
Outros passivos		3.354
Patrimônio líquido		15
Capital social		87.563
Reservas de lucros		19.391
Prejuízo acumulado		(13.379)
Total do passivo e Patrimônio líquido		823.839

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional: A Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil - Banco Múltiplo S.A. ("Banco") é uma sociedade anônima de capital fechado, com prazo de duração ilimitado, constituída em 24 de julho de 2015 e autorizada pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") em 06 de outubro de 2015 como uma Sociedade de Arrendamento Mercantil. Com o objetivo de ampliar o leque de produtos oferecidos a clientes e parceiros, o Banco solicitou autorização para operar como banco múltiplo (carteiras de investimento e arrendamento mercantil), a qual foi concedida em 07 de maio de 2020. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN que incluem as normas e instruções expedidas pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN") e BACEN e são substanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - SFN e com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o pressuposto da continuidade, onde foi avaliada a capacidade operacional no futuro previsível por meio de plano de negócios, orçamentos, fluxos de caixa, entre outros aspectos. Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi homologada pelo BACEN. Desta forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os pronunciamentos já homologados pelo BACEN, excetuando o CPC 41- Resultado por ação, o qual não foi adotado pelo Banco por não ser companhia aberta. Em conformidade com o disposto no art. 79 da Resolução CMN 4.966/21 a Companhia optou por não apresentar, de forma comparativa, as demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2025 em relação aos períodos anteriores. As demonstrações financeiras referentes ao semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram aprovadas para divulgação em 26 de março de 2026. **2.1 Normas, alterações e interpretações de normas a partir de 1º de janeiro de 2025: I- Resolução CMN nº 4.966/21, Lei nº 14.467/22 e atualizações posteriores, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025:** Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, a Resolução CMN nº 4.966/21, a Resolução BCB nº 352/23 e normas complementares, estabelecem novos critérios aplicáveis a instrumentos financeiros, ativos e passivos, incluindo a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) e a serem adotados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, dentre os quais destacam-se: i) Classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros; ii) Reconhecimento de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; iii) Atualização dos instrumentos financeiros por meio da a efetiva; e iv) Stop Accrual do reconhecimento de juros para instrumentos financeiros ativos em atraso. Em complemento a Resolução CMN nº 4.966/21, foram emitidas, no ano de 2023, as Resoluções CMN nº 5.100 e BCB nº 352, que fornecem diretrizes adicionais. Essas resoluções abordam, entre outros aspectos, o tratamento aos seguintes aspectos da norma: i) Aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros; ii) Constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito; iii) Evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a ser observada pelas instituições financeiras; iv) Reconhecimento de custos de transação imateriais; e v) Apropriação de receita. As Resoluções têm como objetivo fornecer orientações detalhadas e abrangentes às instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, no que diz respeito à contabilização e à divulgação de informações sobre instrumentos financeiros, buscando reduzir as assimetrias com os padrões internacionais. Abaixo destacam-se os principais aspectos da norma abordados: **a) Classificação de Instrumentos Financeiros:** O critério de classificação e mensuração dos ativos financeiros dependem, tanto do modelo de negócio adotado pela Administração para a sua gestão, como das características dos fluxos de caixa contratuais, visando identificar especificamente se este atende ao critério de "Somente Pagamento de Principal e Juros" (SPPJ). Com base no exposto, os ativos financeiros serão classificados conforme as seguintes categorias: - Custo Amortizado: ativos mantidos com o objetivo de auferir fluxos de caixa contratuais, compostos exclusivamente por pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal. - Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA"): ativos geridos para obtenção de retorno tanto pelo recebimento dos fluxos contratuais quanto por sua venda com transferência substancial de riscos e benefícios. - Valor Justo por Meio do Resultado ("VJR"): ativos financeiros que não se enquadram nas categorias anteriores, incluindo aqueles adquiridos com finalidade de negociação ou cujos fluxos contratuais não se limitam a principal e juros. A partir de 1º de janeiro de 2025, os ativos e passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado serão contabilmente reconhecidos com base no método da Taxa Efetiva de Juros (TEJ), que considera custos e receitas adicionais à operação no momento de sua origem ou aquisição. Isso significa que o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual será igualizado ao valor contábil bruto do ativo ou passivo financeiro. No entanto, as operações de crédito ou com característica de concessão de crédito originadas até 31 de dezembro de 2024 continuarão a ser reconhecidas pela taxa contratual estipulada nos respectivos contratos durante sua vigência. Referente às operações de crédito e demais operações com características de concessão de crédito classificadas na categoria Custo Amortizado, o Banco optou por realizar a apropriação de receitas e despesas relativas aos custos de transação e demais valores recebidos na origem ou emissão do instrumento financeiro, seguindo o método de taxa de juros proporcional diferenciada. **b) Provisões Associadas ao Risco de Crédito:** O Banco adota a metodologia simplificada para o cálculo das perdas esperadas dos instrumentos financeiros, conforme o artigo 50 da Resolução CMN nº 4.966/21. A metodologia simplificada prevê o cálculo da provisão segregada nos seguintes componentes: Provisão para perda incorrida: provisão para ativos financeiros inadimplidos (atraso superior a 90 dias), realizada com base na carteira e no atraso no cumprimento do pagamento de principal e juros pela contraparte. **Provisão adicional:** provisão para ativos não inadimplidos (atraso menor que 90 dias). Perda esperada complementar: provisão para perdas definido conforme metodologia própria da instituição com as diretrizes do Banco Central. O nível de provisão para ativos inadimplidos é calculado de acordo com o atraso a partir da data do inadimplemento e a classificação da carteira. O nível de provisão aumenta conforme o atraso da operação. Adicionalmente à provisão para perdas incorridas, deve ser constituída uma provisão adicional, com percentuais que variam em função do tempo de atraso (incluindo ativos com zero dias de atraso), da classificação de carteira e da marcação de ativo problemático. Um ativo financeiro é classificado como de recuperação duvidosa ou problemático quando apresenta, cumulativamente ou isoladamente, os seguintes indícios de deterioração de crédito: (a) atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento do principal ou dos encargos contratuais; ou (b) evidências objetivas de que a obrigação contratual caracteriza-se como um ativo reestruturado, ou seja, aquele cujas condições contratuais renegotiadas implicam concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração. **Baixa a prejuízo:** A baixa contábil de ativos ocorrendo há evidência de que a recuperação do crédito é remota, conforme os critérios estabelecidos pela Resolução BCB nº 352/2023. Isso inclui operações com 100% de perda esperada reconhecida ou com falência/ôbito confirmado. A baixa é precedida da constituição integral da provisão. **c) Impostos Correntes e Diferidos:** A Lei nº 14.467/22 dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. Essa lei altera o momento do reconhecimento da perda na operação de crédito, permitindo a dedução das provisões mínimas determinadas pelo BACEN para as operações vencidas acima de 90 dias. A Lei determina que sejam tratadas de forma diferenciada as perdas apuradas em 1º de janeiro de 2025 relativas aos créditos que se encontrarem inadimplidos em 31 de dezembro de 2024 e que não tenham sido deduzidas até essa data e que não tenham sido recuperadas, somente podendo excluí-las do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026. O Banco avaliou os impactos da adoção das novas normativas contábeis introduzidas pela Resolução BCB nº 352/2023 e demais atos correlatos, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025. Os principais efeitos observados concentram-se na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas esperadas e critérios para identificação de ativos problemáticos ou reestruturados. A análise conduzida demonstrou que não houve necessidade de mudanças relevantes nos critérios de reconhecimento contábil adotados pelo Banco, sendo mantida a classificação dos ativos financeiros, alterando apenas a sua nomenclatura, conforme o modelo de negócio do Banco. Os impactos da implementação da Resolução CMN nº 4.966/21 encontram-se demonstrados abaixo:

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Prejuízo acumulado	Total
Saldos em 30 de junho de 2025		87.563	1.064	18.327	(9.429)	97.525
Prejuízo do semestre		-	-	-	(3.950)	(3.950)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	15	87.563	1.064	18.327	(13.379)	93.575
Saldos em 31 de dezembro de 2024		87.563	1.064	18.327	-	106.955
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21		-	-	-	(2.725)	(2.725)
Saldos em 1 de janeiro de 2025		87.563	1.064	18.327	(2.725)	104.230
Prejuízo do exercício		-	-	-	(10.655)	(10.655)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	15	87.563	1.064	18.327	(13.379)	93.575

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

	Nota	2º Semestre	Exercício
Receitas da intermediação financeira		50.886	95.660
Resultado de crédito e arrendamento mercantil	18a	51.209	96.900
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez		199	295
Receita com Instrumentos Financeiros		-	-
Derivativos	18c	(522)	(1.535)
Despesas de intermediação financeira		(50.169)	(98.672)
Resultado de Captação	18b	(39.916)	(73.409)
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	7	(10.253)	(25.263)
Resultado bruto da intermediação financeira		717	(3.012)
Outras receitas (despesas) operacionais		(10.749)	(18.887)
Receita de prestação de serviços	18d	4.839	11.151
Despesa com pessoal	18e	(5.696)	(12.362)
Outras despesas administrativas	18f	(6.896)	(14.151)
Despesas tributárias	18g	(1.804)	(3.224)
Outras despesas operacionais	18i	(3.183)	(4.227)
Outras receitas operacionais	18h	1.991	4.827
Despesas com outras provisões		-	(902)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		(10.032)	(21.900)
Tributos sobre o lucro	16	6.082	11.246
IRPJ e CSLL diferidos		6.082	11.246
Prejuízo Líquido do semestre / exercício		(3.950)	(10.654)
Número de ações		15.875.563.586	87.563.586
Prejuízo por ação		(0,045110)	(0,121671)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	2º Semestre	Exercício
Prejuízo Líquido do semestre / exercício	(3.950)	(10.655)
Outros resultados abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para o resultado	-	-
Resultado abrangente	(3.950)	(10.655)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

	Nota	2º Semestre	Exercício
Atividades operacionais		7	11.123
Prejuízo do semestre / exercício		(3.950)	(10.654)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do semestre e exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais		-	-
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito	7	11.123	26.133
Depreciação		5	22
Marcação a mercado de derivativos e hedge accounting		422	1.372
Perdas em outros valores e bens		(486)	416
Ativo fiscal diferido	16d	(6.082)	(11.246)
Lucro ajustado		1.032	6.042
(Aumento)/redução nos ativos operacionais		(76.516)	(54.511)
Operações de crédito e arrendamento mercantil		(85.457)	(59.507)
Outros ativos		5.821	(540)
Outros valores e bens		3.066	(82)
Ativos fiscais correntes		54	5.619
Aumento/(redução) nos passivos operacionais		70.049	82.633
Depósitos		(29.770)	(33.900)
Obrigações por empréstimos		101.150	122.666
Outros passivos financeiros		(1.478)	824
Outros passivos		502	529
Passivos tributários correntes		(355)	(5.394)
Impostos Pagos		-	(2.093)
Caixa líquido gerado e (utilizado) nas atividades operacionais		(5.435)	34.164
Aumento (Diminuição) de caixa e equivalentes de caixa		(5.435)	34.164
Caixa e equivalentes de caixa		45.915	6.316
No início do semestre/exercício		40.480	40.480
No fim do semestre/exercício		40.480	40.480
Aumento (Diminuição) de caixa e equivalentes de caixa		(5.435)	34.164

Remuneração de acionistas Consoante estatuto social, caso sejam apurados lucros em cada exercício, o Banco deverá distribuir 25% dos resultados, após efetuadas as deduções legais e a constituição das reservas legais, podendo ainda os dividendos não serem distribuídos, mas sim convertidos em eventual aumento de capital. Contudo, no exercício de 2025 foi gerado prejuízo, não havendo assim distribuições.

São Paulo, 26 de março de 2026.

A Diretoria

tuem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas; • Os ativos financeiros são geridos em conjunto para atingir um objetivo de rentabilidade sobre o patrimônio líquido, dentro dos limites específicos de risco estabelecidos e aprovados pela diretoria do Banco; • As receitas são reconhecidas no resultado utilizando-se o método de juros efetivos, quando aplicadas; • Não são reconhecidas receitas de ativos classificados como problemáticos antes de serem distribuídos, mas sim convertidos em eventual aumento de capital. Contudo, no exercício de 2025 foi gerado prejuízo, não havendo assim distribuições.

f.2) Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes: Os ativos financeiros são classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando são mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado detendo-os para receber fluxos de caixa contratuais e vendendo. A venda não é incidental e sim parte integrante do modelo de negócios. **f.3) Valor Justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo por meio do resultado quando estão em um modelo de negócios cujo objetivo não é coletar fluxos de caixa contratuais nem a venda. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, sendo os custos relacionados à transação reconhecidos no resultado quando incorridos. Subsequentemente, esses instrumentos são mensurados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado na medida em que são apurados. **f.4) Passivos financeiros:** O Banco deve classificar os passivos financeiros na categoria de custo amortizado, exceto nos casos em que o passivo financeiro seja classificado como "valor justo por meio do resultado" ou designado como tal, como abaixo: - Derivativos que sejam passivos, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado; - Passivos financeiros gerados em operações que envolvam o empréstimo ou aluguel de ativos financeiros, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado; - Passivos resultantes de transferência de ativos VJR não qualificados para baixa; - Garantia financeira: maior entre provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, e o valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida de acordo com a regulamentação específica; **g) Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito:** O Banco realiza a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito pela Metodologia Simplificada, de acordo com os critérios da Resolução CMN nº 4.966/21. Os critérios de aplicação da metodologia simplificada são definidos pela Resolução BCB nº 352/2023, que estabelece o enquadramento dos ativos financeiros em carteiras. As operações de crédito e de arrendamento mercantil do Banco são classificadas na carteira C2, nos termos da referida regulamentação. **h) Determinação da hierarquia do valor justo:** A metodologia aplicada para mensuração do valor justo (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela diretoria, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, aplicáveis para a data base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados. Os instrumentos financeiros derivativos devem ser classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da diretoria para fins ou não de proteção (hedge) e ajustados pelo valor de mercado com as valorizações e desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período. De acordo com a Resolução 4.924/21, o Banco classifica as mensurações de valor justo usando uma hierarquia que reflete a significância dos insumos usados no processo de mensuração: - Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos aos quais entidades podem ter acesso na data de mensuração. - Nível 2: Preços cotados em mercado ativo para ativos ou passivos similares ou baseado em outro método de valorização nos quais todos os inputs significativos são baseados em dados observáveis do mercado. - Nível 3: Técnicas de valorização nos quais os inputs significativos não são baseados em dados observáveis do mercado para o ativo ou o passivo input, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). **i) Instrumentos Financeiros Derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos integrantes da carteira do Banco são utilizados para "hedge" (proteção) e seguem as orientações da Circular nº 3.082/02 do BACEN. Esses instrumentos são avaliados pelo seu valor de mercado, com critérios consistentes e verificáveis, considerando o preço médio de negociação no dia da apuração, ou, na falta deste, metodologias convencionais. Os Instrumentos Financeiros Derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, levando-se em consideração a sua finalidade. Os Instrumentos Financeiros Derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos são considerados instrumentos de proteção ("hedge") e são classificados de acordo com a sua natureza, sendo que a contabilização de hedge accounting, conforme novas disposições regulatórias, entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027 sendo classificados de acordo com sua natureza em: Hedge de Risco de Mercado - Os Instrumentos Financeiros Derivativos classificados nessa categoria, bem como o item objeto de "hedge", têm seus ajustes a valor de mercado registrados em contrapartida ao resultado do período. Hedge de Fluxo de Caixa - Os Instrumentos Financeiros Derivativos classificados nessa categoria, bem como o item objeto de "hedge", têm seus ajustes a valor de mercado da parcela efetiva do "hedge" registrados em conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, e qualquer outra variação em contrapartida à adequada conta de receita e despesa, no resultado do período. **j) Imobilizado de uso:** O Banco reconhece os novos imobilizados valor de custo, que compreendem o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. Adicionalmente, a depreciação corresponde ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o item estiver disponível para uso, e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil, o período durante o qual o Banco espera utilizar o ativo. **k) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 20%. A Resolução nº 4.842 de 30 de julho de 2020, do CMN, determina que o Banco deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições: - Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência. - Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos. - O Banco constituirá crédito tributário de IRPJ e CSLL sobre os prejuízos fiscais originados pela diferença temporária relativa ao saldo de superavencimento de depreciação apresentado no final do período. - O Banco, quando aplicável, constituirá crédito tributário sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e demais diferenças temporárias, assim como os impostos diferidos sobre a exclusão do ajuste entre depreciação fiscal e contábil. **l) Estimativas contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. E requerem que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e pressupostos incluem a provisão para perdas associadas ao risco de crédito, a valorização de instrumentos financeiros e a realização dos créditos tributários constituídos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco revisa as estimativas e pressupostos a cada data de elaboração das demonstrações financeiras. **m) Resultado e não recorrente:** O Banco classifica seus resultados como recorrentes ou não recorrentes através de políticas internas que determinam que são resultados recorrentes

Continua

Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil - Banco Múltiplo S.A.																																																																																																																																																																																																																																																																	
<p>aqueles que estejam de acordo com o objeto social determinado em seu Estatuto Social que é "a prática de operações ativas, passivas e acessórias, inerentes às respectivas carteiras autorizadas de crédito, investimento e arrendamento mercantil, além de quaisquer outras operações que venham a ser permitidas às sociedades da espécie, de acordo com as disposições legais regulamentares". Para que um resultado seja considerado não recorrente ele precisa adicionalmente não ter previsibilidade de ocorrência nos próximos 3 exercícios seguintes. Considerando a política estabelecida, a Administração considera que todo o seu resultado do período de 2025 são oriundos de resultados recorrentes. 4. Caixa e Equivalentes de Caixa:</p>																																																																																																																																																																																																																																																																	
<p>Disponibilidades</p> <table border="1"> <tr> <td>Bancos conta movimento nacional</td> <td>20.480</td> </tr> <tr> <td>Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)</td> <td>20.000</td> </tr> <tr> <td>Total Circulante</td> <td>40.480</td> </tr> </table> <p>(a) Aplicação financeira com rendimento atrelado a Taxa DI.</p>										Bancos conta movimento nacional	20.480	Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	20.000	Total Circulante	40.480																																																																																																																																																																																																																																																		
Bancos conta movimento nacional	20.480																																																																																																																																																																																																																																																																
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	20.000																																																																																																																																																																																																																																																																
Total Circulante	40.480																																																																																																																																																																																																																																																																
<p>5. Instrumentos Financeiros Derivativos: a. Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Indexador</th> <th rowspan="2">Instru-mento</th> <th rowspan="2">Valor de Referência</th> <th colspan="2">Diferencial a receber/ Valor curva</th> <th colspan="2">Diferencial a receber/ Valor de Mercado</th> </tr> <tr> <th>Líquida</th> <th>Passivo Líquida</th> <th>Líquida</th> <th>Passivo Líquida</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Euro x Pré</td> <td>SWAP</td> <td>9.847</td> <td>2.220</td> <td>2.258</td> <td>-</td> <td>2.258</td> </tr> </tbody> </table>										Indexador	Instru-mento	Valor de Referência	Diferencial a receber/ Valor curva		Diferencial a receber/ Valor de Mercado		Líquida	Passivo Líquida	Líquida	Passivo Líquida	Euro x Pré	SWAP	9.847	2.220	2.258	-	2.258																																																																																																																																																																																																																																						
Indexador	Instru-mento	Valor de Referência	Diferencial a receber/ Valor curva		Diferencial a receber/ Valor de Mercado																																																																																																																																																																																																																																																												
			Líquida	Passivo Líquida	Líquida	Passivo Líquida																																																																																																																																																																																																																																																											
Euro x Pré	SWAP	9.847	2.220	2.258	-	2.258																																																																																																																																																																																																																																																											
<p>6. Carteira de crédito e arrendamento mercantil: a) Operações de crédito e arrendamento mercantil: i) Carteira por modalidade e prazo:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Modalidade</th> <th>Parcelas Vencidas</th> <th>Parcelas a Vencer até 3 Meses</th> <th>Parcelas a Vencer entre 3 e 12 Meses</th> <th>Parcelas a Vencer Acima de 12 Meses</th> <th>TJEO</th> <th>31/12/2025</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Arrendamento Mercantil (vide nota 6b)</td> <td>2.951</td> <td>18.770</td> <td>49.542</td> <td>67.839</td> <td>-</td> <td>139.102</td> </tr> <tr> <td>Operações de Crédito - CCB</td> <td>19.728</td> <td>50.390</td> <td>137.151</td> <td>371.632</td> <td>(2.917)</td> <td>575.984</td> </tr> <tr> <td>Operações de Crédito - FINAME</td> <td>849</td> <td>4.098</td> <td>12.295</td> <td>36.563</td> <td>53</td> <td>53.858</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>23.528</td> <td>73.258</td> <td>198.988</td> <td>476.034</td> <td>(2.864)</td> <td>768.944</td> </tr> </tbody> </table>										Modalidade	Parcelas Vencidas	Parcelas a Vencer até 3 Meses	Parcelas a Vencer entre 3 e 12 Meses	Parcelas a Vencer Acima de 12 Meses	TJEO	31/12/2025	Arrendamento Mercantil (vide nota 6b)	2.951	18.770	49.542	67.839	-	139.102	Operações de Crédito - CCB	19.728	50.390	137.151	371.632	(2.917)	575.984	Operações de Crédito - FINAME	849	4.098	12.295	36.563	53	53.858	Total	23.528	73.258	198.988	476.034	(2.864)	768.944																																																																																																																																																																																																																					
Modalidade	Parcelas Vencidas	Parcelas a Vencer até 3 Meses	Parcelas a Vencer entre 3 e 12 Meses	Parcelas a Vencer Acima de 12 Meses	TJEO	31/12/2025																																																																																																																																																																																																																																																											
Arrendamento Mercantil (vide nota 6b)	2.951	18.770	49.542	67.839	-	139.102																																																																																																																																																																																																																																																											
Operações de Crédito - CCB	19.728	50.390	137.151	371.632	(2.917)	575.984																																																																																																																																																																																																																																																											
Operações de Crédito - FINAME	849	4.098	12.295	36.563	53	53.858																																																																																																																																																																																																																																																											
Total	23.528	73.258	198.988	476.034	(2.864)	768.944																																																																																																																																																																																																																																																											
<p>ii) Composição da Carteira por Setor de Atividade:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Sector Privado</th> <th>Parcelas Vencidas</th> <th>Parcelas a Vencer até 3 Meses</th> <th>Parcelas a Vencer entre 3 e 12 Meses</th> <th>Parcelas a Vencer Acima de 12 Meses</th> <th>TJEO</th> <th>31/12/2025</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Indústria</td> <td>11.260</td> <td>41.821</td> <td>114.104</td> <td>299.291</td> <td>(2.006)</td> <td>464.470</td> </tr> <tr> <td>Comércio</td> <td>70</td> <td>1.916</td> <td>4.472</td> <td>7.413</td> <td>(28)</td> <td>13.843</td> </tr> <tr> <td>Serviços</td> <td>12.198</td> <td>29.521</td> <td>80.412</td> <td>169.330</td> <td>(830)</td> <td>290.631</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>23.528</td> <td>73.258</td> <td>198.988</td> <td>476.034</td> <td>(2.864)</td> <td>768.944</td> </tr> </tbody> </table>										Sector Privado	Parcelas Vencidas	Parcelas a Vencer até 3 Meses	Parcelas a Vencer entre 3 e 12 Meses	Parcelas a Vencer Acima de 12 Meses	TJEO	31/12/2025	Indústria	11.260	41.821	114.104	299.291	(2.006)	464.470	Comércio	70	1.916	4.472	7.413	(28)	13.843	Serviços	12.198	29.521	80.412	169.330	(830)	290.631	Total	23.528	73.258	198.988	476.034	(2.864)	768.944																																																																																																																																																																																																																					
Sector Privado	Parcelas Vencidas	Parcelas a Vencer até 3 Meses	Parcelas a Vencer entre 3 e 12 Meses	Parcelas a Vencer Acima de 12 Meses	TJEO	31/12/2025																																																																																																																																																																																																																																																											
Indústria	11.260	41.821	114.104	299.291	(2.006)	464.470																																																																																																																																																																																																																																																											
Comércio	70	1.916	4.472	7.413	(28)	13.843																																																																																																																																																																																																																																																											
Serviços	12.198	29.521	80.412	169.330	(830)	290.631																																																																																																																																																																																																																																																											
Total	23.528	73.258	198.988	476.034	(2.864)	768.944																																																																																																																																																																																																																																																											
<p>iii) Concentração de Crédito:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Valor</th> <th>31/12/2025</th> <th>%</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>10 Maiores Devedores</td> <td>77.433</td> <td>10%</td> </tr> <tr> <td>20 Maiores Seguintes</td> <td>90.068</td> <td>12%</td> </tr> <tr> <td>Demais Devedores</td> <td>601.443</td> <td>78%</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>768.944</td> <td>100%</td> </tr> </tbody> </table>											Valor	31/12/2025	%	10 Maiores Devedores	77.433	10%	20 Maiores Seguintes	90.068	12%	Demais Devedores	601.443	78%	Total	768.944	100%																																																																																																																																																																																																																																								
	Valor	31/12/2025	%																																																																																																																																																																																																																																																														
10 Maiores Devedores	77.433	10%																																																																																																																																																																																																																																																															
20 Maiores Seguintes	90.068	12%																																																																																																																																																																																																																																																															
Demais Devedores	601.443	78%																																																																																																																																																																																																																																																															
Total	768.944	100%																																																																																																																																																																																																																																																															
<p>iv) Composição da Carteira por moeda e indexador:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Valor</th> <th>31/12/2025</th> <th>%</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Contratos em reais prefixados</td> <td>478.717</td> <td>62%</td> </tr> <tr> <td>Contratos em euros prefixados</td> <td>190.386</td> <td>25%</td> </tr> <tr> <td>Contratos em dólares prefixados</td> <td>54.800</td> <td>7%</td> </tr> <tr> <td>Contratos em reais pós-fixados</td> <td>45.041</td> <td>6%</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>768.944</td> <td>100%</td> </tr> </tbody> </table>											Valor	31/12/2025	%	Contratos em reais prefixados	478.717	62%	Contratos em euros prefixados	190.386	25%	Contratos em dólares prefixados	54.800	7%	Contratos em reais pós-fixados	45.041	6%	Total	768.944	100%																																																																																																																																																																																																																																					
	Valor	31/12/2025	%																																																																																																																																																																																																																																																														
Contratos em reais prefixados	478.717	62%																																																																																																																																																																																																																																																															
Contratos em euros prefixados	190.386	25%																																																																																																																																																																																																																																																															
Contratos em dólares prefixados	54.800	7%																																																																																																																																																																																																																																																															
Contratos em reais pós-fixados	45.041	6%																																																																																																																																																																																																																																																															
Total	768.944	100%																																																																																																																																																																																																																																																															
<p>v) Operações renegociadas: O Banco considera em situação normal uma operação renegociada para a qual ocorreram pelo menos os pagamentos em dia das três primeiras parcelas do acordo inicial. Em 2025, o banco teve R\$ 8.903 em renegociações na quais apenas R\$ 500 ainda se encontra em aberto, não há saldos pendentes de anos anteriores. Além disso, o Banco não possui operações reestruturadas. b) Operações de arrendamento mercantil: O saldo dos contratos de arrendamento mercantil é representado pelo seu respectivo valor presente, apurado pela taxa interna de retorno de cada contrato e acrescidos das contraprestações futuras e não pagas. Esses valores, em atendimento às normas do Banco Central do Brasil, são registrados em diversas contas patrimoniais e apresentadas na linha "Operações de arrendamento mercantil" conforme requerimento da Resolução BCB nº 2/2020. A seguir apresentamos o analítico das contas:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Descrição</th> <th>31/12/2025</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Arrendamento Financeiro:</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Arrendamentos a Receber</td> <td>130.172</td> </tr> <tr> <td>Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil</td> <td>(127.745)</td> </tr> <tr> <td>Valores Residuais a Realizar</td> <td>36.501</td> </tr> <tr> <td>Valores Residuais a Balancear</td> <td>(36.501)</td> </tr> <tr> <td>Imobilização de Arrendamento - Bens Arrendados</td> <td>373.356</td> </tr> <tr> <td>Imobilização de Arrendamento - Depreciação Acumulada</td> <td>(180.750)</td> </tr> <tr> <td>Superveniência de Depreciação</td> <td>60.861</td> </tr> <tr> <td>Credores por Antecipação de VRG</td> <td>(115.387)</td> </tr> <tr> <td>Amortização Acumulada - Perdas de Arrendamento</td> <td>(29.937)</td> </tr> <tr> <td>Perdas em Arrendamento a Amortizar</td> <td>68.996</td> </tr> <tr> <td>Insuficiência de Depreciação - Perdas de Arrendamento</td> <td>(40.463)</td> </tr> <tr> <td>Total da Carteira de Arrendamento</td> <td>139.103</td> </tr> </tbody> </table>										Descrição	31/12/2025	Arrendamento Financeiro:		Arrendamentos a Receber	130.172	Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(127.745)	Valores Residuais a Realizar	36.501	Valores Residuais a Balancear	(36.501)	Imobilização de Arrendamento - Bens Arrendados	373.356	Imobilização de Arrendamento - Depreciação Acumulada	(180.750)	Superveniência de Depreciação	60.861	Credores por Antecipação de VRG	(115.387)	Amortização Acumulada - Perdas de Arrendamento	(29.937)	Perdas em Arrendamento a Amortizar	68.996	Insuficiência de Depreciação - Perdas de Arrendamento	(40.463)	Total da Carteira de Arrendamento	139.103																																																																																																																																																																																																																												
Descrição	31/12/2025																																																																																																																																																																																																																																																																
Arrendamento Financeiro:																																																																																																																																																																																																																																																																	
Arrendamentos a Receber	130.172																																																																																																																																																																																																																																																																
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(127.745)																																																																																																																																																																																																																																																																
Valores Residuais a Realizar	36.501																																																																																																																																																																																																																																																																
Valores Residuais a Balancear	(36.501)																																																																																																																																																																																																																																																																
Imobilização de Arrendamento - Bens Arrendados	373.356																																																																																																																																																																																																																																																																
Imobilização de Arrendamento - Depreciação Acumulada	(180.750)																																																																																																																																																																																																																																																																
Superveniência de Depreciação	60.861																																																																																																																																																																																																																																																																
Credores por Antecipação de VRG	(115.387)																																																																																																																																																																																																																																																																
Amortização Acumulada - Perdas de Arrendamento	(29.937)																																																																																																																																																																																																																																																																
Perdas em Arrendamento a Amortizar	68.996																																																																																																																																																																																																																																																																
Insuficiência de Depreciação - Perdas de Arrendamento	(40.463)																																																																																																																																																																																																																																																																
Total da Carteira de Arrendamento	139.103																																																																																																																																																																																																																																																																
<p>f) Composição do imobilizado de arrendamento por tipo de equipamento:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Descrição</th> <th>31/12/2025</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Máquinas e equipamentos</td> <td>104.285</td> </tr> <tr> <td>Veículos e afins</td> <td>34.818</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>139.103</td> </tr> </tbody> </table>										Descrição	31/12/2025	Máquinas e equipamentos	104.285	Veículos e afins	34.818	Total	139.103																																																																																																																																																																																																																																																
Descrição	31/12/2025																																																																																																																																																																																																																																																																
Máquinas e equipamentos	104.285																																																																																																																																																																																																																																																																
Veículos e afins	34.818																																																																																																																																																																																																																																																																
Total	139.103																																																																																																																																																																																																																																																																
<p>7. Provisão para perdas associadas ao risco de crédito: O risco dos saldos a valor presente da carteira de arrendamento mercantil e outros créditos e a provisão para perdas associadas ao risco de crédito, como requerido pela Resolução CMN nº 4.966/21, estavam assim distribuídos:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Valor da Carteira</th> <th>Adimplido (a)</th> <th>Inadimplido (b)</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Até 30 dias</td> <td>663.680</td> <td>11.228</td> <td>1.446</td> <td>-</td> <td>12.674</td> </tr> <tr> <td>31 a 90 dias</td> <td>48.641</td> <td>968</td> <td>2.401</td> <td>-</td> <td>3.369</td> </tr> <tr> <td>91 a 120 dias</td> <td>3.196</td> <td>-</td> <td>135</td> <td>1.732</td> <td>1.867</td> </tr> <tr> <td>121 a 240 dias</td> <td>21.967</td> <td>-</td> <td>5.511</td> <td>5.511</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Acima de 240 dias</td> <td>34.324</td> <td>-</td> <td>22.723</td> <td>22.723</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Total Provisão</td> <td>771.808</td> <td>12.196</td> <td>3.982</td> <td>29.966</td> <td>46.144</td> </tr> </tbody> </table>										Valor da Carteira	Adimplido (a)	Inadimplido (b)	Total	Até 30 dias	663.680	11.228	1.446	-	12.674	31 a 90 dias	48.641	968	2.401	-	3.369	91 a 120 dias	3.196	-	135	1.732	1.867	121 a 240 dias	21.967	-	5.511	5.511	-	Acima de 240 dias	34.324	-	22.723	22.723	-	Total Provisão	771.808	12.196	3.982	29.966	46.144																																																																																																																																																																																																																
Valor da Carteira	Adimplido (a)	Inadimplido (b)	Total																																																																																																																																																																																																																																																														
Até 30 dias	663.680	11.228	1.446	-	12.674																																																																																																																																																																																																																																																												
31 a 90 dias	48.641	968	2.401	-	3.369																																																																																																																																																																																																																																																												
91 a 120 dias	3.196	-	135	1.732	1.867																																																																																																																																																																																																																																																												
121 a 240 dias	21.967	-	5.511	5.511	-																																																																																																																																																																																																																																																												
Acima de 240 dias	34.324	-	22.723	22.723	-																																																																																																																																																																																																																																																												
Total Provisão	771.808	12.196	3.982	29.966	46.144																																																																																																																																																																																																																																																												
<p>a) Casos Adimplidos Problemáticos: são contratos em que o cliente foi considerado problemático devido a estar inadimplido e voltado a realizar os pagamentos ficando então em processo de cura, ou casos em que o cliente possui mais de um contrato, porém apresenta ao menos um deles como problemático. b) Casos Inadimplidos: são os contratos que apresentam parcelas vencidas há mais de 90 dias. Movimentação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Descrição</th> <th>31/12/2025</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Saldo em 31/12/2024</td> <td>22.866</td> </tr> <tr> <td>Ajustes 4.966</td> <td>4.955</td> </tr> <tr> <td>Saldo em 01/01/2025</td> <td>27.821</td> </tr> <tr> <td>Constituição líquida de reversão</td> <td>25.263</td> </tr> <tr> <td>Créditos baixados para prejuízo</td> <td>(6.941)</td> </tr> <tr> <td>Saldo Final</td> <td>46.144</td> </tr> </tbody> </table>										Descrição	31/12/2025	Saldo em 31/12/2024	22.866	Ajustes 4.966	4.955	Saldo em 01/01/2025	27.821	Constituição líquida de reversão	25.263	Créditos baixados para prejuízo	(6.941)	Saldo Final	46.144																																																																																																																																																																																																																																										
Descrição	31/12/2025																																																																																																																																																																																																																																																																
Saldo em 31/12/2024	22.866																																																																																																																																																																																																																																																																
Ajustes 4.966	4.955																																																																																																																																																																																																																																																																
Saldo em 01/01/2025	27.821																																																																																																																																																																																																																																																																
Constituição líquida de reversão	25.263																																																																																																																																																																																																																																																																
Créditos baixados para prejuízo	(6.941)																																																																																																																																																																																																																																																																
Saldo Final	46.144																																																																																																																																																																																																																																																																
<p>8. Outros ativos:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Descrição</th> <th>31/12/2025</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Deutsche Sparkassen Leasing AG & Co KG - Comissões a Receber</td> <td>959</td> </tr> <tr> <td>Deutsche Leasing Finance GmbH - Comissões a Receber</td> <td>479</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>1.438</td> </tr> </tbody> </table>										Descrição	31/12/2025	Deutsche Sparkassen Leasing AG & Co KG - Comissões a Receber	959	Deutsche Leasing Finance GmbH - Comissões a Receber	479	Total	1.438																																																																																																																																																																																																																																																
Descrição	31/12/2025																																																																																																																																																																																																																																																																
Deutsche Sparkassen Leasing AG & Co KG - Comissões a Receber	959																																																																																																																																																																																																																																																																
Deutsche Leasing Finance GmbH - Comissões a Receber	479																																																																																																																																																																																																																																																																
Total	1.438																																																																																																																																																																																																																																																																
<p>9. Outros valores e bens: a) Composição do saldo - Bens Não de Uso Próprio:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Descrição</th> <th>31/12/2025</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Equipamentos retomados ou recebidos em ação de pagamento</td> <td>2.824</td> </tr> <tr> <td>Provisão para desvalorização de bem</td> <td>(1.082)</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>1.742</td> </tr> </tbody> </table>										Descrição	31/12/2025	Equipamentos retomados ou recebidos em ação de pagamento	2.824	Provisão para desvalorização de bem	(1.082)	Total	1.742																																																																																																																																																																																																																																																
Descrição	31/12/2025																																																																																																																																																																																																																																																																
Equipamentos retomados ou recebidos em ação de pagamento	2.824																																																																																																																																																																																																																																																																
Provisão para desvalorização de bem	(1.082)																																																																																																																																																																																																																																																																
Total	1.742																																																																																																																																																																																																																																																																
<p>b) Movimentação - Bens Não de Uso Próprio:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Descrição</th> <th>31/12/2025</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Saldo anterior</td> <td>3.898</td> </tr> <tr> <td>Retomada no exercício</td> <td>11.845</td> </tr> <tr> <td>(-) Baixa por venda de bem</td> <td>(12.911)</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>2.824</td> </tr> </tbody> </table>										Descrição	31/12/2025	Saldo anterior	3.898	Retomada no exercício	11.845	(-) Baixa por venda de bem	(12.911)	Total	2.824																																																																																																																																																																																																																																														
Descrição	31/12/2025																																																																																																																																																																																																																																																																
Saldo anterior	3.898																																																																																																																																																																																																																																																																
Retomada no exercício	11.845																																																																																																																																																																																																																																																																
(-) Baixa por venda de bem	(12.911)																																																																																																																																																																																																																																																																
Total	2.824																																																																																																																																																																																																																																																																
<p>Os bens retomados ou recebidos em dação de pagamento são vendidos em um período máximo de 2 anos, e sobre eles são constituídas provisões para perda quando aplicável. Os bens estão registrados de acordo com os laudos de avaliação recebidos. 10. Imobilizado de uso:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Descrição</th> <th>31/12/2025</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Móveis e Equipamentos</td> <td>42</td> </tr> <tr> <td>Equipamentos de Informática</td> <td>467</td> </tr> <tr> <td>Software</td> <td>290</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>799</td> </tr> </tbody> </table>										Descrição	31/12/2025	Móveis e Equipamentos	42	Equipamentos de Informática	467	Software	290	Total	799																																																																																																																																																																																																																																														
Descrição	31/12/2025																																																																																																																																																																																																																																																																
Móveis e Equipamentos	42																																																																																																																																																																																																																																																																
Equipamentos de Informática	467																																																																																																																																																																																																																																																																
Software	290																																																																																																																																																																																																																																																																
Total	799																																																																																																																																																																																																																																																																
<p>11. Depósitos:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Até 3 Meses</th> <th>De 3 a 12 Meses</th> <th>Acima de 12 Meses</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Depósitos Interfinanceiros (i)</td> <td>41.666</td> <td>65.729</td> <td>58.062</td> <td>165.457</td> </tr> <tr> <td>Depósitos a prazo (ii)</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>45.649</td> <td>45.649</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>41.666</td> <td>65.729</td> <td>103.711</td> <td>211.106</td> </tr> </tbody> </table>										Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Depósitos Interfinanceiros (i)	41.666	65.729	58.062	165.457	Depósitos a prazo (ii)	-	-	45.649	45.649	Total	41.666	65.729	103.711	211.106																																																																																																																																																																																																																																					
Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total																																																																																																																																																																																																																																																														
Depósitos Interfinanceiros (i)	41.666	65.729	58.062	165.457																																																																																																																																																																																																																																																													
Depósitos a prazo (ii)	-	-	45.649	45.649																																																																																																																																																																																																																																																													
Total	41.666	65.729	103.711	211.106																																																																																																																																																																																																																																																													
<p>(i) Valores captados no país em moeda nacional, prefixados à taxa média efetiva de 11,91% a.a. e vencimento final em fevereiro de 2030. (ii) Valores captados no país em moeda nacional, prefixados à taxa média efetiva de 14,55% a.a. e vencimento final em maio de 2030.</p>																																																																																																																																																																																																																																																																	
<p>12. Obrigações por empréstimos:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Até 3 Meses</th> <th>De 3 a 12 Meses</th> <th>Acima de 12 Meses</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Empréstimos - No País (a)</td> <td>25.849</td> <td>74.050</td> <td>185.522</td> <td>285.421</td> </tr> <tr> <td>Empréstimos - No Exterior (b)</td> <td>14.936</td> <td>41.117</td> <td>162.029</td> <td>218.082</td> </tr> <tr> <td>Ajuste de Hedge (vide nota 5b)</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>190</td> <td>190</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>40.785</td> <td>115.167</td> <td>347.741</td> <td>503.693</td> </tr> </tbody> </table>										Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Empréstimos - No País (a)	25.849	74.050	185.522	285.421	Empréstimos - No Exterior (b)	14.936	41.117	162.029	218.082	Ajuste de Hedge (vide nota 5b)	-	-	190	190	Total	40.785	115.167	347.741	503.693																																																																																																																																																																																																																																
Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total																																																																																																																																																																																																																																																														
Empréstimos - No País (a)	25.849	74.050	185.522	285.421																																																																																																																																																																																																																																																													
Empréstimos - No Exterior (b)	14.936	41.117	162.029	218.082																																																																																																																																																																																																																																																													
Ajuste de Hedge (vide nota 5b)	-	-	190	190																																																																																																																																																																																																																																																													
Total	40.785	115.167	347.741	503.693																																																																																																																																																																																																																																																													
<p>(a) Valores captados no país em moeda nacional, prefixados à taxa média efetiva de 10,22% a.a. e vencimento final em junho de 2030. As captações indexadas ao CDI são acrescidas de uma taxa de juros prefixada. Essa taxa foi em média 1,90% a.a., e as operações possuem vencimento final em março de 2030. (b) Empréstimos captados, no exterior, em Euros e Dólares à taxa de juros pré-fixados acrescidos de variação cambial e com vencimento final em junho de 2033. 13. Outros passivos financeiros:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Descrição</th> <th>31/12/2025</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Fornecedores de Arrendamento Mercantil</td> <td>1.177</td> </tr> <tr> <td>Adiantamento de Clientes de Contratos de Arrendamento Mercantil</td> <td>610</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>1.787</td> </tr> </tbody> </table>										Descrição	31/12/2025	Fornecedores de Arrendamento Mercantil	1.177	Adiantamento de Clientes de Contratos de Arrendamento Mercantil	610	Total	1.787																																																																																																																																																																																																																																																
Descrição	31/12/2025																																																																																																																																																																																																																																																																
Fornecedores de Arrendamento Mercantil	1.177																																																																																																																																																																																																																																																																
Adiantamento de Clientes de Contratos de Arrendamento Mercantil	610																																																																																																																																																																																																																																																																
Total	1.787																																																																																																																																																																																																																																																																
<p>*Valor recebido antecipadamente de clientes relacionados a contratos de arrendamento que ainda não foram iniciados. 14. Outros passivos:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Descrição</th> <th>31/12/2025</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Despesa com Pessoal</td> <td>2.639</td> </tr> <tr> <td>Serviços de terceiros</td> <td>715</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>3.354</td> </tr> </tbody> </table>										Descrição	31/12/2025	Despesa com Pessoal	2.639	Serviços de terceiros	715	Total	3.354																																																																																																																																																																																																																																																
Descrição	31/12/2025																																																																																																																																																																																																																																																																
Despesa com Pessoal	2.639																																																																																																																																																																																																																																																																
Serviços de terceiros	715																																																																																																																																																																																																																																																																
Total	3.354																																																																																																																																																																																																																																																																
<p>15. Patrimônio líquido: a) Capital social: O Capital Social está representado por 87.563.586 ações ordinárias, totalmente subscritas e integralizadas, como segue em 31 de dezembro de 2025:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Acionista</th> <th>Participação %</th> <th>N.º ações</th> <th>Valor integralizado</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Deutsche Sparkassen Leasing AG & Co KG</td> <td>95</td> <td>83.185.407</td> <td>83.185</td> </tr> <tr> <td>Deutsche Leasing Global GmbH</td> <td>5</td> <td>4.378.179</td> <td>4.378</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>100</td> <td>87.563.586</td> <td>87.563</td> </tr> </tbody> </table>										Acionista	Participação %	N.º ações	Valor integralizado	Deutsche Sparkassen Leasing AG & Co KG	95	83.185.407	83.185	Deutsche Leasing Global GmbH	5	4.378.179	4.378	Total	100	87.563.586	87.563																																																																																																																																																																																																																																								
Acionista	Participação %	N.º ações	Valor integralizado																																																																																																																																																																																																																																																														
Deutsche Sparkassen Leasing AG & Co KG	95	83.185.407	83.185																																																																																																																																																																																																																																																														
Deutsche Leasing Global GmbH	5	4.378.179	4.378																																																																																																																																																																																																																																																														
Total	100	87.563.586	87.563																																																																																																																																																																																																																																																														
<p>b) Reservas de lucros: A reserva legal deve ser constituída obrigatoriamente a base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitado a 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. O saldo das reservas estatutárias é oriundo de lucros após as destinações legais e será destinado preponderantemente para futuros aumentos de capital, ou ainda para compensação de prejuízos, consoante o que determina o parágrafo único do art. 189 da Lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo das reservas de lucros era de R\$ 19.391 e o saldo de prejuízo acumulado do exercício foi de R\$ 13.379. b) Dividendos: A previsão estatutária de distribuição mínima obrigatória de dividendos é de quantidade não inferior a 25% do lucro líquido ajustado do exercício, de acordo com o art. 202 da Lei 6.404/76. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não houve distribuição de dividendos em função do prejuízo auferido.</p>																																																																																																																																																																																																																																																																	
<p>16. Tributos (a) Ativos Fiscais correntes e diferidos:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Descrição</th> <th>31/12/2025</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Impostos a compensar</td> <td>279</td> </tr> <tr> <td>Antecipação de Imposto de Renda</td> <td>886</td> </tr> </tbody> </table>										Descrição	31/12/2025	Impostos a compensar	279	Antecipação de Imposto de Renda	886																																																																																																																																																																																																																																																		
Descrição	31/12/2025																																																																																																																																																																																																																																																																
Impostos a compensar	279																																																																																																																																																																																																																																																																
Antecipação de Imposto de Renda	886																																																																																																																																																																																																																																																																
<p>Descrição 31/12/2025</p> <table border="1"> <tr> <td>Antecipação de Contribuição Social</td> <td>1.206</td> </tr> <tr> <td>Créditos Tributários (nota 16.c)</td> <td>51.013</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>53.384</td> </tr> </table>										Antecipação de Contribuição Social	1.206	Créditos Tributários (nota 16.c)	51.013	Total	53.384																																																																																																																																																																																																																																																		
Antecipação de Contribuição Social	1.206																																																																																																																																																																																																																																																																
Créditos Tributários (nota 16.c)	51.013																																																																																																																																																																																																																																																																
Total	53.384																																																																																																																																																																																																																																																																
<p>Descrição 31/12/2025</p> <table border="1"> <tr> <td>Impostos e contribuições sobre salários</td> <td>(395)</td> </tr> <tr> <td>COFINS a Pagar</td> <td>(57)</td> </tr> <tr> <td>ISS a Pagar</td> <td>(127)</td> </tr> <tr> <td>Outros Passivos</td> <td>(377)</td> </tr> <tr> <td>Passivos fiscais diferidos (nota 16.c)</td> <td>(9.368)</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>(10.324)</td> </tr> </table>										Impostos e contribuições sobre salários	(395)	COFINS a Pagar	(57)	ISS a Pagar	(127)	Outros Passivos	(377)	Passivos fiscais diferidos (nota 16.c)	(9.368)	Total	(10.324)																																																																																																																																																																																																																																												
Impostos e contribuições sobre salários	(395)																																																																																																																																																																																																																																																																
COFINS a Pagar	(57)																																																																																																																																																																																																																																																																
ISS a Pagar	(127)																																																																																																																																																																																																																																																																
Outros Passivos	(377)																																																																																																																																																																																																																																																																
Passivos fiscais diferidos (nota 16.c)	(9.368)																																																																																																																																																																																																																																																																
Total	(10.324)																																																																																																																																																																																																																																																																
<p>c) Movimentação dos ativos e passivos fiscais diferidos:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Adoção inicial</th> <th>Consti-tuição</th> <th>Rever-são</th> <th>31/12/25</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>31/12/24</td> <td>4966</td> <td>-</td> <td>2.230</td> </tr> <tr> <td>Prejuízo fiscal e base negativa de Contribuição Social</td> <td>29.182</td> <td>2.230</td> <td>2.230</td> </tr> <tr> <td>Provisão associada a risco de crédito</td> <td>12.279</td> <td>8.346</td> <td>20.625</td> </tr> <tr> <td>Provisões passivas</td> <td>430</td> <td>132</td> <td>562</td> </tr> <tr> <td>Marcação a mercado</td> <td>-</td> <td>86</td> <td>86</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>41.891</td> <td>2.230</td> <td>8.564</td> </tr> </tbody> </table>										Adoção inicial	Consti-tuição	Rever-são	31/12/25	31/12/24	4966	-	2.230	Prejuízo fiscal e base negativa de Contribuição Social	29.182	2.230	2.230	Provisão associada a risco de crédito	12.279	8.346	20.625	Provisões passivas	430	132	562	Marcação a mercado	-	86	86	Total	41.891	2.230	8.564																																																																																																																																																																																																																												
Adoção inicial	Consti-tuição	Rever-são	31/12/25																																																																																																																																																																																																																																																														
31/12/24	4966	-	2.230																																																																																																																																																																																																																																																														
Prejuízo fiscal e base negativa de Contribuição Social	29.182	2.230	2.230																																																																																																																																																																																																																																																														
Provisão associada a risco de crédito	12.279	8.346	20.625																																																																																																																																																																																																																																																														
Provisões passivas	430	132	562																																																																																																																																																																																																																																																														
Marcação a mercado	-	86	86																																																																																																																																																																																																																																																														
Total	41.891	2.230	8.564																																																																																																																																																																																																																																																														
<p>Obrigações fiscais diferidas sobre superveniência (13.602) 4.037 (9.563)</p> <p>Sobre marcação a mercado (120) - - 103 (17)</p> <p>Total (13.722) - - 4.140 (9.580)</p>																																																																																																																																																																																																																																																																	
<p>A seguir, apresentamos a expectativa anual de realização dos créditos tributários de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) calculados sobre diferenças temporárias, e seu respectivo valor presente. Para o cálculo do valor presente dos créditos tributários, foi utilizado o custo médio de captação praticado pelo Banco, aplicado sobre os valores nominais da expectativa de realização, deduzindo o efeito tributário de IRPJ e CSLLs alíquotas vigentes na data do balanço. A expectativa de realização dos créditos tributários é suportada por um estudo técnico elaborado pelo Banco e demonstrada a seguir:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Ano de realização</th> <th>Valor nominal</th> <th>Valor presente</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2026</td> <td>10.234</td> <td>10.234</td> </tr> <tr> <td>2027</td> <td>11.549</td> <td>10.333</td> </tr> <tr> <td>2028</td> <td>10.573</td> <td>8.863</td> </tr> <tr> <td>2029</td> <td>7.993</td> <td>6.397</td> </tr> <tr> <td>2030</td> <td>8.699</td> <td>6.718</td> </tr> <tr> <td>2031</td> <td>1.406</td> <td>1.055</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>50.454</td> <td>43.599</td> </tr> </tbody> </table>										Ano de realização	Valor nominal	Valor presente	2026	10.234	10.234	2027	11.549	10.333	2028	10.573	8.863	2029	7.993	6.397	2030	8.699	6.718	2031	1.406	1.055	Total	50.454	43.599																																																																																																																																																																																																																																
Ano de realização	Valor nominal	Valor presente																																																																																																																																																																																																																																																															
2026	10.234	10.234																																																																																																																																																																																																																																																															
2027	11.549	10.333																																																																																																																																																																																																																																																															
2028	10.573	8.863																																																																																																																																																																																																																																																															
2029	7.993	6.397																																																																																																																																																																																																																																																															
2030	8.699	6.718																																																																																																																																																																																																																																																															
2031	1.406	1.055																																																																																																																																																																																																																																																															
Total	50.454	43.599																																																																																																																																																																																																																																																															
<p>d) Apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social: Em 31 de dezembro de 2025, o Banco tem as seguintes bases de cálculo e montantes apurados:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Descrição</th> <th>IRPJ</th> <th>CSLL</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Resultado antes da tributação sobre o Lucro</td> <td>(26.855)</td> <td>(26.855)</td> </tr> <tr> <td>Adição da superveniência de depreciação</td> <td>8.974</td> <td>8.974</td> </tr> <tr> <td>Resultado não realizado de derivativos</td> <td>421</td> <td>421</td> </tr> <tr> <td>Outras adições temporárias</td> <td>(149)</td> <td>(149)</td> </tr> <tr> <td>Outras adições permanentes</td> <td>194</td> <td>194</td> </tr> <tr> <td>Provisão para perdas associadas ao risco de crédito</td> <td>17.415</td> <td>17.415</td> </tr> <tr> <td>Base de cálculo (prejuízo fiscal)</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Compensação de prejuízo fiscal e base negativa</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Base tributária</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> </tbody> </table>										Descrição	IRPJ	CSLL	Resultado antes da tributação sobre o Lucro	(26.855)	(26.855)	Adição da superveniência de depreciação	8.974	8.974	Resultado não realizado de derivativos	421	421	Outras adições temporárias	(149)	(149)	Outras adições permanentes	194	194	Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	17.415	17.415	Base de cálculo (prejuízo fiscal)	-	-	Compensação de prejuízo fiscal e base negativa	-	-	Base tributária	-	-																																																																																																																																																																																																																										
Descrição	IRPJ	CSLL																																																																																																																																																																																																																																																															
Resultado antes da tributação sobre o Lucro	(26.855)	(26.855)																																																																																																																																																																																																																																																															
Adição da superveniência de depreciação	8.974	8.974																																																																																																																																																																																																																																																															
Resultado não realizado de derivativos	421	421																																																																																																																																																																																																																																																															
Outras adições temporárias	(149)	(149)																																																																																																																																																																																																																																																															
Outras adições permanentes	194	194																																																																																																																																																																																																																																																															
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	17.415	17.415																																																																																																																																																																																																																																																															
Base de cálculo (prejuízo fiscal)	-	-																																																																																																																																																																																																																																																															
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa	-	-																																																																																																																																																																																																																																																															
Base tributária	-	-																																																																																																																																																																																																																																																															
<p>Imposto de Renda e Contribuição Social</p> <p>17. Partes relacionadas: As partes relacionadas do Banco podem ser assim consideradas: os administradores, a diretoria executiva e os membros do conselho de administração, cujas atribuições e responsabilidades estão definidas no estatuto social do Banco, seus familiares próximos, parentes e empresas do grupo controlador. As transações são sempre realizadas dentro de parâmetros de mercado e o resultado e o saldo de operações com partes relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas pela Resolução CMN 4.636/2018, e apresentam a seguinte composição:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Ativos / (Passivos)</th> <th>Receitas / (Despesas)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>31/12/2025</td> <td>31/12/2025</td> </tr> <tr> <td>Obrigações</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Obrigações Por Empréstimo no Exterior</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Deutsche Leasing Funding B.V.</td> <td>(74.396)</td> </tr> <tr> <td>Deutsche Sparkassen Leasing AG & Co. KG</td> <td>(36.206)</td> </tr> <tr> <td>Outros Ativos</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Deutsche Sparkassen Leasing AG & Co KG (nota 8)</td> <td>959</td> </tr> <tr> <td>Deutsche Leasing Finance GmbH</td> <td>479</td> </tr> <tr> <td>Remuneração dos empregados e administradores: De acordo com o Estatuto Social do Banco, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixarem o montante global da remuneração anual dos administradores. Os gastos com remuneração dos administradores e gerência do Banco totalizaram R\$ 1.916 em 2025. O Banco não tem por política oferecer plano de pensão e/ou quaisquer tipos de benefícios pós-emprego ou remuneração baseada em ações aos seus funcionários. 18. Resultado de Intermediação Financeira: a) Operações de crédito e arrendamento mercantil: <table border="1"> <thead> <tr> <th>Descrição</th> <th>Semestre</th> <th>Exercício</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Operações de crédito</td> <td>39.629</td> <td>72.172</td> </tr> <tr> <td>Arrendamento financeiro</td> <td>11.580</td> <td>24.728</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>51.209</td> <td>96.900</td> </tr> </tbody> </table> </td> </tr> <tr> <td colspan="10"> <p>b) Operações de captação no mercado:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Descrição</th> <th>Semestre</th> <th>Exercício</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Resultado com obrigações por empréstimos</td> <td>(23.949)</td> <td>(40.619)</td> </tr> <tr> <td>Resultado com depósitos a prazo</td> <td>(3.224)</td> <td>(5.529)</td> </tr> <tr> <td>Resultado com depósitos interfinanceiros</td> <td>(12.743)</td> <td>(27.261)</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>(39.916)</td> <td>(73.409)</td> </tr> </tbody> </table> </td> </tr> <tr> <td colspan="10"> <p>c) Resultado com instrumentos financeiros derivativos:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Descrição</th> <th>Semestre</th> <th>Exercício</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Resultado com Operações com Derivativos</td> <td>(522)</td> <td>(1.535)</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>(522)</td> <td>(1.535)</td> </tr> </tbody> </table> </td> </tr> <tr> <td colspan="10"> <p>d) Receita de prestação de serviços:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Descrição</th> <th>Semestre</th> <th>Exercício</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Serviços prestados a ligadas¹</td> <td>4.600</td> <td>10.727</td> </tr> <tr> <td>Taxa de abertura de crédito</td> <td>239</td> <td>424</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>4.839</td> <td>11.151</td> </tr> </tbody> </table> </td> </tr> <tr> <td colspan="10"> <p>¹Refere-se a serviços de captação, análise de crédito, processamento de operações de crédito e prestação de serviço de funcionários locais para outras empresas do grupo sediadas no exterior (nota 17).</p> </td> </tr> <tr> <td colspan="10"> <p>e) Despesas com pessoal:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Descrição</th> <th>Semestre</th> <th>Exercício</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Salários</td> <td>2.309</td> <td>4.559</td> </tr> <tr> <td>Bônus</td> <td>814</td> <td>2.324</td> </tr> <tr> <td>Encargos trabalhistas</td> <td>894</td> <td>2.200</td> </tr> <tr> <td>Férias e 13º salário</td> <td>564</td> <td>1.037</td> </tr> <tr> <td>Assistência Médica e Odontológica</td> <td>635</td> <td>1.250</td> </tr> <tr> <td>Seleção e treinamento</td> <td>15</td> <td>81</td> </tr> <tr> <td>Outras despesas de pessoal</td> <td>465</td> <td>911</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>5.696</td> <td>12.362</td> </tr> </tbody> </table> </td> </tr> <tr> <td colspan="10"> <p>f) Outras Despesas Administrativas:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Descrição</th> <th>Semestre</th> <th>Exercício</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Aluguéis e Condomínio</td> <td>212</td> <td>459</td> </tr> <tr> <td>Manutenção e conservação predial</td> <td>29</td> <td>77</td> </tr> <tr> <td>Processamento de dados</td> <td>1.076</td> <td>1.971</td> </tr> <tr> <td>Serviços do sistema financeiro</td> <td>1.199</td> <td>2.315</td> </tr> <tr> <td>Serviços de terceiros</td> <td>333</td> <td>816</td> </tr> </tbody> </table> </td> </tr> <tr> <td colspan="10"> <p>g) Despesas tributárias:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Descrição</th> <th>Alíquota</th> <th>Semestre</th> <th>Exercício</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>ISS</td> <td>2,00%</td> <td>1.267</td> <td>2.475</td> </tr> <tr> <td>PIS</td> <td>0,65%</td> <td>75</td> <td>105</td> </tr> <tr> <td>COFINS</td> <td>4,00%</td> <td>462</td> <td>644</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td></td> <td>1.804</td> <td>3.224</td> </tr> </tbody> </table> </td> </tr> <tr> <td colspan="10"> <p>h) Outras Receitas Operacionais:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Descrição</th> <th>Semestre</th> <th>Exercício</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Descontos obtidos</td> <td>-</td> <td>65</td> </tr> <tr> <td>Reversão de provisão de Bônus</td> <td>-</td> <td>1.049</td> </tr> <tr> <td>Receita de multas contratuais</td> <td>1.395</td> <td>2.931</td> </tr> <tr> <td>Lucro na venda de bens</td> <td>596</td> <td>782</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>1.991</td> <td>4.827</td> </tr> </tbody> </table> </td> </tr> <tr> <td colspan="10"> <p>i) Outras Despesas Operacionais:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Descrição</th> <th>Semestre</th> <th>Exercício</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Prejuízo na venda de bens</td> <td>2.733</td> <td>2.915</td> </tr> <tr> <td>Outras</td> <td>433</td></tr></tbody></table></td></tr></tbody></table>										Ativos / (Passivos)	Receitas / (Despesas)	31/12/2025	31/12/2025	Obrigações		Obrigações Por Empréstimo no Exterior		Deutsche Leasing Funding B.V.	(74.396)	Deutsche Sparkassen Leasing AG & Co. KG	(36.206)	Outros Ativos		Deutsche Sparkassen Leasing AG & Co KG (nota 8)	959	Deutsche Leasing Finance GmbH	479	Remuneração dos empregados e administradores: De acordo com o Estatuto Social do Banco, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixarem o montante global da remuneração anual dos administradores. Os gastos com remuneração dos administradores e gerência do Banco totalizaram R\$ 1.916 em 2025. O Banco não tem por política oferecer plano de pensão e/ou quaisquer tipos de benefícios pós-emprego ou remuneração baseada em ações aos seus funcionários. 18. Resultado de Intermediação Financeira: a) Operações de crédito e arrendamento mercantil: <table border="1"> <thead> <tr> <th>Descrição</th> <th>Semestre</th> <th>Exercício</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Operações de crédito</td> <td>39.629</td> <td>72.172</td> </tr> <tr> <td>Arrendamento financeiro</td> <td>11.580</td> <td>24.728</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>51.209</td> <td>96.900</td> </tr> </tbody> </table>	Descrição	Semestre	Exercício	Operações de crédito	39.629	72.172	Arrendamento financeiro	11.580	24.728	Total	51.209	96.900	<p>b) Operações de captação no mercado:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Descrição</th> <th>Semestre</th> <th>Exercício</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Resultado com obrigações por empréstimos</td> <td>(23.949)</td> <td>(40.619)</td> </tr> <tr> <td>Resultado com depósitos a prazo</td> <td>(3.224)</td> <td>(5.529)</td> </tr> <tr> <td>Resultado com depósitos interfinanceiros</td> <td>(12.743)</td> <td>(27.261)</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>(39.916)</td> <td>(73.409)</td> </tr> </tbody> </table>										Descrição	Semestre	Exercício	Resultado com obrigações por empréstimos	(23.949)	(40.619)	Resultado com depósitos a prazo	(3.224)	(5.529)	Resultado com depósitos interfinanceiros	(12.743)	(27.261)	Total	(39.916)	(73.409)	<p>c) Resultado com instrumentos financeiros derivativos:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Descrição</th> <th>Semestre</th> <th>Exercício</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Resultado com Operações com Derivativos</td> <td>(522)</td> <td>(1.535)</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>(522)</td> <td>(1.535)</td> </tr> </tbody> </table>										Descrição	Semestre	Exercício	Resultado com Operações com Derivativos	(522)	(1.535)	Total	(522)	(1.535)	<p>d) Receita de prestação de serviços:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Descrição</th> <th>Semestre</th> <th>Exercício</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Serviços prestados a ligadas¹</td> <td>4.600</td> <td>10.727</td> </tr> <tr> <td>Taxa de abertura de crédito</td> <td>239</td> <td>424</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>4.839</td> <td>11.151</td> </tr> </tbody> </table>										Descrição	Semestre	Exercício	Serviços prestados a ligadas ¹	4.600	10.727	Taxa de abertura de crédito	239	424	Total	4.839	11.151	<p>¹Refere-se a serviços de captação, análise de crédito, processamento de operações de crédito e prestação de serviço de funcionários locais para outras empresas do grupo sediadas no exterior (nota 17).</p>										<p>e) Despesas com pessoal:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Descrição</th> <th>Semestre</th> <th>Exercício</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Salários</td> <td>2.309</td> <td>4.559</td> </tr> <tr> <td>Bônus</td> <td>814</td> <td>2.324</td> </tr> <tr> <td>Encargos trabalhistas</td> <td>894</td> <td>2.200</td> </tr> <tr> <td>Férias e 13º salário</td> <td>564</td> <td>1.037</td> </tr> <tr> <td>Assistência Médica e Odontológica</td> <td>635</td> <td>1.250</td> </tr> <tr> <td>Seleção e treinamento</td> <td>15</td> <td>81</td> </tr> <tr> <td>Outras despesas de pessoal</td> <td>465</td> <td>911</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>5.696</td> <td>12.362</td> </tr> </tbody> </table>										Descrição	Semestre	Exercício	Salários	2.309	4.559	Bônus	814	2.324	Encargos trabalhistas	894	2.200	Férias e 13º salário	564	1.037	Assistência Médica e Odontológica	635	1.250	Seleção e treinamento	15	81	Outras despesas de pessoal	465	911	Total	5.696	12.362	<p>f) Outras Despesas Administrativas:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Descrição</th> <th>Semestre</th> <th>Exercício</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Aluguéis e Condomínio</td> <td>212</td> <td>459</td> </tr> <tr> <td>Manutenção e conservação predial</td> <td>29</td> <td>77</td> </tr> <tr> <td>Processamento de dados</td> <td>1.076</td> <td>1.971</td> </tr> <tr> <td>Serviços do sistema financeiro</td> <td>1.199</td> <td>2.315</td> </tr> <tr> <td>Serviços de terceiros</td> <td>333</td> <td>816</td> </tr> </tbody> </table>										Descrição	Semestre	Exercício	Aluguéis e Condomínio	212	459	Manutenção e conservação predial	29	77	Processamento de dados	1.076	1.971	Serviços do sistema financeiro	1.199	2.315	Serviços de terceiros	333	816	<p>g) Despesas tributárias:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Descrição</th> <th>Alíquota</th> <th>Semestre</th> <th>Exercício</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>ISS</td> <td>2,00%</td> <td>1.267</td> <td>2.475</td> </tr> <tr> <td>PIS</td> <td>0,65%</td> <td>75</td> <td>105</td> </tr> <tr> <td>COFINS</td> <td>4,00%</td> <td>462</td> <td>644</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td></td> <td>1.804</td> <td>3.224</td> </tr> </tbody> </table>										Descrição	Alíquota	Semestre	Exercício	ISS	2,00%	1.267	2.475	PIS	0,65%	75	105	COFINS	4,00%	462	644	Total		1.804	3.224	<p>h) Outras Receitas Operacionais:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Descrição</th> <th>Semestre</th> <th>Exercício</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Descontos obtidos</td> <td>-</td> <td>65</td> </tr> <tr> <td>Reversão de provisão de Bônus</td> <td>-</td> <td>1.049</td> </tr> <tr> <td>Receita de multas contratuais</td> <td>1.395</td> <td>2.931</td> </tr> <tr> <td>Lucro na venda de bens</td> <td>596</td> <td>782</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>1.991</td> <td>4.827</td> </tr> </tbody> </table>										Descrição	Semestre	Exercício	Descontos obtidos	-	65	Reversão de provisão de Bônus	-	1.049	Receita de multas contratuais	1.395	2.931	Lucro na venda de bens	596	782	Total	1.991	4.827	<p>i) Outras Despesas Operacionais:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Descrição</th> <th>Semestre</th> <th>Exercício</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Prejuízo na venda de bens</td> <td>2.733</td> <td>2.915</td> </tr> <tr> <td>Outras</td> <td>433</td></tr></tbody></table>										Descrição	Semestre	Exercício	Prejuízo na venda de bens	2.733	2.915	Outras	433
Ativos / (Passivos)	Receitas / (Despesas)																																																																																																																																																																																																																																																																
31/12/2025	31/12/2025																																																																																																																																																																																																																																																																
Obrigações																																																																																																																																																																																																																																																																	
Obrigações Por Empréstimo no Exterior																																																																																																																																																																																																																																																																	
Deutsche Leasing Funding B.V.	(74.396)																																																																																																																																																																																																																																																																
Deutsche Sparkassen Leasing AG & Co. KG	(36.206)																																																																																																																																																																																																																																																																
Outros Ativos																																																																																																																																																																																																																																																																	
Deutsche Sparkassen Leasing AG & Co KG (nota 8)	959																																																																																																																																																																																																																																																																
Deutsche Leasing Finance GmbH	479																																																																																																																																																																																																																																																																
Remuneração dos empregados e administradores: De acordo com o Estatuto Social do Banco, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixarem o montante global da remuneração anual dos administradores. Os gastos com remuneração dos administradores e gerência do Banco totalizaram R\$ 1.916 em 2025. O Banco não tem por política oferecer plano de pensão e/ou quaisquer tipos de benefícios pós-emprego ou remuneração baseada em ações aos seus funcionários. 18. Resultado de Intermediação Financeira: a) Operações de crédito e arrendamento mercantil: <table border="1"> <thead> <tr> <th>Descrição</th> <th>Semestre</th> <th>Exercício</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Operações de crédito</td> <td>39.629</td> <td>72.172</td> </tr> <tr> <td>Arrendamento financeiro</td> <td>11.580</td> <td>24.728</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>51.209</td> <td>96.900</td> </tr> </tbody> </table>	Descrição	Semestre	Exercício	Operações de crédito	39.629	72.172	Arrendamento financeiro	11.580	24.728	Total	51.209	96.900																																																																																																																																																																																																																																																					
Descrição	Semestre	Exercício																																																																																																																																																																																																																																																															
Operações de crédito	39.629	72.172																																																																																																																																																																																																																																																															
Arrendamento financeiro	11.580	24.728																																																																																																																																																																																																																																																															
Total	51.209	96.900																																																																																																																																																																																																																																																															
<p>b) Operações de captação no mercado:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Descrição</th> <th>Semestre</th> <th>Exercício</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Resultado com obrigações por empréstimos</td> <td>(23.949)</td> <td>(40.619)</td> </tr> <tr> <td>Resultado com depósitos a prazo</td> <td>(3.224)</td> <td>(5.529)</td> </tr> <tr> <td>Resultado com depósitos interfinanceiros</td> <td>(12.743)</td> <td>(27.261)</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>(39.916)</td> <td>(73.409)</td> </tr> </tbody> </table>										Descrição	Semestre	Exercício	Resultado com obrigações por empréstimos	(23.949)	(40.619)	Resultado com depósitos a prazo	(3.224)	(5.529)	Resultado com depósitos interfinanceiros	(12.743)	(27.261)	Total	(39.916)	(73.409)																																																																																																																																																																																																																																									
Descrição	Semestre	Exercício																																																																																																																																																																																																																																																															
Resultado com obrigações por empréstimos	(23.949)	(40.619)																																																																																																																																																																																																																																																															
Resultado com depósitos a prazo	(3.224)	(5.529)																																																																																																																																																																																																																																																															
Resultado com depósitos interfinanceiros	(12.743)	(27.261)																																																																																																																																																																																																																																																															
Total	(39.916)	(73.409)																																																																																																																																																																																																																																																															
<p>c) Resultado com instrumentos financeiros derivativos:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Descrição</th> <th>Semestre</th> <th>Exercício</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Resultado com Operações com Derivativos</td> <td>(522)</td> <td>(1.535)</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>(522)</td> <td>(1.535)</td> </tr> </tbody> </table>										Descrição	Semestre	Exercício	Resultado com Operações com Derivativos	(522)	(1.535)	Total	(522)	(1.535)																																																																																																																																																																																																																																															
Descrição	Semestre	Exercício																																																																																																																																																																																																																																																															
Resultado com Operações com Derivativos	(522)	(1.535)																																																																																																																																																																																																																																																															
Total	(522)	(1.535)																																																																																																																																																																																																																																																															
<p>d) Receita de prestação de serviços:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Descrição</th> <th>Semestre</th> <th>Exercício</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Serviços prestados a ligadas¹</td> <td>4.600</td> <td>10.727</td> </tr> <tr> <td>Taxa de abertura de crédito</td> <td>239</td> <td>424</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>4.839</td> <td>11.151</td> </tr> </tbody> </table>										Descrição	Semestre	Exercício	Serviços prestados a ligadas ¹	4.600	10.727	Taxa de abertura de crédito	239	424	Total	4.839	11.151																																																																																																																																																																																																																																												
Descrição	Semestre	Exercício																																																																																																																																																																																																																																																															
Serviços prestados a ligadas ¹	4.600	10.727																																																																																																																																																																																																																																																															
Taxa de abertura de crédito	239	424																																																																																																																																																																																																																																																															
Total	4.839	11.151																																																																																																																																																																																																																																																															
<p>¹Refere-se a serviços de captação, análise de crédito, processamento de operações de crédito e prestação de serviço de funcionários locais para outras empresas do grupo sediadas no exterior (nota 17).</p>																																																																																																																																																																																																																																																																	
<p>e) Despesas com pessoal:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Descrição</th> <th>Semestre</th> <th>Exercício</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Salários</td> <td>2.309</td> <td>4.559</td> </tr> <tr> <td>Bônus</td> <td>814</td> <td>2.324</td> </tr> <tr> <td>Encargos trabalhistas</td> <td>894</td> <td>2.200</td> </tr> <tr> <td>Férias e 13º salário</td> <td>564</td> <td>1.037</td> </tr> <tr> <td>Assistência Médica e Odontológica</td> <td>635</td> <td>1.250</td> </tr> <tr> <td>Seleção e treinamento</td> <td>15</td> <td>81</td> </tr> <tr> <td>Outras despesas de pessoal</td> <td>465</td> <td>911</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>5.696</td> <td>12.362</td> </tr> </tbody> </table>										Descrição	Semestre	Exercício	Salários	2.309	4.559	Bônus	814	2.324	Encargos trabalhistas	894	2.200	Férias e 13º salário	564	1.037	Assistência Médica e Odontológica	635	1.250	Seleção e treinamento	15	81	Outras despesas de pessoal	465	911	Total	5.696	12.362																																																																																																																																																																																																																													
Descrição	Semestre	Exercício																																																																																																																																																																																																																																																															
Salários	2.309	4.559																																																																																																																																																																																																																																																															
Bônus	814	2.324																																																																																																																																																																																																																																																															
Encargos trabalhistas	894	2.200																																																																																																																																																																																																																																																															
Férias e 13º salário	564	1.037																																																																																																																																																																																																																																																															
Assistência Médica e Odontológica	635	1.250																																																																																																																																																																																																																																																															
Seleção e treinamento	15	81																																																																																																																																																																																																																																																															
Outras despesas de pessoal	465	911																																																																																																																																																																																																																																																															
Total	5.696	12.362																																																																																																																																																																																																																																																															
<p>f) Outras Despesas Administrativas:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Descrição</th> <th>Semestre</th> <th>Exercício</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Aluguéis e Condomínio</td> <td>212</td> <td>459</td> </tr> <tr> <td>Manutenção e conservação predial</td> <td>29</td> <td>77</td> </tr> <tr> <td>Processamento de dados</td> <td>1.076</td> <td>1.971</td> </tr> <tr> <td>Serviços do sistema financeiro</td> <td>1.199</td> <td>2.315</td> </tr> <tr> <td>Serviços de terceiros</td> <td>333</td> <td>816</td> </tr> </tbody> </table>										Descrição	Semestre	Exercício	Aluguéis e Condomínio	212	459	Manutenção e conservação predial	29	77	Processamento de dados	1.076	1.971	Serviços do sistema financeiro	1.199	2.315	Serviços de terceiros	333	816																																																																																																																																																																																																																																						
Descrição	Semestre	Exercício																																																																																																																																																																																																																																																															
Aluguéis e Condomínio	212	459																																																																																																																																																																																																																																																															
Manutenção e conservação predial	29	77																																																																																																																																																																																																																																																															
Processamento de dados	1.076	1.971																																																																																																																																																																																																																																																															
Serviços do sistema financeiro	1.199	2.315																																																																																																																																																																																																																																																															
Serviços de terceiros	333	816																																																																																																																																																																																																																																																															
<p>g) Despesas tributárias:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Descrição</th> <th>Alíquota</th> <th>Semestre</th> <th>Exercício</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>ISS</td> <td>2,00%</td> <td>1.267</td> <td>2.475</td> </tr> <tr> <td>PIS</td> <td>0,65%</td> <td>75</td> <td>105</td> </tr> <tr> <td>COFINS</td> <td>4,00%</td> <td>462</td> <td>644</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td></td> <td>1.804</td> <td>3.224</td> </tr> </tbody> </table>										Descrição	Alíquota	Semestre	Exercício	ISS	2,00%	1.267	2.475	PIS	0,65%	75	105	COFINS	4,00%	462	644	Total		1.804	3.224																																																																																																																																																																																																																																				
Descrição	Alíquota	Semestre	Exercício																																																																																																																																																																																																																																																														
ISS	2,00%	1.267	2.475																																																																																																																																																																																																																																																														
PIS	0,65%	75	105																																																																																																																																																																																																																																																														
COFINS	4,00%	462	644																																																																																																																																																																																																																																																														
Total		1.804	3.224																																																																																																																																																																																																																																																														
<p>h) Outras Receitas Operacionais:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Descrição</th> <th>Semestre</th> <th>Exercício</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Descontos obtidos</td> <td>-</td> <td>65</td> </tr> <tr> <td>Reversão de provisão de Bônus</td> <td>-</td> <td>1.049</td> </tr> <tr> <td>Receita de multas contratuais</td> <td>1.395</td> <td>2.931</td> </tr> <tr> <td>Lucro na venda de bens</td> <td>596</td> <td>782</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>1.991</td> <td>4.827</td> </tr> </tbody> </table>										Descrição	Semestre	Exercício	Descontos obtidos	-	65	Reversão de provisão de Bônus	-	1.049	Receita de multas contratuais	1.395	2.931	Lucro na venda de bens	596	782	Total	1.991	4.827																																																																																																																																																																																																																																						
Descrição	Semestre	Exercício																																																																																																																																																																																																																																																															
Descontos obtidos	-	65																																																																																																																																																																																																																																																															
Reversão de provisão de Bônus	-	1.049																																																																																																																																																																																																																																																															
Receita de multas contratuais	1.395	2.931																																																																																																																																																																																																																																																															
Lucro na venda de bens	596	782																																																																																																																																																																																																																																																															
Total	1.991	4.827																																																																																																																																																																																																																																																															
<p>i) Outras Despesas Operacionais:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Descrição</th> <th>Semestre</th> <th>Exercício</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Prejuízo na venda de bens</td> <td>2.733</td> <td>2.915</td> </tr> <tr> <td>Outras</td> <td>433</td></tr></tbody></table>										Descrição	Semestre	Exercício	Prejuízo na venda de bens	2.733	2.915	Outras	433																																																																																																																																																																																																																																																
Descrição	Semestre	Exercício																																																																																																																																																																																																																																																															
Prejuízo na venda de bens	2.733	2.915																																																																																																																																																																																																																																																															
Outras	433																																																																																																																																																																																																																																																																

continuação

Deutsche Sparkassen Leasing do Brasil - Banco Múltiplo S.A.

previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução BCB nº 352. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BCB e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento

das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/0-8
Bruna Oliveira de Araujo
Contadora
CRC nº 1 SP 303868/0-6

Deloitte

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

datamercantil.com.br

☎ **Contato: (11) 3361-8833**

✉ **Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br**

DATA São Paulo
MERCANTIL



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 01/04/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação

Companhia de Serviço de Água, Esgoto e Resíduos de Guaratinguetá – SAEG

11. Multas e Juros – Os valores registrados nas despesas de Multas e Juros são referentes a multas compensatórias e moratórias e juros de mora referente a atrasos nos pagamentos à fornecedores ou de tributos, conforme detalhamento abaixo:

Descrição	Valor
Juros Atraso de Pagamento de Multa de Trânsito	2
Juros de Mora Fornecedores em atraso	4.605
Juros Parcelamentos INSS	9.039
Juros Parcelamentos PIS/COFINS	69
Multa e Juros CSL 1ºT 2025	1.581
Multa/ Juros atraso de ISS	95
Multa/ Juros referente a retificação da EFD-Reinf, período de apuração 03/2025	2.412
Multa/Juros COFINS apuração 04/2022	228
Multa/Juros Parcelamento ICMS	566.984
Multa/Juros PIS apuração 04/2022	50

O montante mais relevante refere-se a encargos incidentes sobre parcelamento de ICMS, formalizado junto ao fisco estadual, cujas condições de pagamento encontram-se regularmente pactuadas. **12. Cobertura de Seguros** – A Companhia mantém apólice de seguros para cobertura de eventuais sinistros de seus bens patrimoniais, ou aqueles sob sua responsabilidade, apólice Caixa Seguros, registrado na SUSEP.

13. Índices de Liquidez

Índices	2025	2024
Índice de Liquidez Imediata (Ativo Disponível/ Passivo Circulante)	0,32	0,01
Índice de Liquidez corrente (Ativo Circulante/ Passivo Circulante)	1,34	1,15
Índice de Liquidez Seco (Ativo Circulante – Estoques/Passivo Circulante)	1,27	1,06
Índice de Liquidez Geral (Ativo Circulante + Ativo Não Circulante/Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)	1,01	0,89
Garantia ao Capital de Terceiros (Patrimônio Líquido/ Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)	0,93	0,84
Composição de Endividamento (Passivo Circulante/Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)	0,69	0,69

De forma geral, os indicadores analisados evidenciam melhoria consistente da situação econômico-financeira da entidade em 2025, especialmente nos aspectos relacionados à liquidez, solvência e fortalecimento patrimonial. Com relação à elevada participação do passivo circulante no endividamento total, o mesmo está sendo impactado pelo valor a pagar de R\$13.546.114 (treze milhões quinhentos e quarenta e seis mil cento e quatorze reais) referente a liquidações a pagar ao Fornecedor Guaratinguetá Saneamento S.A. (GSSA) de 2019 a 2021. Estes valores poderão ser reclassificados futuramente para passivo não circulante uma vez que existe um processo em fase inicial junto ao Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá, considerada para provisionamento de contingências civis remota. Vale ressaltar que, mesmo com a avaliação jurídica quanto ao risco processual, as obrigações permanecem registradas no passivo circulante, considerando que trata de contas vencidas, que não há decisão arbitral ou judicial suspendendo sua exigibilidade e, considerando ainda, o fato de inexistir instrumento formal que prorogue seu vencimento por prazo superior a 12 (doze) meses, portanto, permanece a obrigação originalmente constituída até deliberação no âmbito arbitral. Com relação a classificação, nesse momento, encontra-se em conformidade com os critérios estabelecidos pelo CPC 26, que determina que passivos devem ser classificados como circulantes quando exigíveis no curto prazo ou quando a entidade não possui direito incondicional de diferir sua liquidação por período superior a doze meses após a data do balanço. A reclassificação deve estar estritamente baseada em critérios técnicos e normativos contábeis, sob pena de caracterizar distorção relevante nas demonstrações financeiras. No entanto, a Administração manterá o acompanhamento do procedimento arbitral e revisará os efeitos contábeis pertinentes sempre que houver fato novo relevante que altere a avaliação de risco ou a natureza da obrigação. A Administração segue acompanhando os índices relacionados ao passivo circulante aplicando ações contínuas de planejamento financeiro e controle do capital de giro. **14. Outorga de Captação de Recursos Hídricos** – A Companhia utiliza recursos hídricos superficiais e/ou subterrâneos para a execução de suas atividades operacionais, especialmente para o abastecimento de água e demais serviços correlatos. Para tanto, mantém outorgas de direito de uso de recursos hídricos, concedidas pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente. As outorgas autorizam a captação de água em mananciais específicos, observados os limites de vazão, os prazos de vigência e as condicionantes técnicas e ambientais estabelecidas nos respectivos atos administrativos. Tais autorizações possuem prazo determinado e estão sujeitas à renovação periódica, bem como à fiscalização pelos órgãos reguladores.

15. Contratos de Transferência de Recursos – A Companhia mantém contrato de transferência de recursos financeiros firmado entre a Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – AGEVAP, o Município de Guaratinguetá, com interveniência da Companhia de Serviço de Água, Esgoto e Resíduos de Guaratinguetá – SAEG, conforme quadro demonstrativo abaixo.

Local Obra	Nº Contrato	Repasso	Assinatura	Vigência	Valor Repasse	Valor Contrapartida	Previsão Início
Interceptor Cacunda	4.101.035724.2.02.020.00.2024	05/12/2024	20/11/2029	01/12/2028	2.639.891,42	1.759.927,61	2º Sem/2026
ETE Vila Bela	08/2023	07/12/2023	01/12/2028		9.454.647,28	6.303.098,18	1º Sem/2026
Total					12.094.538,70	8.063.025,79	

A Administração da SAEG declara que as informações contidas nas demonstrações contábeis refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da companhia, e foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a legislação vigente e normas do Conselho Federal de Contabilidade. A Administração confirma que não há fatos subsequentes que possam impactar significativamente as demonstrações financeiras apresentadas.

Edilson Aleixo de Oliveira	Maurício Guilherme Câmara	Ana Luisa Abreu Fonseca
Diretor Presidente	Diretor Administrativo e Financeiro	Contadora – CRC-SP 346.419/O-8
Parecer do Conselho Fiscal		

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia de Serviço de Água, Esgoto e Resíduos de Guaratinguetá – SAEG, abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais procederam ao exame do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 e outros documentos pertinentes, com base nas análises efetuadas e nos esclarecimentos adicionais prestados pela Administração, considerando ainda, o relatório da auditoria contratada STAFF AUDITORIA & ASSESSORIA, datado de 27 de fevereiro de 2026 os Conselheiros Fiscais registram que não tiveram conhecimento de nenhum fato ou evidência que não esteja refletido nas Demonstrações Financeiras e aprovam por unanimidade as referidas contas mencionadas na ata da 1ª Reunião do Conselho Fiscal de 2026, opinando pela sua aprovação e posterior encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral. Guaratinguetá, 26 de março de 2026. **Paulo Celso Resende Rangel** – Presidente do Conselho Fiscal; **Laércio Andrade dos Santos**, **Jony Allan Silva do Amaral**, **Hélio Alves da Silva**, **José Hélio Marins Galvão Nunes** – Conselheiros fiscais.

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da empresa. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campanas/SP, 27 de fevereiro de 2026.
Staff Auditoria & Assessoria – CRC-2SP 023.856/O-1
Roberto Araújo de Souza – CT CRC-1SP 242.826/O-3.

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

www.datamercantil.com.br



☎ **Contato: (11) 3361-8833**

✉ **Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br**

DATA MERCANTIL

São Paulo



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 01/04/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Infrasec Securitizadora S.A.

CNPJ/MF nº 10.488.244/0001-19

Relatório da Administração-2025

Aos Acionistas e Administradores da Infrasec Securitizadora S.A. ("Infrasec" ou "Companhia") – São Paulo-SP. A Infrasec é uma sociedade por ações com registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, constituída em 27 de outubro de 2008, com sede na Alameda Santos, 2.224- 7º andar – Conjunto 71-Parte – São Paulo-SP e tem por objeto social a aquisição e securitização de recebíveis imobiliários, a emissão, de Certificado de Recebíveis Imobiliários ou qualquer outro título de crédito que seja compatível com suas atividades, nos termos da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, e alterações posteriores, e outras disposições legais, bem como a realização de negócios e prestação de serviços que sejam compatíveis com as suas atividades de securitização e emissão de títulos lastreados em crédito mobiliários. A Companhia permanece atuante no segmento de securitização, buscando novas oportunidades e mantendo a sua estratégia e procedimentos operacionais de apresentar ao mercado produtos de qualidade, com parceiros e lastros de suas operações consistentes. A Companhia não apresenta obrigações a serem cumpridas para o exercício de 2026. • **Comentário de Desempenho (Valores expressos em R\$)** No ano de 2025 ("Período") não houve emissão de títulos e, em 02 de julho de 2025, as 1ª e 2ª Emissões de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Infrasec foram totalmente resgatadas. No exercício, a Infrasec apresentou: (i) Receita Líquida de Prestação de Serviços de R\$ 420.135 (R\$ 838.749 no ano de 2024), redução de 49,9% em razão dos Resgates Totais das Emissões de CR; (ii) Resultado Líquido de R\$ 186.529 (R\$ 403.499 no ano de 2024), redução de 53,8% notadamente pela queda na Receita comentada no item (i); (iii) Patrimônio Líquido de R\$ 38.092, ante R\$ 1.045.765 em 31/12/2024, redução de 96,4% provocada pela distribuição de dividendos de R\$ 1.200.000, ao longo do ano de 2025, com a utilização da Reserva de Lucros. • **Aprovação das Demonstrações Financeiras do Exercício Anterior:** As Demonstrações Financeiras ("DFs") da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas na Assembleia Geral Ordinária realizada em 17 de abril de 2025 e as DFs referentes aos Patrimônios Separados foram aprovadas em Assembleias Especiais de Investidores realizadas em 30 de abril de 2025. • **Resgate Antecipado Total:** Em 02 de julho de 2025, a Companhia promoveu o Pagamento Antecipado Total dos Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI") das 1ª e 2ª Emissões da Infrasec por meio do resgate antecipado integral dos CRI, conforme deliberação do Conselho de Administração em reunião realizada em 25 de junho de 2025. • **Evento Relevante:** Em 23 de março de 2026, a 14ª Assembleia Geral Extraordinária da Companhia aprovou: (i) o cancelamento voluntário do registro da Companhia na categoria B da Resolução CVM nº 80, com a manutenção do registro da Companhia como securitizadora na categoria S2 da Resolução CVM nº 60 e conforme a Deliberação CVM nº 885, de 24 de janeiro de 2023; (ii) a conversão da categoria de registro da Companhia como securitizadora de S2 para S1, nos termos da Resolução CVM nº 60. São Paulo-SP, 31 de março de 2026. Atenciosamente. **Infrasec Securitizadora S.A.**

Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balço Patrimonial				Demonstração dos Resultados				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido							
Ativo	Nota	2025	2024	Nota	2025	2024	Nota	Capital social	Reserva de Legal	Reserva de lucros	Lucros/prejuízos acumulados	Total			
Circulante															
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.332.912	1.249.106	10	420.135	838.749									
Outros créditos		132.298	48.399		(37.467)	(36.944)									
Total do ativo circulante		1.465.210	1.297.505		382.668	801.805									
Não Circulante															
Contas a receber	4		1.521.009	11	(276.950)	(437.854)									
Partes relacionadas	5.1	403.635	203.635	12.1	105.718	363.951									
Total do ativo não circulante		403.635	1.724.644		105.718	363.951									
Total do ativo		1.868.845	3.022.149		205.105	212.894									
Passivo															
Circulante															
Fornecedores			155.054												
Obrigações tributárias	6	27.255	17.832	14	(124.294)	(173.346)									
Total do passivo circulante		27.255	172.886		186.529	403.499									
Não circulante															
Partes relacionadas	5.2	1.803.498	1.803.498												
Total do passivo não circulante		1.803.498	1.803.498		186.529	403.499									
Patrimônio líquido															
Capital social	7.1	10.000	10.000												
Reserva legal	7.2	2.000	2.000												
Reserva de lucros		26.092	1.033.765												
Total do patrimônio líquido		38.092	1.045.765		186.529	403.499									
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.868.845	3.022.149		205.105	212.894									

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

1. Contexto operacional – A Infrasec Securitizadora S.A. ("Infrasec", "Companhia" ou "Securitizadora") é uma sociedade por ações com registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em consequência de seu objeto social constituída em 27 de outubro de 2008 com sede na Alameda Santos, 2.224, 7º andar, São Paulo, SP e tem por objeto social a aquisição e securitização de recebíveis imobiliários, a emissão e colocação no mercado financeiro, de Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI) ou qualquer outro título de crédito que seja compatível com suas atividades nos termos da Lei nº 9.514 de 20/11/97, e alterações posteriores, e outras disposições legais, bem como a realização de negócios e prestação de serviços que sejam compatíveis com as suas atividades de securitização e emissão de títulos lastreados em créditos mobiliários. A Companhia permanece atuante no segmento de securitização, mantendo sua estratégia operacional e buscando continuamente novas oportunidades de negócios, com foco na originação de operações estruturadas com parceiros sólidos e lastros consistentes. Nesse contexto, segue apresentando ao mercado oportunidades de qualidade, em linha com suas diretrizes operacionais e de gestão de riscos. Adicionalmente, a Companhia não possui obrigações vinculadas a patrimônios separados a serem cumpridas no exercício de 2026, o que contribui para uma posição operacional mais estável e reforça sua capacidade de dar continuidade às suas atividades no curso normal dos negócios.

1.1. Declaração dos diretores: Em conformidade com a Resolução CVM nº 60, e alterações posteriores, os Diretores declaram que reviram, discutiram e aprovaram as demonstrações financeiras da Companhia e o relatório do auditor independente em 31 de março de 2026. As demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$) que é a moeda funcional da Companhia. **2. Base de elaboração das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis** – As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária brasileira, incluindo os pronunciamentos, as interpretações e as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelos órgãos reguladores, e em conformidade com as normas expedidas pela CVM aplicáveis às demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros os quais são mensurados pelo valor justo. **2.1. Apuração do resultado:** A receita pela prestação de serviços é reconhecida pelo regime de competência, quando da execução dos mesmos e quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos. **2.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo como por exemplo: três meses ou menos a contar da data da contratação. **2.3. Recebíveis imobiliários e Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI)** São registrados pelo seu valor de aquisição e captação respectivamente acrescidos dos rendimentos e/ou encargos auferidos até a data de encerramento do balanço os quais não são incorporados ao resultado e ao patrimônio da Companhia por se constituírem em patrimônio em separado nos termos da Lei nº 9.514 de 20 de novembro de 1997, com redações dadas por alterações posteriores, assim como na Lei 14.430 de 03 de agosto de 2022. **2.4. Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)** A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **2.5. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses caso contrário são demonstrados como não circulantes. **2.6. Ativos e passivos contingentes:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes são as seguintes: **a) Ativos contingentes:** são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito provável são apenas divulgados em nota explicativa; **b) Passivos contingentes:** são provisionados quando as perdas foram avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados. **2.7. Instrumentos financeiros:** Instrumentos financeiros não derivativos incluem outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, bem como contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria de Valor Justo por meio do Resultado (VJR) em que estes custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) Custo Amortizado (CA); (ii) Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA); (iii) Valor Justo por meio do Resultado (VJR). **2.7.1. Ativos e passivos financeiros não derivativos – reconhecimento e desreconhecimento:** A Companhia reconhece uma dívida pelo método de Custo Amortizado (CA). Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual e retrada, cancelada ou expirada. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial são somente quando a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e o passivo simultaneamente. **2.7.2. Ativos financeiros não derivativos – ativos financeiros custo amortizado:** Um ativo financeiro é classificado como Custo Amortizado (CA) quando seu objetivo ou modelo de negócio seja receber os fluxos financeiros contratuais do ativo ou que o contrato especifique o fluxo de recebimento do fluxo financeiro. **Ativos financeiros mensurados pelo Valor Justo por meio do Resultado (VJR)** Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo Valor Justo por meio do Resultado (VJR) quando no reconhecimento inicial não for enquadrado como Custo Amortizado (CA) ou como mensurado pelo Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) designando investimento específico em instrumento patrimonial. **Passivo financeiro não derivativo – mensuração:** Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo Valor Justo por meio do Resultado (VJR) caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo incluindo ganhos com juros e dividendos são reconhecidos no resultado do exercício. Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial esses passivos financeiros são mensurados pelo Custo Amortizado (CA) utilizando o método dos juros efetivos. **2.8. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** **2.8.1. Julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a sua Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **2.8.2. Estimativas e premissas:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço envolvendo risco significativo de causar um ajuste importante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são discutidas a seguir. **2.8.3. Valor justo de instrumentos financeiros:** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos é determinado utilizando técnicas de avaliação incluindo o método de Fluxo de Caixa Descontado (FCD). Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado quando possível. Contudo, quando isso não for viável um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. **2.9. Imposto de renda e contribuição social:** São calculados com base nas alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para fins de determinação de exigibilidade, portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social são reconhecidos somente na extensão em que sua realização seja provável. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados com base nos lucros tributáveis ajustados pela legislação específica. A alíquota do imposto de renda é de 15% com um imposto adicional à alíquota de 10% sobre o lucro tributável anual que exceder R\$ 240.000 (R\$ 20.000 mensais). A contribuição social sobre o lucro é calculada sobre o lucro tributável à alíquota de 9%. **2.10. Reconhecimento de receita:** A receita pela prestação de serviços de administração dos Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) é reconhecida com base na execução dos serviços realizados até a data-base do balanço segundo o regime de competência. Os montantes são definidos com base na negociação de emissão de cada certificado. **2.11. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia conforme requerido pela legislação societária brasileira as Companhias abertas como parte de suas demonstrações financeiras. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 "Demonstração do Valor Adicionado". **2.12. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)** As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas pelo método indireto de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 "Demonstração dos fluxos de caixa", emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **3. Caixa e equivalentes de caixa –** Estão assim apresentados nas demonstrações financeiras:

	2025	2024
Bancos conta movimento	1.533	4.625
Aplicações financeiras (*)	1.331.379	1.244.481
Total	1.332.912	1.249.106

(*) As aplicações financeiras são de baixo risco e indexadas à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários ("CDI") contratados com banco de primeira linha e, em 31 de dezembro de 2025, estavam remuneradas a 100% do CDI, com vencimentos em 26/10/2027, liquidez imediata e sem perda de remuneração no resgate. Após os resgates antecipados totais das emissões, os saldos de aplicação foram destinados à Securitizadora. 1ª Emissão: I. Datas de início e término da emissão: 14 de abril de 2011 e 14 de agosto de 2026; II. Critérios previstos para a revolução dos direitos creditórios: esta emissão teve como lastro créditos imobiliários oriundos do contrato de locação firmado entre o Aludra Empreendimento Imobiliário Ltda. ("Cedente") com a Peugeot-Citroën do Brasil Automóveis Ltda. no montante total de R\$ 26.487 indexado ao IPCA/IBGE em substituição ao IGP-M/FGV, conforme alterado pela Assembleia Geral Extraordinária dos CRI de 28/06/2021; III. Garantias envolvidas na estrutura da securitização tais como: sobre colateralização, subordinação ou coobrigação e a forma como essas garantias foram utilizadas durante o período: regime fiduciário e alienação do imóvel prestados pelo Cedente da Cédula de Créditos Imobiliários ("CCI"); e IV. Em 02 de julho de 2025, a Infrasec promoveu o resgate antecipado total do Certificado de Recebíveis Imobiliários da 2ª Emissão. 2ª Emissão: I. Datas de início e término da emissão: 27 de abril de 2012 e 07 de abril de 2027; II. Critérios previstos para a revolução dos direitos creditórios: esta emissão teve como lastro créditos imobiliários oriundos do contrato de locação firmado entre o Lumen Empreendimento Imobiliário Ltda. ("Cedente") com a Peugeot-Citroën do Brasil Automóveis Ltda. no montante total de R\$ 39.819 indexado ao IPCA/IBGE em substituição ao IGP-M/FGV, conforme alterado pela Assembleia Geral Extraordinária dos CRI de 28/06/2021; III. Garantias envolvidas na estrutura da securitização tais como: sobre colateralização, subordinação ou coobrigação e a forma como essas garantias foram utilizadas durante o período: regime fiduciário e alienação do imóvel prestados pelo Cedente da Cédula de Créditos Imobiliários ("CCI"); e em 02 de julho de 2025, a Infrasec promoveu o resgate antecipado total do Certificado de Recebíveis Imobiliários da 3ª Emissão. 3ª Emissão: I. Datas de início e término da emissão: 30 de setembro de 2019 e 05 de março de 2024; II. Critérios previstos para a revolução dos direitos creditórios: esta emissão teve como lastro créditos imobiliários oriundos do contrato de locação firmado entre a Conseng Engenharia Ltda. ("Cedente") com a Via Brasil MT100 Concessionária de Rodovias S.A. no montante total de R\$ 20.463.000 indexado ao IPCA; III. Garantias envolvidas na estrutura da securitização tais como: sobre colateralização, subordinação ou coobrigação e a forma como essas garantias foram utilizadas durante o período: regime fiduciário e fiança; e IV. Em 14 de junho de 2022, a Infrasec promoveu o resgate antecipado total do Certificado de Recebíveis Imobiliários da 3ª Emissão. A securitizadora possuía obrigações registradas como contas a pagar junto à empresa Conseng Engenharia Ltda., bem como saldo em conta corrente vinculado ao CRI da 3ª emissão, remanescente após a liquidação de todas as obrigações do patrimônio separado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi celebrado instrumento particular de cessão de recebíveis e outras avenças, por meio do qual foi acordada a quitação dos referidos passivos. Em decorrência dessa operação, a Securitizadora deixou de possuir as obrigações anteriormente registradas, sendo realizada a baixa dos passivos correspondentes, bem como a destinação do saldo remanescente. Adicionalmente, a diferença apurada na liquidação foi reconhecida no resultado como receita financeira, decorrente dos descontos obtidos, conforme divulgado na nota explicativa nº 12.1.

5. Partes relacionadas – 5.1. Ativo Ativo não circulante

	2025	2024
GPI Participações e Investimentos S.A.	403.635	203.635
Total	403.635	203.635

Referem-se às operações de mútuo com parte relacionada, formalizada em contrato. O saldo não será atualizado, conforme pactuado entre as partes, com prazo indeterminado. **5.2. Passivo Passivo não circulante**

	2025	2024
Investiminas Participações S.A. (a)	1.803.498	1.803.498
Total	1.803.498	1.803.498

(a) Montante decorrente do Instrumento de Cessão de Direitos Creditórios ("Instrumento"), utilizado para quitação integral do Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), conforme Nota Explicativa nº 8, com vencimento em 60 meses (*), sem correção monetária formalizado em contrato de mútuo, assinado entre as partes. Cabe ressaltar que a Companhia Investiminas Participações S.A. é controlada pelo mesmo grupo econômico denominado GPI Participações e Investimentos S.A. (*). Em 02/08/2022, foi assinado o 1º Aditivo ao Instrumento prorrogando por 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de assinatura do Aditivo, o prazo para restituição à Cedente do valor equivalente à totalidade do crédito cedido. Em 30/04/2023, foi assinado o 2º Aditivo ao Instrumento ajustando o valor dos créditos tributários para R\$ 1.803.498 (antes, R\$ 1.938.854). Diante da consolidação do PERT em 2023, foi paga uma diferença apurada pela Receita Federal, ocasionando a redução de R\$ 133.356 na utilização da Cessão de Direitos Creditórios. **5.3. Remuneração do pessoal-chave da Administração:** Não houve remuneração paga ao pessoal-chave da Administração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024. **6. Obrigações tributárias (a)** Composição de obrigações tributárias a pagar:

	2025	2024
CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	23.927	9.554
PIS – Programa Integração Social	463	448
COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	2.848	2.899
Impostos Retidos na Fonte	17	4.931
Total	27.255	17.832

7. Patrimônio líquido – 7.1. Capital social: O capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 10.000 divididos em 10.000 (ações ordinárias nominativas). **7.2. Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. **7.3. Reserva de lucros:** A reserva de lucros, conforme definido pelo Estatuto Social da Companhia, tem por finalidade não distribuir a parcela não realizada financeiramente na forma de dividendos. **7.4. Dividendos propostos:** A proposta de dividendos consignada, quando aplicável, nas informações financeiras intermediárias da Companhia está sujeita à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral, sendo calculada nos termos da Lei nº 6.404/76, em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram distribuídos dividendos no montante de R\$ 1.200.000 (R\$ – em 2024). **8. Programa Especial de Regularização Tributária (PERT)** – Em 18 de outubro de 2017, a Infrasec Securitizadora S.A. sofreu um Auto de Infração decorrente do Processo nº 13855-723-306/2017-85 da Secretaria da Receita Federal do Brasil no montante corrigido de R\$ 3.767.161, sendo as diferenças apuradas na apuração de tributos R\$ 914.881 de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), R\$ 369.701 de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e R\$ 2.451.129 de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF). Como consequência desse "Auto de Infração", a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária ("PERT"), para inclusão desses débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional na modalidade de pagamento de antecipação à vista. A opção por essa modalidade de parcelamento gerou um abatimento das multas e juros incidentes no montante de R\$ 1.535.698, gerando um resultado líquido da operação no exercício de 2017 no montante de R\$ 2.231.463. Adicionalmente, a Companhia utilizou seus créditos tributários existentes no montante de R\$ 106.251 e efetuou o pagamento de R\$ 188.358, resultando em um saldo devedor de (R\$ 1.936.854). A Companhia efetuou uma cessão de prejuízos fiscais junto da parte relacionada Investiminas Participações S.A. e efetuou a quitação integral do parcelamento em 28 de dezembro de 2017, o que gerou um passivo com parte relacionada, oriundo do Instrumento Particular de Cessão de Direitos Creditórios formalizado entre as partes. Este instrumento prevê a liquidação do montante cedido no prazo de 60 meses. Em 30 de abril de 2023, foi assinado Aditivo ao Instrumento que prevê a liquidação do montante cedido no prazo de 60 meses. Diante da consolidação do PERT em 2023, foi paga uma diferença em dinheiro, conforme apuração da Receita Federal, ocasionando a redução na utilização da Cessão de Direitos Creditórios de R\$ 1.936.854 para R\$ 1.803.498. **9. Demandas judiciais** – A Companhia concluiu que não possuem contingências fiscais, civis ou trabalhistas e previdenciárias que deveriam ser provisionadas ou divulgadas nas demonstrações financeiras. **10. Receitas líquidas de serviços prestados**

	2025	2024
Receita de prestação de serviço	439.521	877.852
(i) Impostos sobre prestação de serviços	(19.386)	(39.103)
Total	420.135	838.749

11. Despesas gerais e administrativas

	2025	2024
Serviços prestados por terceiros (i)	(86.789)	(311.041)
Honorários de contabilidade	(31.170)	(39.205)
Jornais, revistas e outras publicações	(6.870)	(10.350)
Associações de classe	(31.431)	(49.431)
Outras despesas administrativas	(32.177)	(10.954)
Despesas advocatícias	(28.474)	(11.633)
Despesas tributárias (ii)	(60.039)	(5.240)
Total	(276.950)	(437.854)

continua...



... continuação

(i) A redução observada decorre, principalmente, da liquidação de patrimônios separados administrados pela securitizadora ao longo do exercício de 2025; e (ii) O aumento nas despesas tributárias está relacionado à incidência de IOF sobre aplicações financeiras resgatadas no período. **12. Receitas e despesas financeiras** – Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as receitas e despesas financeiras estão assim compostas:

	2025	2024
12.1. Receitas financeiras		
Receitas sobre aplicações financeiras (i)	518.680	277.384
Desconto Obtido (ii)	332.318	–
Total	850.998	277.384

(i) Em 24/06/2025, a Companhia assinou contrato de mútuo com Athos Empreendimento Imobiliário Ltda. no valor de R\$ 34,7 milhões com o objetivo de liquidar integralmente os CRIs das 1ª e 2ª emissões, eventos que ocorreram em 02/07/2025 no valor de R\$ 25,6 milhões, sendo que o saldo do mútuo junto à Athos foi liquidado entre 04/07/2025 e 27/11/2025. Neste intervalo de tempo, os recursos ficaram aplicados o que gerou receita financeira para a Infrasec e, consequentemente, aumento na comparação com o ano anterior. (ii) Refere-se à transferência, pela Conseng Engenharia Ltda. ("Conseng") à Infrasec, pelos serviços prestados pela Companhia no âmbito da estruturação da operação da 3ª emissão de CRIs, de todos os recursos que à Conseng deveriam ser destinados, conforme estabelecido o item 5.11 do Instrumento Particular de Contrato de Cessão de Recebíveis e Outras Avenças. Em documento à Infrasec, datado de 23/12/2025, a Conseng dá plena e geral quitação aos seus direitos vinculados à operação. Conforme divulgado na nota explicativa nº 4.

12.2. Despesas financeiras

	2025	2024
Despesas bancárias (i)	(340.251)	(61.311)
Multas de mora fiscal	(13)	(3.152)
Juros e atualização monetária mútuo (ii)	(305.629)	(27)
Total	(645.893)	(64.490)

(i) O aumento do saldo das despesas bancárias, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, decorre principalmente da incidência de tarifas bancárias no exercício. Adicionalmente, o montante de R\$ 287.651 refere-se a nota de débito emitida pelo Banco ABC, relacionada aos custos incorridos na estruturação da operação de mútuo. (ii) O aumento dos juros e da atualização monetária está relacionado ao mútuo contratado pela Securitizadora para a liquidação da 1ª e 2ª emissões. Referido mútuo era remunerado à taxa de 4,15% a.a., acrescida do CDI. Destaca-se que a obrigação foi integralmente liquidada em 27 de novembro de 2025.

13. Lucro por ação
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizadas na apuração do lucro por ação – em reais

	2025	2024
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	186.529	403.499
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizadas na apuração do lucro por ação – em reais	10.000	10.000
Lucro por ação – em reais	18,65	40,35

14. Imposto de renda e contribuição social correntes

	2025	2024
Imposto de Renda	(88.216)	(121.340)
Contribuição Social	(36.078)	(52.006)
Total	(124.294)	(173.346)

Lucro antes dos impostos

	2025	2024
Lucro antes dos impostos	310.823	576.845

Cálculo do IR

	2025	2024
Alíquota de 15%	60.129	86.677
Alíquota de 10%	28.087	34.663

Cálculo da CSLL

	2025	2024
Alíquota de 9%	36.078	52.006
Total do IRPJ e da CSLL	(124.294)	(173.346)

15. Instrumentos financeiros e políticas para gestão de risco financeiro – Os instrumentos financeiros ativamente utilizados pela Companhia estão substancialmente representados por bancos conta movimento, aplicações financeiras e transações com partes relacionadas, estando reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras considerando-se os critérios descritos na nota explicativa nº 2.8. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais visando a liquidez, rentabilidade e minimização de riscos. Considerando a não existência de instrumentos financeiros derivativos e pelas características dos outros instrumentos financeiros possuindo basicamente caixa e equivalentes de caixa) não houve necessidade de apresentar demonstrativos de análise de sensibilidade. **15.1. Valorização dos instrumentos financeiros:** Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, bem como os critérios para sua valorização, são descritos a seguir: **Caixa e equivalentes de caixa e contas a receber (Notas Explicativas nºs 3 e 4):** Os saldos mantidos em contas correntes bancárias e aplicações financeiras de liquidez imediata possuem valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. **15.2. Gestão de riscos financeiros:** A Administração monitora e administra os riscos financeiros inerentes às operações. Entre esses riscos destacam-se o risco de crédito, o risco de liquidez e o risco de mercado. O principal objetivo é manter a exposição da Companhia

a esses riscos em níveis mínimos utilizando para isso instrumentos financeiros e avaliando e controlando a qualidade creditícia de suas contrapartes e a liquidez dos seus ativos financeiros. **16. Relação com o auditor independente** – A Companhia não contratou nem teve serviço prestado pela RSM Brasil Auditores Independentes Ltda. relacionados a negócios por ela administrados que não os serviços de auditoria independente. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor de acordo com os critérios internacionalmente aceitos quais sejam o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste. **17. Seguros** – A Companhia não possuía seguros contratados nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. **18. Informações sobre emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI)** – A Resolução CVM nº 60, de 21 de dezembro de 2021, e alterações posteriores, requer, em se tratando de companhia securitizadora, que cada patrimônio separado seja uma entidade que reporte informação para fins de elaboração de demonstrações financeiras individuais desde que a companhia securitizadora não tenha que consolidá-lo em suas demonstrações conforme as regras contábeis aplicáveis a sociedades anônimas. Em atendimento a essa disposição a partir do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 a Companhia deixou de fazer constar em suas notas explicativas as demonstrações financeiras vinculadas aos patrimônios separados por ela instituídos passando a disponibilizá-las em sua página na rede mundial de computadores em até 03 (três) meses após o encerramento do exercício social o qual foi estabelecido como sendo 31 de dezembro de cada ano, os patrimônios separados ativos. Os recebíveis vinculados ao regime fiduciário constituem o lastro de CRI emitidos nesse regime. Pela cláusula, tais créditos ficam excluídos do patrimônio comum da Companhia passando a constituir direitos patrimoniais separados com o propósito específico e exclusivo de responder pela realização dos direitos dos investidores. • Resgate Antecipado Total das Emissões: Em 25 de junho de 2025, a Infrasec divulgou Fatos Relevantes informando que, em conformidade com o item 6.1 da Cláusula Sexta do Termo de Securitização, realizaria o Pagamento Antecipado Total dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 1ª e 2ª Emissões, por meio do resgate antecipado integral dos CRI no dia 02 de julho de 2025, conforme deliberação do Conselho de Administração da Companhia. • **Patrimônios Separados-Valores:** Em 31 de dezembro de 2025, tendo em vista os Resgates Antecipados Totais das Emissões, os valores sob gestão dos patrimônios

separados foram zerados. Não houve novas Emissões no período. **19. Atos Societários – AGO:** Em 17 de abril de 2025, foi realizada a 17ª Assembleia Geral Ordinária que aprovou, por unanimidade: (i) as contas dos administradores, o Balanço Patrimonial, o Balanço de Resultado Econômico e as demais Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2024 e encerrado em 31 de dezembro de 2024; (ii) a distribuição de dividendos no valor de R\$ 350.000 (trezentos e cinquenta mil reais) aos seus acionistas, observado o fluxo de caixa da Companhia. **RCA:** Em 31 de março de 2025, foi realizada a 35ª Reunião do Conselho de Administração que aprovou, por unanimidade, a emissão das Demonstrações Financeiras da Companhia. Em 24 de junho de 2025, foi realizada a 36ª Reunião do Conselho de Administração que aprovou, por unanimidade, a contratação de empréstimo no valor de até R\$ 35.000.000 (trinta e cinco milhões de reais), com data de vencimento para 22 de dezembro de 2025. Em 25 de junho de 2025, foi realizada a 37ª Reunião do Conselho de Administração que aprovou, por unanimidade, o Pagamento Antecipado Total e respectivo resgate antecipado integral dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 1ª e 2ª Emissões de CRI de Emissão da Infrasec. Em 16 de julho de 2025, foi realizada a 38ª Reunião do Conselho de Administração que aprovou, por unanimidade, a Cessão de direitos creditórios de titularidade da Companhia para fins de pré-pagamento de mútuo contratado pela Infrasec. **20. Eventos Subsequentes – AGE:** Em 16 de março de 2026, foi realizada a 13ª Assembleia Geral Extraordinária que deliberou, dentre outros, a eleição de membros do Conselho de Administração da Companhia; Em 23 de março de 2026, foi realizada a 14ª Assembleia Geral Extraordinária que deliberou pelo cancelamento voluntário do registro da Companhia na categoria B da Resolução CVM nº 20 e a conversão da categoria de registro da Companhia como securitizadora de S2 para S1, nos termos da Resolução CVM nº 60. Em 25 de março de 2026, foi realizada a 15ª Assembleia Geral Extraordinária que ratificou as distribuições de lucro no valor de R\$ 850.000 (oitocentos e cinquenta mil reais) ocorridas nos meses de outubro e dezembro/2025 (R\$ 250.000) e (R\$600.000) que foram deduzidas das Reservas de Lucro.

Diretoria	
Ricardo Kassardjian	– Diretor Presidente
Ismael Cristiano de Souza Moutinho	– Diretor
Claudio Caldas Bianchessi	– Contador CRC 1RS 034.686/O-6/TT-SP

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos: Acionistas e Administradores da Infrasec Securitizadora S.A. – São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Infrasec Securitizadora S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Infrasec Securitizadora S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfases: Transações envolvendo partes relacionadas:** Conforme mencionado nas notas explicativas nºs 5.1 e 5.2, chamamos a atenção para o fato que a Companhia mantém operações com partes relacionadas a receber no montante de R\$ 403.635 registrados no ativo não circulante e a pagar de R\$ 1.803.498 registrados no passivo não circulante. Essas transações foram efetuadas de acordo com os termos acordados entre a Administração da Companhia e a parte relacionada descrita nessa nota explicativa. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Incerteza relevante de continuidade operacional:** Conforme nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, o objetivo da Companhia está atrelado ao segmento de estruturação de patrimônios separados, com foco na originação de operações estruturadas com parceiros sólidos e lastros consistentes. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não apresentava patrimônios separados sobre sua gestão, sendo assim, sua continuidade operacional dependerá da realização de novas emissões. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação

de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Receita de prestação de serviços:** A Companhia reconhece e mensura suas receitas a partir da prestação de serviços relacionados à estruturação e à administração de operações de securitização, conforme condições estabelecidas nos respectivos termos de securitização. Esse reconhecimento considera as características específicas de cada operação, bem como o efetivo cumprimento das obrigações de desempenho assumidas. Neste sentido, considerando a atividade-fim da Companhia e os reflexos contábeis provenientes destas movimentações financeiras, entendemos que é um tema de risco significativo em nossa abordagem de auditoria. **Como nossa auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) o recálculo dos valores apropriados como receita; (ii) leitura dos termos de securitização, analisando se as condições determinadas nos termos foram refletidas nas demonstrações financeiras; (iii) a verificação das respectivas liquidações financeiras; e (iv) avaliação da adequação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras. Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as evidências de auditoria obtidas são apropriadas e suficientes para suportar a existência, mensuração e realização das receitas reconhecidas no exercício, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório

está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no relatório realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos

de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos nos termos de nossa responsabilidade pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 31 de março de 2026. **André Luiz Cabral da Silva** Contador CRC – ISP 270.311/O-5 **RSM Brasil Auditores Independentes Ltda.** CRC 2SP 030.002/O-7

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL São Paulo

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 01/04/2026

Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



WTM SP Saúde Comércio E Distribuição S.A.

CNPJ/ME sob o nº 60.209.170/0001-02 - NIRE nº 35.300.661.54

Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Sociedade realizada em 10 de fevereiro de 2026

Data, Hora e Local: Dia 10 (dez) de fevereiro de 2026, às 09:00 horas, na sede social localizada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Barata Ribeiro, 190, Salas 71,72,73,74 Bela Vista, Edifício Doctors Center Cep. 01308-000. Mesa: Sr. Pedro Magalhães Neto, Presidente; e Samir Antonio Calil, Secretário. **Convocação e Presença:** Dispensada nos termos do § 2º do artigo 1.072 e do artigo 1.079 do Código Civil, e do § 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, em razão de estarem presentes os sócios representando a totalidade do capital social. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (f) Alteração da redação do Artigo 22 do Estatuto Social. **Deliberações:** I. Os Acionistas, de forma unânime e sem ressalvas, resolvem alterar a redação do Artigo 22 do Estatuto Social para que este passe a vigor com a seguinte e nova redação: "Artigo 22 - A representação ativa e passiva da Companhia, em juízo ou fora dele, deve ser exercida por (i) 01 (um) Diretor, ou (ii) um procurador com poderes específicos devidamente nomeado pelo Diretor. As procurações outorgadas pela Companhia devem ser assinadas pelo Diretor e devem conter poderes específicos e prazo de vigência não superior a 1 (um) ano (ressalvada a outorga de poderes da cláusula ad iudicia et extra que a Diretoria ou o Conselho de Administração, conforme o caso, venha a autorizar em cada caso). **Parágrafo Primeiro:** Sem prejuízo do disposto no caput deste Artigo, a Companhia pode ser representada por 01 (um) Diretor ou, ainda, por 01 (um) procurador com poderes específicos, nos termos do supra disposto, nas seguintes hipóteses: (a) em assuntos de rotina, definidos como aqueles cujo valor não exceda a quantia de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), inclusive, mas não se limitando, perante os órgãos ou entidades privados e públicos federais, estaduais e municipais, autarquias e sociedades de economia mista, inclusive, mas não se limitando ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), administrado pela Caixa Econômica Federal, Secretaria da Receita Federal incluindo Inspeções, Delegacias e Agências da Receita Federal, Secretarias das Fazendas Estadual(is) e/ou Municipal(is), Juntas Comerciais Estaduais, Instituto Nacional de Propriedade Industrial, Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários, IBAMA e demais órgãos ambientais, Bolsas de Valores e de Mercadorias, Bancos Estatais e de Desenvolvimento; e (b) na assinatura de correspondência sobre assuntos rotineiros. **Parágrafo Segundo:** Deverá ser observada a regra do caput deste Artigo para a prática de atos relacionados com movimentação financeira, tais como abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, autorizar débitos, emitir, assinar e endossar cheques, fazer depósitos e retiradas, fazer aplicações, resgates, transmitir e receber ordem de pagamentos, fazer empréstimos e financiamentos." Diante das alterações ora aprovadas nos itens acima, os Acionistas aprovam a nova redação do Estatuto Social da Companhia, o qual integra a presente ata na forma do Anexo I. **Encerramento:** Terminada a leitura, nada mais havendo a tratar, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, a assembleia foi suspensa pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata em livro próprio, nos termos do Artigo 130 da LSA, que, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. **A presente certidão, neste ato autenticada pelo Presidente e pelo Secretário da Mesa, é cópia fiel da Ata lavrada no livro de Atas de Assembleias Gerais da Companhia.** Ribeirão Preto, 10 de fevereiro de 2026. Mesa: Pedro Magalhães Neto - Presidente; Samir Antonio Calil - Secretário. **Anexo I Ata de Assembleia Geral Extraordinária Estatuto Social da WTM SP Saúde Comércio e Distribuição S.A.** - CNPJ/ME sob o nº 60.209.170/0001-02 NIRE nº 35.300.661.541 - **Denominação, Sede, Objeto e Duração - Artigo 1º** - A WTM SP Saúde Comércio e Distribuição S.A. é uma sociedade anônima que se regerá pelo presente estatuto e disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15.12.1976 e suas alterações posteriores. **Artigo 2º** - A Companhia tem sua sede e foro na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Barata Ribeiro, 190, Salas 71,72,73,74 Bela Vista, Edifício Doctors Center Cep. 01308-000, podendo abrir outras filiais, agências, escritórios e estabelecimentos em qualquer parte do território nacional ou no exterior, mediante deliberação da Diretoria. **Artigo 3º** - A Companhia tem por objeto social o Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios (CNAE 46.45-1-01); Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos (CNAE 47.73-3-00); Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional (CNAE 49.30-2-02); Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis (CNAE 52.11-7-99); Outras sociedades de participação, exceto holdings (CNAE 64.63-8-00); Aluguel de material médico (CNAE 77.29-2-03); Serviços combinados de escritório e apoio administrativo (CNAE 82.11-3-00); Atividades de profissionais da área de saúde não especificadas anteriormente (CNAE 86.50-0-99); Operador de transporte multimodal - OTM (CNAE 52.50-8-05); Representantes comerciais e agentes do comércio de instrumentos e materiais odontológico-hospitalares (CNAE 46.18-4-02); e Comércio de mercadorias no exterior para revenda no mercado interno (CNAE 46.91-5). **Artigo 4º** - O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capital Social Artigo 5º** - O capital social da Companhia é de R\$ 1.418.101,00 (um milhão e quatrocentos e dezesseite mil e cento e um reais), expresso em moeda corrente nacional, dividido em 1.418.101 (um milhão e quatrocentos e dezesseite mil e cento e um) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal parcialmente subscrito e integralizado pelos acionistas. **Artigo 6º** - A Assembleia Geral que autorizar o aumento de capital social, mediante a subscrição de novas ações, disporá acerca das determinações a serem observadas quanto à espécie e classe das ações, ao preço de emissão e ao prazo de subscrição. **Artigo 7º** - A Assembleia Geral que autorizar o aumento de capital social, mediante a subscrição de novas ações, disporá acerca das determinações a serem observadas quanto ao preço e prazo de subscrição. **Parágrafo único** - É vedada à Companhia, em qualquer hipótese, a emissão de partes beneficiárias com base nos seus resultados anuais. **Artigo 8º** - A Companhia poderá adquirir, utilizando saldos de lucros ou reservas disponíveis, exceto a reserva legal, suas próprias ações para permanência em tesouraria, sem que isso implique na diminuição do capital social, visando sua posterior alienação ou cancelamento, observadas as disposições legais aplicáveis. **Parágrafo Primeiro:** Exceto nos casos específicos previstos no Parágrafo abaixo, qualquer acionista que pretenda, a qualquer tempo e a qualquer título, transferir, vender ou alienar a totalidade ou parte de suas ações ordinárias ou quaisquer debêntures conversíveis em ações ordinárias, ou seu direito de preferência na subscrição de novas ações ordinárias, deverá assegurar o direito de preferência aos outros acionistas, devendo comunicar por escrito essa intenção aos demais acionistas e a Diretoria, informando-o do preço, condições a que se submete a venda, indicação do interessado, notificando-os para que exerçam, em querendo, o direito de preferência no prazo de 180 (cento e oitenta) dias. **Parágrafo Segundo:** Os acionistas podem transferir ações, debêntures conversíveis em ações ou direito de preferência para a subscrição destas (i) para suas sociedades controladas; ou (ii) para sociedades ou indivíduos que, por sua vez, detenham mais de cinquenta por cento (50%) do capital votante do acionista alienante; (iii) para sociedades nas quais mais de cinquenta por cento (50%) do capital votante seja detido, direta ou indiretamente, pela mesma pessoa que detenha mais de cinquenta por cento (50%) do capital votante do acionista alienante; **Parágrafo Terceiro:** Observados os termos e condições estabelecidos em eventuais acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia e mediante deliberação da Assembleia Geral, nos termos do parágrafo 3º do artigo 168 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), a Companhia estará autorizada a outorgar opção de compra ou subscrição de ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor de seus administradores, empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia, podendo essa opção ser estendida aos administradores e empregados de sociedades controladas, direta ou indiretamente, pela Companhia. **Parágrafo Quarto:** As ações mantidas em tesouraria não terão direito a voto, nem a dividendos ou bonificações de qualquer espécie, até sua realocação em circulação. **Ações Ordinárias - Artigo 9º** - Cada ação ordinária confere a seu titular um voto nas deliberações das Assembleias Gerais de Acionistas. **Parágrafo Único:** As ações da Companhia são nominativas e a sua propriedade presume-se-á pela inscrição do nome do acionista no livro "Registro de Ações Nominativas", e a Companhia somente emitirá certificados de ações a requerimento do acionista, devendo ser cobrados deste os respectivos custos. **Asssembleia Geral de Acionistas Artigo 10** - A Assembleia Geral é o órgão deliberativo da Companhia e reunir-se-á (i) ordinariamente, dentro dos 04 (quatro) meses seguintes ao término de cada exercício social para deliberar sobre as matérias constantes do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações; e, (ii) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais da Companhia o exigirem e para apreciação das matérias que extrapole a competência dos Órgãos de Administração, sendo assegurado o direito de convocação aos acionistas na forma prevista em lei sendo que as deliberações serão tomadas por Acionistas que representem pelo menos 51 % (cinquenta e um por cento) do capital social da Companhia. **Artigo 11** - As Assembleias Gerais serão convocadas e instaladas na forma da Lei nº 6.404/76. As deliberações, exceto nos casos previstos em lei ou no Artigo 14 deste estatuto social, serão tomadas por maioria de votos, sendo atribuído 1 (um) voto para cada ação ordinária detida pelos acionistas. **Parágrafo único** - Somente poderão tomar parte e votar na Assembleia Geral os acionistas cujas ações estejam registradas em seu nome no livro próprio com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da data designada para a realização da referida Assembleia Geral. Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por mandatário, nos termos da Lei nº 6.404/76, mediante procuração com poderes específicos, a qual ficará arquivada na sede da Companhia. **Artigo 12** - As Assembleias Gerais, ordinárias ou extraordinárias, serão presididas pelo acionista escolhido por maioria de votos dos presentes. **Parágrafo único** - O Presidente da Assembleia Geral deverá indicar, dentre os presentes, um secretário. **Artigo 13** - Nas deliberações da Assembleia Geral serão obrigatoriamente observadas as previsões de eventuais Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia. O presidente da Assembleia Geral não computará os votos proferidos com infração às disposições de tais Acordos de Acionistas. **Administração da Companhia Artigo 15** - A Companhia será administrada por uma Diretoria, que será composta e funcionar em conformidade com a legislação aplicável, com o Estatuto Social da Companhia e com os eventuais Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia. **Artigo 16** - A Diretoria será composta de até 2 (dois) Diretores, todos residentes no País, acionistas ou não, com as atribuições previstas no Estatuto Social, com mandato de 3 (três) anos, prorrogáveis até a posse dos respectivos substitutos, facultada a reeleição. **Artigo 17** - A Diretoria não é um órgão colegiado, mas reunir-se-á ordinariamente pelo menos 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, sempre que assim exigirem os negócios sociais, mediante convocação do Diretor Presidente, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da sua realização, ou por maioria dos Diretores, neste caso, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas. **Artigo 18** - A Assembleia Geral deverá ser imediatamente convocada em caso de vacância do cargo de qualquer Diretor, para eleição de seu substituto. **Artigo 19** - Além dos casos de renúncia, morte, interdição ou impedimento, considerará-se-á vago o cargo de Diretor que deixar de exercer suas funções pelo prazo de 15 (quinze) dias, sem autorização da Diretoria ou sem estar licenciado. **Artigo 20** - Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes a esta administração, ressalvados aqueles para os quais, por lei, por este Estatuto Social ou por acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, sejam de competência da Assembleia Geral. No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos ordinários de administração necessários à consecução dos objetivos de seus respectivos cargos, observadas as disposições deste Estatuto Social e de Acordo de Acionistas quanto à forma de representação, à alçada para a prática de determinados atos. **Artigo 21** - O uso da denominação social é privativo dos Diretores, nos limites e condições fixados neste Estatuto Social, inclusive com relação à representação perante terceiros. Os atos que forem praticados sem observância deste preceito não produzirão qualquer efeito para a Companhia, exceto quando previamente aprovados ou expressamente ratificados pela Assembleia Geral. **Artigo 22** - A representação ativa e passiva da Companhia, em juízo ou fora dele, deve ser exercida por (i) 01 (um) Diretor, ou (ii) um procurador com poderes específicos devidamente nomeado pelo Diretor. As procurações outorgadas pela Companhia devem ser assinadas pelo Diretor e devem conter poderes específicos e prazo de vigência não superior a 1 (um) ano (ressalvada a outorga de poderes da cláusula ad iudicia et extra que a Diretoria ou o Conselho de Administração, conforme o caso, venha a autorizar em cada caso). **Parágrafo Primeiro:** Sem prejuízo do disposto no caput deste Artigo, a Companhia pode ser representada por 01 (um) Diretor ou, ainda, por 01 (um) procurador com poderes específicos, nos termos do supra disposto, nas seguintes hipóteses: (a) em assuntos de rotina, definidos como aqueles cujo valor não exceda a quantia de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), inclusive, mas não se limitando, perante os órgãos ou entidades privados e públicos federais, estaduais e municipais, autarquias e sociedades de economia mista, inclusive, mas não se limitando ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), administrado pela Caixa Econômica Federal, Secretaria da Receita Federal incluindo Inspeções, Delegacias e Agências da Receita Federal, Secretarias das Fazendas Estadual(is) e/ou Municipal(is), Juntas Comerciais Estaduais, Instituto Nacional de Propriedade Industrial, Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários, IBAMA e demais órgãos ambientais, Bolsas de Valores e de Mercadorias, Bancos Estatais e de Desenvolvimento; e (b) na assinatura de correspondência sobre assuntos rotineiros. **Parágrafo Segundo:** Deverá ser observada a regra do caput deste Artigo para a prática de atos relacionados com movimentação financeira, tais como abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, autorizar débitos, emitir, assinar e endossar cheques, fazer depósitos e retiradas, fazer aplicações, resgates, transmitir e receber ordem de pagamentos, fazer empréstimos e financiamentos. **Exercício Social e Lucros Artigo 23** - O exercício social coincide com o ano civil, encerrando-se, portanto, em 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará celebrar com base na escrituração mercantil da Companhia, as demonstrações financeiras em conformidade com o artigo 176 da Lei nº 6.404/76. **Parágrafo Primeiro:** Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, a Diretoria apresentará à Assembleia Geral, observado o disposto nos artigos 193 a 203 da Lei nº 6.404/76 e neste Estatuto, proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício. **Parágrafo Segundo:** A Companhia poderá levantar balanços intermediários, inclusive mensais, em função dos quais se faculta a distribuição de dividendos conforme deliberado pela Assembleia Geral, desde que os dividendos pagos em cada semestre do exercício social não excedam o montante das reservas de capital de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76. **Parágrafo Terceiro:** A Diretoria poderá declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual. **Artigo 24** - Os lucros líquidos apurados em balanço, depois de deduzidos os 5% (cinco por cento) para a constituição do Fundo de Reserva Legal até o limite de 20 % (vinte por cento) do capital social, ficarão à disposição da Assembleia Geral, que deverá decidir quanto à sua aplicação em dividendos, em fundos de reserva ou em outros fins, observado o disposto no parágrafo único abaixo. **Dissolução e Liquidação - Artigo 25** - A Companhia será dissolvida ou liquidada nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral de Acionistas. Compete à Assembleia Geral estabelecer a forma da liquidação e nomear o liquidante e os membros do Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação, fixando seus poderes e estabelecendo suas remunerações, conforme previsto em lei. **Autenticação da mesa:** Ribeirão Preto, 10 de fevereiro de 2026. Pedro Magalhães Neto - Presidente; Samir Antonio Calil - Secretário; Jucesp nº 094.067/26-0 em 18/03/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

ALPE Intermediação de Negócios S.A.

CNPJ/ME nº 28.494.032/0001-00 - NIRE 35.300.507.878

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 2 de Abril de 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada em 2 de abril de 2024, às 11h, na sede social da Companhia localizada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Sansão Alves dos Santos, nº 102, 3º andar, Cidade Monções, CEP 04571-291 ("Companhia"). **2. Convocação e Presenças:** Dispensada a publicação de Editais de Convocação, conforme o disposto no Artigo 124, Parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de Dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei nº 6.404/76") tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos por Alfredo Egidio Arruda Villela Filho, tendo como secretário Daniel Vieira da Costa. **4. Ordem do Dia:** i) Reeleição de Diretores da Companhia; e ii) outros assuntos. **5. Deliberações:** Foi deliberado, por unanimidade de votos, e sem quaisquer restrições, a reeleição dos Diretores: a. Para o cargo de Diretor Presidente da Companhia fica reeleito o Sr. Alfredo Egidio Arruda Villela Filho, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 11.759.083-6-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 066.530.838-88, com domicílio profissional na Rua Sansão Alves dos Santos, nº 102, 2º andar, Cidade Monções, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04571-291, para o cumprimento de mandato até 02 de Abril de 2027. b. Para o cargo de Diretor Financeiro da Companhia fica reeleito o Sr. Daniel Vieira da Costa, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 13.525.327-5-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 085.547.288-07, com domicílio profissional na Rua Sansão Alves dos Santos, nº 102, 2º andar, Cidade Monções, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04571-291, para o cumprimento de mandato até 02/04/2027. c. Para o cargo de Diretor de Negócios da Companhia fica reeleito o Sr. Rogério Gimenez Girardi, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 22.963.047-9-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 125.927.478-00, residente e domiciliado na Rua Conselheiro Brotero, nº 1378, apartamento 62, Santa Cecilia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01232-010, para o cumprimento de mandato até 02 de Abril de 2027. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a se tratar, foi encerrada esta Assembleia Geral Extraordinária, da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes. **Acionistas Presentes:** Daniel Vieira da Costa e Alfredo Egidio Arruda Villela Filho. Mesa: Alfredo Egidio Arruda Villela Filho - Presidente da Mesa e Daniel Vieira da Costa - Secretário. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 2 de abril de 2024. Mesa: Alfredo Egidio Arruda Villela Filho - Presidente; Daniel Vieira da Costa - Secretário. Jucesp nº 187.506/24-3 em 23/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Comunicado de Extravio

Prysmian Cabos e Sistemas do Brasil S.A., sociedade por ações, com sede em Sorocaba, Estado de São Paulo, na Avenida Pirelli, 1100, bloco A, sala 01, Bairro Eden, CEP 02712-100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.150.751/0001-89, com seus atos constitutivos registrados na JUCESP sob NIRE 35300017889 ("Companhia"), **Comunica o Extravio** dos seguintes Livros Sociais da Companhia: 1. Ações Escriturais nº 01, registro nº 2536, em 27/07/2001; 2. Ações Escriturais nº 02, registro nº 2537, em 27/07/2001; 3. Ações Escriturais nº 03, registro nº 2538, em 27/07/2001; 4. Ações Escriturais nº 04, registro nº 2539, em 27/07/2001; 5. Ações Escriturais nº 05, registro nº 2912, em 27/07/2001; 6. Ações Ordinária Escritural A nº 10, registro nº 3867, em 05/08/2009; 7. Ações Ordinária Escritural A nº 11, registro nº 3869, em 05/08/2009; 8. Ações Ordinária Normativa nº 08, registro nº 3866, em 05/08/2009; 9. Ações Ordinária Normativa nº 09, registro nº 556, em 27/01/2004; 10. Ações Ordinária Normativa nº 10, registro nº 220, em 11/01/2006; 11. Ações Ordinária Normativa nº 11, registro nº 221, em 11/01/2006; 12. Ações Ordinária Normativa nº 12, registro nº 3868, em 05/08/2009; 13. Ações Ordinária Normativa nº 13, registro nº 260, em 08/01/2007; 14. Ações Ordinária Normativa nº 14, registro nº 5522, em 16/08/2007; 15. Ações Ordinária Normativa nº 15, registro nº 849, em 26/02/2009; 16. Ações Ordinária Normativa nº 16, registro nº 847, em 26/02/2009; 17. Ações Preferenciais nº 05, registro nº 2913, em 27/07/2001; 18. Ações Preferenciais Nominativa nº 09, registro nº 557, em 27/01/2004; 19. Ações Preferenciais Nominativa nº 10, registro nº 222, em 11/01/2006; 20. Ações Preferenciais Nominativa nº 11, registro nº 223, em 11/01/2006; 21. Ações Preferenciais Nominativa nº 12, registro nº 3872, em 05/08/2009; 22. Ações Preferenciais Nominativa nº 13, registro nº 261, em 08/01/2007; 23. Ações Preferenciais Nominativa nº 14, registro nº 5523, em 16/08/2007; 24. Ações Preferenciais Nominativa nº 15, registro nº 850, em 26/02/2009; 25. Ações Preferenciais Nominativa nº 16, registro nº 848, em 26/02/2009; 26. Ações Preferenciais Nominativa B nº 08, registro nº 3871, em 05/08/2009; 27. Ações Preferenciais Nominativa B nº 10, registro nº 3870, em 05/08/2009; 28. Ações Preferenciais Nominativa B nº 11, registro nº 3873, em 05/08/2009; 29. Ações Preferenciais Nominativa B nº 13, registro nº 3874, em 05/08/2009; 30. Registro de Ações Nominativas Ordinárias nº 19, registro nº 233, em 10/03/2015; 31. Registro de Ações Nominativas Ordinárias nº 20, registro nº 464333, em 18/09/2024; 32. Registro de Ações Nominativas Ordinárias nº 07, registro nº 356, em 07/03/2002; 33. Registro de Ações Nominativas Ordinárias nº 08, registro nº 883, em 16/04/2002; 34. Registro de Ações Nominativas nº 03, registro nº 15242, em 13/02/2002; 35. Registro de Ações Nominativas Preferenciais nº 07, registro nº 357, em 07/03/2002; 36. Registro de Ações Nominativas Preferenciais nº 08, registro nº 884, em 16/04/2002; 37. Registro de Ações Ordinárias Nominativas nº 17, registro nº 305, em 02/02/2012; 38. Registro de Ações Ordinárias Nominativas nº 18, registro nº 167, em 03/04/2014; 39. Registro de Ações Preferenciais Nominativas nº 17, registro nº 306, em 02/02/2012; 40. Registro de Ações Preferenciais Nominativas nº 18, registro nº 168, em 03/04/2014; 41. Registro de Transferência de Ações Nominativas nº 02, registro nº 39957, em 26/03/2003; 42. Transferência de Ações Ordinárias Nominativa nº 01, registro nº 79140, em 01/06/2001; 43. Transferência de Ações Ordinárias Nominativa nº 02, registro nº 79142, em 01/06/2001; 44. Transferência de Ações Ordinárias Nominativa nº 12, registro nº 79141, em 01/06/2001; 45. Transferência de Ações Preferenciais Nominativas nº 01, registro nº 79148, em 01/06/2001; e 46. Transferência de Ações Preferenciais Nominativas nº 02, registro nº 79149, em 01/06/2001.

Azul S.A.

CNPJ/MF nº 09.305.994/0001-29 - NIRE 35.300.361.130 - CVM 24112 - Companhia Aberta **Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária a Ser realizada em 30 de abril de 2026** Ficam convocados os Senhores Acionistas da Azul S.A. ("Companhia"), nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("LSA"), para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("AGO") a ser realizada, em primeira convocação, no dia 30 de abril de 2026, às 16h00, de forma exclusivamente digital, por meio de participação pelo sistema eletrônico da plataforma Ten Meetings ("Plataforma Digital"), a qual será considerada como realizada na sede social da Companhia, localizada na Avenida Marcos Pentado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 8º andar, Edifício Jatobá, Condomínio Castelo Branco Office Park, Tamboré, CEP 06460-040, no Município de Barueri, Estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre as seguintes matérias, da ordem do dia: (i) Tomar as contas dos administradores, assim como examinar, discutir e votar sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do parecer emitido pelos auditores independentes da Companhia, do relatório do Comitê de Auditoria e do parecer do Conselho Fiscal; (ii) Deliberar sobre a destinação dos resultados relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; e (iii) Fixar a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2026. O quórum necessário para a instalação da AGO é de 1/4 (um quarto) das ações de emissão da Companhia com direito a voto. Caso o quórum legal não seja atingido, a Companhia publicará novo Edital de Convocação anunciando a data de realização da AGO em segunda convocação. A AGO realizada em segunda convocação será instalada com a presença de qualquer número de acionistas. Nos termos do Estatuto Social da Companhia e do artigo 129 da LSA, as matérias integrantes da Ordem do Dia serão aprovadas mediante voto favorável de acionistas titulares da maioria das ações ordinárias de emissão da Companhia presentes à AGO. Considerando que o mandato dos atuais membros do Conselho Fiscal se encerra na data da presente AGO, em cumprimento ao artigo 5º da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022 ("RCVM 81"), e nos termos do artigo 161 da LSA, combinado com o artigo 4º da Resolução da CVM nº 70, de 22 de março de 2022, é facultado aos acionistas que representem, no mínimo, 2% (dois por cento) das ações ordinárias solicitar a instalação do Conselho Fiscal. **Instruções Gerais.** Nos termos do artigo 126 da LSA, os acionistas titulares de ações escriturais mantidas junto à Itau Corretora de Valores S.A. ("Itaú") ou à Central Depositária da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") poderão participar da AGO: (i) pessoalmente ou por seus representantes legais; ou (ii) por procuradores devidamente constituídos, em qualquer caso, de forma digital. As procurações deverão ser outorgadas em conformidade com o artigo 126 da LSA. As diretrizes sobre a documentação exigida, conforme o caso, estão resumidas abaixo e detalhadas na Proposta da Administração para a AGO. **Participação.** Acionistas que desejem participar da AGO deverão efetuar o seu cadastro na Plataforma Digital até 28 de abril de 2026 (inclusive), em conformidade com a RCVM 81, observando as etapas abaixo: (i) Acessar o seguinte endereço eletrônico: <https://assembleia.ten.com.br/719275915>; (ii) Realizar o cadastro no endereço eletrônico acima, criando login e senha únicos, e enviar a documentação exigida indicada abaixo; (iii) Caso a Plataforma Digital indique pendências de informações ou documentos, providenciar as complementações solicitadas; e (iv) Uma vez aprovado o cadastro, acessar o mesmo endereço eletrônico na data e horário agendados para a AGO. Recomendase acessar a plataforma com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência, uma vez que não será permitida a entrada após o início da AGO. O acionista deverá apresentar os seguintes documentos: (i) se pessoa física: documento de identificação original com foto (exemplos: RG, RNE, CNH ou carteira de classe profissional oficialmente reconhecidas), ou documento de identificação original com foto do procurador, acompanhado da correspondente procuração, caso aplicável; (ii) se pessoa jurídica: cópia autenticada do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação original com foto dos representantes legais; e (iii) se fundo de investimento: cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do administrador ou gestor, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação original com foto dos representantes legais. Após a análise da solicitação, os acionistas com cadastro devidamente regularizado receberão e-mail de confirmação de aprovação do cadastro. Caso o acionista não receba o e-mail de confirmação em até 24 (vinte e quatro) horas antes da AGO, deverá entrar em contato com a Companhia pelo e-mail invest@voezul.com.br. **Boletim de Voto a Distância.** Os acionistas poderão exercer seu direito de voto na AGO por meio de boletim de voto a distância ("Boletim" ou "BVD"), nos termos da RCVM 81. O Boletim será disponibilizado pela Companhia na Plataforma Digital, em seu website de Relações com Investidores (<https://ri.vozeul.com.br>), bem como nos websites da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e da B3 (<https://www.b3.com.br>). Os acionistas que optarem por exercer o voto a distância poderão: (i) preencher o Boletim, nos termos das instruções abaixo, e submetê-lo diretamente à Companhia por meio da Plataforma Digital conforme instruções contidas abaixo; ou (ii) caso detenham ações de emissão da Companhia depositadas na Central Depositária da B3, encaminhar as instruções de voto diretamente à Central Depositária da B3, de acordo com os seus procedimentos e documentação exigida; (iii) caso detenham ações de emissão da Companhia depositadas na Central Depositária da B3, encaminhar as instruções de voto à instituição custodiante, que as enviará à Central Depositária da B3, observados seus procedimentos e documentação exigida; ou (iv) caso detenham ações de emissão da Companhia mantidas na escrituração do escriturador das ações de emissão da Companhia, Itaú, encaminhar as instruções de voto ao Itaú, em conformidade com seus procedimentos e documentação exigida. Nos termos do artigo 27 da RCVM 81, o prazo limite para recebimento do BVD diretamente pela Companhia ou por prestadores de serviços habilitados à coleta e transmissão de instruções de preenchimento do BVD é 26 de abril de 2026 (inclusive). Os BVDs recebidos após essa data não serão considerados válidos para o cômputo de votos. As diretrizes detalhadas para o exercício do direito de voto por meio do Boletim estão disponíveis na Proposta da Administração para a AGO. A Proposta da Administração, contendo todas as informações necessárias para o melhor entendimento das matérias a serem deliberadas na AGO e dos procedimentos para participação, encontra-se disponível na sede da Companhia, no seu website de Relações com Investidores (<https://ri.vozeul.com.br>), bem como nos websites da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>), da B3 (<https://www.b3.com.br>) e da U.S. Securities and Exchange Commission - SEC (<https://www.sec.gov>), nos termos do artigo 124, § 6º, e do artigo 135, § 3º, da LSA e do artigo 7º da RCVM 81. Barueri/SP, 31 de março de 2026. David Gary Neeleman - Presidente do Conselho de Administração. (31/03, 01 e 02/04/2026)

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 01/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Grupo Toky S.A.

CNPJ/MF nº 31.553.627/0001-01 – NIRE 35.300.561.201 – Companhia Aberta

Ata aos Acionistas

A **Grupo Toky S.A. ("Companhia")**, em atendimento ao disposto no artigo 133, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, informa aos seus acionistas e ao mercado em geral que os documentos e informações relacionados às matérias objeto da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia serão colocados, nesta data, à disposição na sede da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 16.737, Mezanino, Sala 2, Várzea de Baixo, CEP 04730-090, bem como nos websites da Companhia (investors.grupotoky.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários (gov.br/cvm) e B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (b3.com.br), na forma da legislação aplicável. Comunicamos, ainda, que a publicação dos documentos exigidos pela legislação aplicável será oportunamente realizada pela Companhia. São Paulo, 31 de março de 2026. **Marcelo Rodrigues Marques** (31/03, 01 e 02/04/2026) – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores.

Sinch BR S.A.

CNPJ/MF nº 01.126.946/0001-61 – NIRE 35.300.148.711

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de fevereiro de 2026

1. Data, Horário e Local: aos 28 dias de fevereiro de 2026, às 11h00min, na sede da Sinch BR S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1663, 10º andar, Jardim Paulistano, CEP 01452-001. **2. Convocação e Presença:** dispensada a publicação do edital de convocação tendo em vista a presença de acionistas detentores de ações representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura no Livro de Presença de Acionistas, nos termos do Artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."). **3. Mesa:** os trabalhos foram presididos pelo Sr. Mario Sergio Marchetti, tendo como secretário da assembleia a Sra. Cecília Pain Alvares Colaco. **4. Ordem do Dia:** deliberar a respeito (i) do encerramento das atividades da filial localizada em Campinas, no Estado de São Paulo, e (ii) da consequente alteração e consolidação do Estatuto Social. **5. Deliberações:** após as discussões relacionadas às matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas decidiram, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições, aprovar: (i) o encerramento da filial da companhia, justificada por reduzir os custos de manutenção da matriz com a extinção da filial que já não realiza mais quaisquer atividades. Após as discussões e esclarecimentos necessários, deliberou-se pelo **Encerramento:** das atividades do estabelecimento filial, com os seguintes dados: Endereço: Av. Coronel Silva Teles, nº 977, 5º andar, conjuntos comerciais 61, 62, 63, 64 e 74, CEP 13024-001, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, CNPJ/ME nº 01.126.946/0006-76 – NIRE 35906370867; (ii) Em decorrência da deliberação acima, o Presidente da Mesa informou a necessidade de se consolidar o estatuto social para refletir a extinção da filial. Com isso, o Parágrafo Segundo do Artigo 2, que fazia menção à filial ora encerrada, será suprimido do Estatuto Social consolidado, e o Parágrafo Primeiro do Artigo 2 virará "Parágrafo Único". **6. Encerramento e Lavratura da Ata:** nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a Assembleia e suspendeu os trabalhos para a lavratura da presente ata, na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme o artigo 130, § 1º, da Lei das S.A., e autorizada o seu registro nos órgãos competentes e a sua publicação em extrato com a omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do artigo 130, § 2º da Lei das S.A., que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. **Presidente da mesa:** Mario Sergio Marchetti. **Secretária da mesa:** Cecília Pain Alvares Colaco. **Acionistas presentes:** Sinch Latin America Holding AB, p.p. Cecília Pain Alvares Colaco; e Sinch Holding AB, p.p. Cecília Pain Alvares Colaco. Confira com original lavrada em livro próprio. São Paulo, 28 de fevereiro de 2026. **Mesa:** Presidente: **Mario Sergio Marchetti**; Secretária: **Cecília Pain Alvares Colaco. Anexo I – Estatuto Social. Capítulo I – Nome, Sede, Duração e Objeto Social. Artigo 1. A Sinch BR S.A. ("Companhia")** é uma sociedade anônima por ações regida por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2.** A Companhia tem sua sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1663, 10º andar, Jardim Paulistano, CEP 01452-001. **Parágrafo Único.** Mediante deliberação da Assembleia Geral, a Companhia poderá instalar e encerrar filiais, agências, depósitos, escritórios, representações ou quaisquer outros estabelecimentos no País ou no exterior. **Artigo 3.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Artigo 4.** A Companhia tem por objeto social: (a) o fornecimento de serviços de valor adicionado por meio do disparo de mensagens curtas de texto (SMS) para aparelhos telefônicos móveis; (b) o fornecimento de serviços de valor adicionado por meio do disparo de mensagens de serviços de comunicação ricos (RCS) e de mensagens de WhatsApp® para aparelhos telefônicos móveis; (c) o disparo de mensagens de e-mail; (d) a intermediação de negócios relacionados ao disparo de mensagens de texto, de mensagens de voz e de mensagens de e-mail, (e) o fornecimento de software como serviço (Software as a Service – "SaaS"); (f) a participação em outras sociedades simples ou empresárias; (g) a prestação de serviços de suporte técnico e manutenção de ferramentas conversacionais; (h) a integração e a customização de ferramentas conversacionais; e (i) a prestação de consultoria especializada em tecnologia da informação visando a uma melhor utilização de ferramentas conversacionais. **Capítulo II – Capital Social e Ações. Artigo 5.** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 131.803.073,73 (cento e trinta e um milhões, oitocentos e trás mil e setenta e três reais e setenta e três centavos), dividido em 25.415.238 (vinte e cinco milhões, quatrocentas e quinze mil, duzentas e trinta e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas validamente emitidas e subscritas. **Parágrafo Único.** A acionista terá direito de preferência na subscrição de novas ações, de qualquer tipo ou classe, proporcionalmente a sua participação no capital social da Companhia. **Artigo 6.** Nas decisões da Assembleia Geral, cada ação ordinária atribuirá ao seu titular o direito a um voto. **Capítulo III – Da Administração. Artigo 7.** A administração da Companhia caberá à Diretoria, conforme estabelecido neste Estatuto Social. **Artigo 8.** A Diretoria da Companhia será composta de 1 (um) a 6 (seis) Diretores, acionistas ou não, residentes no Brasil. Os Diretores da Companhia não terão designação específica. **Artigo 9.** Os Diretores serão eleitos por período de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, mediante deliberação da Assembleia Geral. Cada Diretor deverá permanecer no cargo até que o seu sucessor tenha sido eleito e empossado. A posse dos Diretores será efetivada mediante a assinatura dos respectivos termos de posse. **Parágrafo Primeiro.** Qualquer Diretor da Companhia poderá ser destituído de seu cargo, a qualquer tempo, com ou sem justa causa, pelo voto da maioria dos acionistas, em Assembleia Geral especialmente convocada para este fim. **Parágrafo Segundo.** A vacância em qualquer cargo da Diretoria deverá ser preenchida pela Assembleia Geral especialmente convocada para este fim. **Parágrafo Terceiro.** Os Diretores estão isentos de prestar caução. **Parágrafo Quarto.** A remuneração dos Diretores será fixada pelos acionistas, em Assembleia Geral convocada para esse fim. **Artigo 10.** Compete aos Diretores administrar e gerir os negócios da Companhia, devendo realizar todos os atos necessários para seu bom funcionamento, exceto por aqueles proibidos por Lei ou de competência exclusiva da Assembleia Geral, tendo poderes para, dentre outros: (a) cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social e as Leis aplicáveis; (b) cumprir e fazer cumprir as deliberações da Assembleia Geral; e (c) formular e aprovar regras internas que julgar necessárias para o bom funcionamento da Companhia. **Artigo 11.** Exceto pelas matérias constantes do parágrafo segundo deste Artigo 11, a representação da Companhia, judicialmente ou extrajudicialmente, ativa ou passivamente, perante terceiros, repartições públicas federais, estaduais e municipais, será realizada pelos Diretores. **Parágrafo Primeiro.** A Companhia somente será obrigada mediante: (a) a assinatura de 2 (dois) Diretores; ou (b) a assinatura conjunta de 1 (um) Diretor e 1 (um) procurador devidamente constituído; ou (c) a assinatura conjunta de 2 (dois) procuradores devidamente constituídos. **Parágrafo Segundo.** A prática dos seguintes atos compete sempre aos Diretores, agindo conjuntamente, mediante a autorização prévia e por escrito dos acionistas representando a maioria absoluta do capital social; autorização e aprovação que poderão ser manifestadas por ata, carta, e-mail, telegrama ou fac-símile endereçado à Companhia: (a) celebração, pela Companhia, de novos contratos, ou quaisquer aditamentos de contratos existentes, com operadores de telecomunicação (*carriers*) em valor individual superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais); (b) aprovar quaisquer investimentos, inclusive em capital (CAPEX), pela Companhia, em valores que excedam, em um ou em uma série de desembolsos no mesmo exercício social, R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais); (c) celebração, pela Companhia, de quaisquer contratos, ou quaisquer aditamentos de contratos existentes, em valor individual superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), exceto (i) para contratos de câmbio, em nome da Companhia, independentemente dos valores envolvidos, desde que referentes, exclusivamente, a pagamentos realizados por clientes do exterior, ou (ii) se de outra forma disposto neste parágrafo 2º; (d) aprovação e pagamento de faturas enviadas por operadores de telecomunicação (*carriers*) em valor individual mensal superior a R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais) por mês e fatura; (e) realização de pagamentos, pela Companhia, referentes à sua folha de pagamento (ou quaisquer outras formas de remuneração aos seus funcionários) em valor mensal superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais); (f) realização de pagamentos, pela Companhia, de quaisquer tributos, taxas, impostos ou contribuições em valor mensal superior a R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais); (g) aprovação e pagamento de quaisquer faturas, pela Companhia, em valor mensal superior a R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) exceto se de outra forma disposto neste parágrafo 2º; (h) constituição, dissolução, liquidação ou extinção de subsidiárias, bem como a aquisição, alienação ou oneração de participações em outras sociedades ou negócios; (i) prática de atos que impliquem a transformação, cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações, dissolução ou qualquer outra forma de reorganização ou reestruturação envolvendo a Companhia; (j) emitir quaisquer valores mobiliários ou, ainda, alterar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia; (k) participar em qualquer joint venture (contratual ou societária) ou negócio similar envolvendo parceria, aliança ou combinação de negócios, parcial ou totalmente, a título gratuito ou oneroso, direta ou indiretamente; e (l) estabelecimento de caução, concessão de aval ou fiança, constituição de penhor ou oneração de bens móveis da Companhia, ou, ainda, outorga de qualquer outra forma de garantia ou endividamento em nome da Companhia. **Parágrafo Terceiro.** As procurações outorgadas pela Companhia deverão ser sempre assinadas por 2 (dois) Diretores, e deverão especificar os poderes por elas conferidos aos outorgados, assim como o prazo de validade, que não deverá exceder a 1 (um) ano, com exceção das procurações para o foro em geral, que poderão ser outorgadas com prazo de validade indeterminado. **Parágrafo Quarto.** O uso do nome da Companhia para a concessão de qualquer tipo de garantia, ou em qualquer documento que não seja relacionado aos negócios da Companhia, ou que possam ser considerados atos de favor, é expressamente proibido. **Capítulo IV – Assembleia Geral dos Acionistas. Artigo 12.** Os acionistas da Companhia deverão reunir-se em Assembleia Geral, ordinariamente, todo ano, dentro dos 4 (quatro) meses após o encerramento do ano fiscal e, extraordinariamente sempre que for do interesse da Companhia, desde que convocada nos termos da Lei e de acordo com este Estatuto Social. **Parágrafo Único.** A Assembleia deverá ser instalada com um quórum mínimo de acionistas representando pelo menos a maioria das ações com direito a voto em circulação da Companhia. **Artigo 13.** A Assembleia Geral deverá ser convocada de acordo com a lei. A Assembleia Geral deverá ser presidida por escolhido pela maioria dos acionistas presentes. O presidente da Assembleia deverá escolher, entre os presentes, um Secretário. **Parágrafo Único.** As decisões da Assembleia Geral serão tomadas com observância dos quóruns e maiorias estabelecidos em lei ou conforme estipulado neste Estatuto Social. **Capítulo V – Conselho Fiscal. Artigo 14.** O Conselho Fiscal da Companhia será composto por 3 (três) membros e igual número de suplentes, tendo sua atuação de forma não permanente e sendo instalado ou dissolvido por deliberação da Assembleia Geral, com as atribuições descritas em lei. **Parágrafo Único.** A Assembleia Geral que instalar o Conselho Fiscal deverá determinar a remuneração de seus membros. **Capítulo VI – Exercício Social. Artigo 15.** O exercício social terá início em 1º de janeiro e se encerra em 31 de dezembro de cada ano. **Artigo 16.** Ao fim de cada exercício social, os demonstrativos financeiros da Companhia deverão ser preparados, observados os requisitos legais. **Artigo 17.** Eventual lucro líquido apurado no exercício social encerrado deverá, após as deduções legais aplicáveis, ser distribuído conforme decidido pela Assembleia Geral. **Capítulo VII – Liquidação. Artigo 18.** A Companhia entrará em liquidação nas hipóteses estabelecidas em lei ou quanto autorizada pela Assembleia Geral a qual é competente para determinar a forma de liquidação e para designar o liquidante. **Mesa:** Mario Sergio Marchetti – Presidente; Cecília Pain Alvares Colaco – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 93.117/26-7 em 13/03/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Grupo Toky S.A.

CNPJ/MF nº 31.553.627/0001-01 – NIRE 35.300.561.201 – Companhia Aberta

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 30 de abril de 2026

Convocamos os Senhores Acionistas do **Grupo Toky S.A.**, companhia aberta, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 16.737, Mezanino, Sala 2, Várzea de Baixo, CEP 04730-090, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 35.300.561.201 e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 31.553.627/0001-01, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") como companhia aberta categoria "A" sob o código 2546-1 ("Companhia"), nos termos do artigo 124 da Lei 6.404/1976 ("Lei das Sociedades por Ações") e dos artigos 4º e 6º da Resolução CVM 81/2022, a se reunirem, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma digital "Ten Meetings" ("Plataforma Digital"), sendo admitido, ainda, o envio de boletins de voto à distância ("Boletins de Voto"), em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 30 de abril de 2026, às 10:00 horas ("Assembleia Geral"), a fim de examinar, discutir e deliberar a respeito da seguinte ordem do dia: A assembleia será realizada de modo exclusivamente digital como forma de promover maior acessibilidade para os acionistas e aumentar a eficiência no processo de organização e condução dos trabalhos. **Em sede de Assembleia Geral Ordinária:** (i) as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, incluindo o relatório do Comitê de Auditoria e o parecer dos auditores independentes da Companhia; (ii) o relatório da administração e a aprovação, com reservas, das contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (iii) condicionado à rejeição da matéria indicada no item (ii) acima, o relatório da administração e aprovação, sem reservas, das contas dos administradores referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025; (iv) ratificação da eleição do Sr. Leonardo Gasparin como membro independente do Conselho de Administração da Companhia; (v) ratificação da eleição do Sr. Felipe Fonseca Pereira como membro independente do Conselho de Administração da Companhia; (vi) em razão de proposta apresentada pelo acionista Quatzo Estratégia Fundo de Investimento Financeiro ("Quatzo"), deliberar sobre a destituição do Sr. Marcelo Rodrigues Marques do cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia; (vii) em razão de proposta apresentada pelo acionista Quatzo, deliberar sobre a destituição do Sr. Victor Pereira Noda do cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia; (viii) em razão de proposta apresentada pelo acionista Quatzo, deliberar sobre a destituição do Sr. Fernando Cezar Dantas Porfírio Borges do cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia; (ix) em razão de proposta apresentada pelo acionista Quatzo, deliberar sobre a destituição do Sr. Daniel Vinicius Alberini Schrickle do cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia; (x) em razão de proposta apresentada pelo acionista Quatzo, deliberar sobre a destituição do Sr. Leonardo Gasparin do cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia; (xi) em razão de proposta apresentada pelo acionista Quatzo, deliberar sobre a destituição do Sr. Felipe Fonseca Pereira do cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia; (xii) em caso de rejeição de todas as propostas de destituição dos membros do Conselho de Administração nas deliberações dos itens (vi) a (xi) acima, fixar em 6 (seis) o número de membros do Conselho de Administração para o restante do prazo de mandato a encerrar-se em 8 de novembro de 2026; (xiii) em caso de aprovação da destituição de um membro do Conselho de Administração nas deliberações dos itens (vi) a (xi) acima, fixar em 5 (cinco) o número de membros do Conselho de Administração para o restante do prazo de mandato a encerrar-se em 8 de novembro de 2026; (xiv) em caso de aprovação da destituição de dois membros do Conselho de Administração nas deliberações dos itens (vi) a (xi) acima, eleição de um novo membro para o Conselho de Administração para cumprir o prazo único de mandato a encerrar-se em 8 de novembro de 2026; (xv) em caso de aprovação da destituição de três ou mais membros do Conselho de Administração nas deliberações dos itens (vi) a (xi) acima, fixar em 5 (cinco) o número de membros do Conselho de Administração para o mandato a iniciar-se na data da Assembleia Geral e a encerrar-se na assembleia geral ordinária de 2028; e (vi) exclusivamente em caso de aprovação da destituição de três ou mais membros do Conselho de Administração nas deliberações dos itens (vi) a (xi) acima, eleição de novos membros para o Conselho de Administração para o mandato a iniciar-se na data da Assembleia Geral e a encerrar-se na assembleia geral ordinária de 2028. **Em sede de Assembleia Geral Extraordinária:** (i) fixar a remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026; (ii) grupamento da totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia, na proporção de 4 (quatro) ações para 1 (uma) ação, sem modificação do valor do capital social da Companhia; (iii) alterar o caput do artigo 5º, do estatuto social da Companhia ("Estatuto Social"), para refletir: (a) os aumentos de valor de capital social da Companhia aprovados nas reuniões do Conselho de Administração realizadas em 14 de novembro de 2025 e 30 de dezembro de 2025; e (b) o grupamento de ações, sujeito à aprovação da matéria indicada no item (i) acima, bem como a consequente consolidação do Estatuto Social; **Informações e Instruções Gerais:** A Assembleia Geral será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da Plataforma Digital, sendo admitido, ainda, o envio de Boletim de Voto. Os acionistas que participarem da Assembleia Geral serão considerados presentes à Assembleia Geral, e assinantes da respectiva ata, nos termos do artigo 47, parágrafo 1º, da Resolução CVM 81/2022. **Participação por meio da Plataforma Digital:** Os acionistas que desejarem participar na Assembleia Geral por meio da Plataforma Digital, deverão acessar o website <https://assembleia.ten.com.br/606245023>, preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia Geral, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data da Assembleia Geral (ou seja, até o dia 28 de abril de 2026, inclusive) ("Cadastro"). Após a aprovação do Cadastro pela Companhia, o acionista estará habilitado para acessar a Plataforma Digital por meio do login e senha utilizados no Cadastro. A solicitação de Cadastro necessariamente deverá: (i) conter a identificação do acionista e de seu representante legal ou procurador, conforme o caso, que comparecerá à Assembleia Geral, incluindo seus nomes completos e seus números de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) e/ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF), conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos seguintes documentos necessários para participação na Assembleia Geral: (i) comprovante expedido pela instituição financeira responsável pela escrituração das ações de emissão da Companhia, a saber o Banco BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM ("Escriturador") ou, com relação aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente, nos últimos 5 (cinco) dias; (b) caso aplicável, o instrumento de mandato; e, ainda, (c) os documentos de identidade e/ou comprovação de poderes a seguir: (1) para acionista pessoa física: cópia do documento de identidade do acionista ou de seu procurador, conforme aplicável; (2) para acionista pessoa jurídica: cópia do último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e cópia do documento de identidade de cada representante legal do acionista ou procurador do acionista, conforme o caso; e (3) para acionista fundo de investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo de investimento; cópia do estatuto social ou contrato social do administrador ou gestor; conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e cópia do documento de identidade de cada representante legal do fundo de investimento ou procurador, conforme o caso. Caso o acionista venha a ser representado por representante legal ou por procurador devidamente constituído, o referido representante legal ou procurador deverá realizar o Cadastro com seus respectivos dados, por meio do website <https://assembleia.ten.com.br/606245023>. Após o recebimento do e-mail de confirmação do Cadastro, o representante legal ou procurador deverá enviar, por meio do link enviado para o e-mail informado no Cadastro, a indicação de cada acionista que irá representar e anexar os respectivos documentos de comprovação da condição de acionista e de representação, conforme detalhado acima. O representante legal ou procurador receberá e-mail individual sobre a situação de habilitação de cada acionista registrado em seu Cadastro e providenciá-la, se necessário, a complementação de documentos nos termos e prazos requeridos pela Companhia. O representante legal ou procurador que porventura representar mais de um acionista somente poderá votar na Assembleia Geral pelos acionistas que tiverem sua habilitação confirmada pela Companhia. Válida a sua condição e a regularidade dos documentos pela Companhia após o Cadastro, o acionista (ou seu respectivo representante legal ou procurador, conforme o caso) receberá as instruções e orientações para acesso à Plataforma Digital, que autorizará apenas um único acesso na Assembleia Geral. Essas informações serão enviadas exclusivamente para o endereço de e-mail utilizado pelo acionista (ou seu respectivo representante legal ou procurador, conforme o caso) para realização do Cadastro. Caso o acionista (ou seu respectivo representante legal ou procurador, conforme o caso) não receba as instruções de acesso, deverá entrar em contato com a Diretoria de Relações com Investidores da Companhia, por meio do e-mail <r@toby.com.br>, até às 18:00 horas do dia 29 de abril de 2026, para que seja prestado o suporte necessário. Não poderão participar da Assembleia Geral os acionistas que não efetuarem o Cadastro, que não completarem o Cadastro com a apresentação da integralidade da documentação requerida e/ou não informarem a ausência do recebimento das instruções de acesso à Assembleia Geral na forma e prazos previstos acima. **Acionistas representados por procuradores:** A administração da Companhia sugere que, na impossibilidade de participação direta, V.S.A. confira poderes para um procurador participar e votar em seu nome relativamente às matérias objeto da Assembleia Geral. Para participação por meio de procurador, o instrumento de mandato devidamente regularizado na forma da lei deverá ter sido outorgado há menos de 1 (um) ano, nos termos do artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, em cumprimento ao disposto no artigo 654, parágrafo 1º, da Lei 10.406/2002 ("Código Civil"), a proclamação deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos. Vale mencionar que (i) as pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia Geral por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) as pessoas jurídicas que forem acionistas da Companhia poderão, nos termos da decisão da CVM no âmbito do Processo CVM nº R/2014/3578, julgado em 4 de novembro de 2014, ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista, advogado ou instituição financeira. Quando o acionista for representado por procurador, a regularidade e conformidade da proclamação, bem como a comprovação de titularidade das ações da Companhia, serão examinadas previamente à Assembleia Geral, conforme procedimentos descritos acima. **Participação por meio de Boletim de Voto:** Sem prejuízo da possibilidade de participar e votar, por meio da Plataforma Digital, observados os procedimentos previstos na Resolução CVM 81/2022 e as instruções descritas na Proposta da Administração, os acionistas poderão exercer o seu respectivo direito de voto na Assembleia Geral por meio do preenchimento e entrega de Boletim de Voto, conforme modelo disponibilizado pela Companhia, que contemplará a transmissão de suas respectivas instruções de voto com relação às matérias constantes da ordem do dia, (i) diretamente à Companhia, exclusivamente por meio da Plataforma Digital, mediante a realização do Cadastro; (ii) ao Escriturador, caso as ações não estejam depositadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"); (iii) caso as ações estejam depositadas na B3, às respectivas instituições e/ou corretoras responsáveis pela custódia de tais ações; ou (iv) caso as ações estejam depositadas na B3, à Central Depositária da B3. **Em qualquer das hipóteses acima, os acionistas deverão assegurar que o Boletim de Voto seja recebido até 4 (quatro) dias antes da data da Assembleia Geral (isto é, até o dia 26 de abril de 2026). Eventuais Boletins de Voto recepcionados após a data acima indicada serão desconsiderados. Documentos à Disposição dos Acionistas:** A Proposta da Administração, contemplando os documentos e as informações exigidas pela legislação e pela regulamentação aplicáveis com relação às matérias da ordem do dia, incluindo a proposta do acionista Quatzo, e, ainda, este edital de convocação, encontram-se à disposição dos acionistas para consulta na sede social da Companhia, bem como nos websites da Companhia (investors.grupotoky.com.br), da CVM (gov.br/cvm) e da B3 (b3.com.br). Na hipótese de aprovação da destituição de três ou mais membros do Conselho de Administração e, consequentemente, de deliberação sobre a eleição da totalidade dos membros do órgão, nos termos das matérias constantes dos itens (xvi) e (xvii) da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária, a referida eleição será realizada em observância às disposições dos artigos 141 e 147 da Lei das Sociedades por Ações, da Resolução CVM 81/2022 e da Resolução CVM 80/2022, sendo necessário, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital votante para que os acionistas possam requerer a adoção do processo de voto múltiplo, nos termos do art. 3º da Resolução CVM 70/2022, observado o prazo legal de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da Assembleia Geral para o exercício de tal faculdade. Nos termos do artigo 5º, inciso I-A, da Resolução CVM 81, a Companhia informa que o percentual mínimo de participação no capital votante da Companhia necessário ao pedido de instalação do Conselho Fiscal é de 2% (dois por cento) das ações. Caso, por ocasião da Assembleia Geral, não haja candidatos ao Conselho Fiscal, a solicitação de instalação formulada por meio do Boletim de Voto ficará sem efeito, conforme artigo 36, parágrafo 2º, da Resolução CVM 81. São Paulo, 31 de março de 2026. **Marcelo Rodrigues Marques** – Presidente do Conselho de Administração. (31/03, 01 e 02/04/2026)

Lavoro Agro Holding S.A.

CNPJ/MF nº 27.490.581/0001-43

Balancos Patrimoniais em 30 de junho de 2025 e 2024			Demonstrações dos Resultados em 30 de junho de 2025 e 2024		
(Valores expressos em Reais)			(Valores expressos em Reais)		
	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024	
Ativo Circulante			Receita líquida		313.053
Caixa e equivalentes de caixa	320.619	72.216.025	Lucro bruto		313.053
Contas a receber	26.125.223	3.434.348	Receitas (despesas) operacionais	(197.641.701)	(26.236.226)
Impostos a recuperar	1.219.915	440.554	Despesas gerais e administrativas	(2.439.489.040)	(580.578.777)
Outros ativos	557.968.109	418.623.058	Resultado de equivalência patrimonial	(3.392.644)	11.138.869
Total do ativo circulante	585.633.867	494.713.986	Outras receitas e despesas, líquidas	(2.640.523.385)	(595.676.134)
			(2.640.523.385)	(595.363.081)	
Não Circulante			Lucro antes do resultado financeiro		
Outros ativos	225.665	225.664	Resultado financeiro	1.963.866	40.126.565
Investimentos	–	959.520.615	Receitas financeiras	(54.592.912)	(83.550.255)
Imobilizado e Intangível	46.807.151	54.369.375	Despesas financeiras	(307.243)	16.018
Ativo de direito de uso	4.048.342	4.220.739	Variáveis cambiais e monetárias	(52.936.288)	(43.407.672)
Total do ativo não circulante	51.081.158	1.018.336.393	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(2.693.459.673)	(638.770.753)
Total do ativo	636.715.024	1.513.050.379	Imposto de renda e contribuição social	–	–
Passivo Circulante			– corrente	(155.763)	–
Fornecedores	71.746.719	76.371.915	Lucro (prejuízo) do exercício	(2.693.615.436)	(638.770.753)
Empréstimos e financiamentos	418.107.548	213.284			
Arrendamento mercantil	1.843.325	1.953.144	Notas Explicativas		
Obrigações sociais e trabalhistas	12.951.815	10.372.768	1. Contexto Operacional – A Lavoro Agro Holding S.A. é uma sociedade anônima com sede em São Paulo, cujo objeto social é a participação em outras entidades. O Grupo opera no segmento de distribuição de insumos agrícolas no território nacional. 2. Política contábil – As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade. 3. Investimentos – Os investimentos estão representados pelos investimentos permanentes nas controladas Lavoro Agrocomercial S.A., Productec Comércio e Representação S.A. e Distribuidora Pitangueiras de Produtos Agropecuários S.A., somados aos ágio e mais valias decorrentes dessas aquisições. 4. Lucros/Prejuízos acumulados – O resultado do exercício foi agregado ao saldo de prejuízos acumulados.		
Obrigações tributárias	1.016.510	336.162			
Contas a pagar aquisição de empresas	6.827.079	6.827.079			
Instrumentos financeiros derivativos	22.194.185	18.640.575			
Outros passivos	385.613.525	245.205.107			
Total do passivo circulante	930.300.706	359.920.034			
Não Circulante					
Empréstimos e financiamentos	–	415.934.188			
Arrendamento mercantil	2.820.876	2.551.247			
Obrigações tributárias	2.702.522	–			
Contas a Pagar Aquisição Empresas	1.648.714.700	–			
Total do passivo não circulante	1.654.238.097	418.485.435			
Patrimônio líquido					
Capital social	1.548.938.677	1.548.938.677			
Transação de capital	(149.848.086)	(139.833.450)			
Prejuízos acumulados	(3.346.914.371)	(674.460.317)			
Total do patrimônio líquido	(1.947.823.780)	734.644.910			
Total do passivo e do patrimônio líquido	636.715.024	1.513.050.379			

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 01/04/2026

Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Condosh Holding S.A.

CNPJ/MF nº 45.196.891/0001-04 – NIRE 35.300.629.591

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de janeiro de 2026

1. Data, Hora e Local: 19 de janeiro de 2026, às 11:00 horas, na sede da Condosh Holding S.A., localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Fradique Coutinho nº 212, Cj 13 e 14 – Pinheiros – CEP 05416-000 – São Paulo/SP (“Companhia”).

2. Convocação e Presença: Convocação dispensada na forma do § 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76, face a presença de acionistas representando a totalidade de capital social da Companhia, conforme assinatura no livro de presença dos acionistas.

3. Mesa: Presidência pela Sra. Gabriela Pereira Romano e secretariado pelo Sr. Fabio Paim Ferraz Rodrigues.

4. Ordem do Dia: Aprovar (i) a alteração dos artigos do Capítulo V do Estatuto Social da Companhia; (ii) eleição dos membros da Diretoria da Companhia; (iii) a reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia.

5. Deliberações: Os acionistas presentes, sem quaisquer restrições, resolvem aprovar:

5.1. Alteração dos artigos do Capítulo V do Estatuto Social. As cláusulas décima quarta à décima sétima do Estatuto Social da Companhia passarão a ter a seguinte redação: “Capítulo V – Administração da Companhia. Seção I – Disposições Gerais. Cláusula Décima Quarta. A administração da Companhia compete à Diretoria, na forma da lei, do Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia e deste Estatuto Social. Parágrafo Primeiro. A representação da Companhia é privativa dos Diretores. Parágrafo Segundo. Os Diretores estão dispensados de prestar garantia para o exercício de suas funções. Parágrafo Terceiro. Os Diretores serão investidos nos respectivos cargos na forma da lei, do Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia e deste Estatuto Social, e mediante assinatura de termo de posse lavrado no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria. Parágrafo Quarto. Os Diretores permanecerão em seus cargos até a posse de seus sucessores. Cláusula Décima Quinta. Os membros da Diretoria poderão ter uma remuneração fixa e variável, compatível com a remuneração recebida por diretores de outras sociedades atuando no mesmo ramo de negócios e do mesmo porte da Companhia, a qual deverá ser fixada em Assembleia Geral da Companhia e/ou nos regulamentos internos da Companhia, sempre em consonância com as normas aplicáveis à espécie. Seção II – Diretoria. Cláusula Décima Sexta. A Diretoria será composta de 2 (dois) Diretores sem designação específica, Acionistas ou não, todos residentes no País, indicados e destituídos pela Assembleia Geral. Parágrafo Primeiro. O mandato dos Diretores será de 2 (dois) anos, admitida a reeleição, findo os quais, deverão continuar no exercício de seus cargos até a posse de seus substitutos. Parágrafo Segundo. Os Diretores poderão ter uma remuneração fixa e variável, compatível com a remuneração recebida por diretores de outras sociedades atuando no mesmo ramo de negócios e do mesmo porte da Companhia, a qual deverá ser fixada em Assembleia Geral da Companhia. Parágrafo Terceiro. A investidura dos (dos) Diretores far-se-á mediante lavratura de termo em livro próprio. A Companhia será representada: (i) em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante quaisquer terceiros, na assunção de obrigações, e somente será considerada validamente obrigada, pela: (a) assinatura de 2 (dois) Diretores em conjunto; (b) assinatura de 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador nomeado na forma do Parágrafo Quinto abaixo, observados os limites da respectiva procuração; (c) assinatura conjunta de 2 (dois) procuradores nomeados na forma do Parágrafo Quinto abaixo, observados os limites da respectiva procuração. (ii) Em transações cujo valor seja inferior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), em uma única operação ou em um conjunto de operações relacionadas: (a) por 1 (um) Diretor; ou (b) por 1 (um) procurador nomeado na forma do Parágrafo Quinto abaixo, observados os limites da respectiva procuração. Parágrafo Quinto. Os procuradores serão nomeados, pela Companhia, mediante assinatura conjunta de 2 (dois) Diretores, devendo o instrumento de mandato estabelecer os poderes específicos por meio dele outorgados e ter validade não superior a 1 (um) ano, exceto no caso de mandatos para fins ad iudicium, em que poderão ser outorgados por prazo indeterminado. Parágrafo Sexto. A alienação ou oneração de bens do ativo fixo, a exoneração de obrigações de terceiros para com a Companhia, bem como a prestação de garantias pessoais ou reais em favor de terceiros, dependerá sempre de aprovação da Diretoria, em reunião específica para este fim. Cláusula Décima Sétima. Compete aos Diretores, além das demais atribuições que lhes forem conferidas por Lei: (i) Dar execução à política e às determinações da Assembleia Geral, bem como dirigir todos os trabalhos da Companhia; e (ii) A prática dos atos necessários ao funcionamento regular dos objetivos da Companhia. Cláusula Décima Oitava. A Diretoria reunir-se-á sempre que o exigirem os interesses sociais, por convocação de 1 (um) Diretor, dispensadas as formalidades de convocação no caso de comparecimento unânime ou quando os Diretores ausentes manifestem, por escrito, sua concordância. As deliberações, consignadas em ata, serão tomadas por maioria de votos dos presentes. Cláusula Décima Nona. É vedado a qualquer acionista, Diretor ou não, o uso da denominação social para conceder aval ou fianças, assim como a prática de negócios ou atividades estranhas aos interesses da Companhia. Cláusula Vigesima. Os Diretores poderão ter uma remuneração fixa e variável, compatível com a remuneração recebida por diretores de outras sociedades atuando no mesmo ramo de negócios e do mesmo porte da Companhia, a qual deverá ser fixada em Assembleia Geral da Companhia e/ou nos regulamentos internos da Companhia, sempre em consonância com as normas aplicáveis à espécie. Seção II – Diretoria. Cláusula Décima Sexta. A Diretoria será composta de 2 (dois) Diretores sem designação específica, Acionistas ou não, todos residentes no País, indicados e destituídos pela Assembleia Geral. Parágrafo Primeiro. O mandato dos Diretores será de 2 (dois) anos, admitida a reeleição, findo os quais, deverão continuar no exercício de seus cargos até a posse de seus substitutos. Parágrafo Segundo. Os Diretores poderão ter uma remuneração fixa e variável, compatível com a remuneração recebida por diretores de outras sociedades atuando no mesmo ramo de negócios e do mesmo porte da Companhia, a qual deverá ser fixada em Assembleia Geral da Companhia. Parágrafo Terceiro. A investidura dos (dos) Diretores far-se-á mediante lavratura de termo em livro próprio. Parágrafo Quarto. A Companhia será representada: (i) em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante quaisquer terceiros, na assunção de obrigações, e somente será considerada validamente obrigada, pela: (a) assinatura de 2 (dois) Diretores em conjunto; (b) assinatura de 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador nomeado na forma do Parágrafo Quinto abaixo, observados os limites da respectiva procuração; (c) assinatura conjunta de 2 (dois) procuradores nomeados na forma do Parágrafo Quinto abaixo, observados os limites da respectiva procuração. Parágrafo Quinto. Os procuradores serão nomeados, pela Companhia, mediante assinatura conjunta de 2 (dois) Diretores, devendo o instrumento de mandato estabelecer os poderes específicos por meio dele outorgados e ter validade não superior a 1 (um) ano, exceto no caso de mandatos para fins ad iudicium, em que poderão ser outorgados por prazo indeterminado. Parágrafo Sexto. A alienação ou oneração de bens do ativo fixo, a exoneração de obrigações de terceiros para com a Companhia, bem como a prestação de garantias pessoais ou reais em favor de terceiros, dependerá sempre de aprovação da Diretoria, em reunião específica para este fim. Cláusula Décima Sétima. Compete aos Diretores, além das demais atribuições que lhes forem conferidas por Lei: (i) Dar execução à política e às determinações da Assembleia Geral, bem como dirigir todos os trabalhos da Companhia; e (ii) A prática dos atos necessários ao funcionamento regular dos objetivos da Companhia. Cláusula Décima Oitava. A Diretoria reunir-se-á sempre que o exigirem os interesses sociais, por convocação de 1 (um) Diretor, dispensadas as formalidades de convocação no caso de comparecimento unânime ou quando os Diretores ausentes manifestem, por escrito, sua concordância. As deliberações, consignadas em ata, serão tomadas por maioria de votos dos presentes. Cláusula Décima Nona. É vedado a qualquer acionista, Diretor ou não, o uso da denominação social para conceder aval ou fianças, assim como a prática de negócios ou atividades estranhas aos interesses da Companhia. Cláusula Vigesima. Os Diretores poderão ter uma remuneração fixa e variável, compatível com a remuneração recebida por diretores de outras sociedades atuando no mesmo ramo de negócios e do mesmo porte da Companhia, a qual deverá ser fixada em Assembleia Geral da Companhia e/ou nos regulamentos internos da Companhia, sempre em consonância com as normas aplicáveis à espécie. Capítulo VI – Conselho Fiscal. Cláusula Vigesima Primeira. A Companhia terá um Conselho Fiscal composto por, no mínimo 3 (três) e, no máximo 5 (cinco) membros efetivos e em igual número de suplentes, os quais serão eleitos conforme estabelecido no acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia, e terão as atribuições previstas em lei. Parágrafo Primeiro. O funcionamento do Conselho Fiscal não será permanente, sendo instalado pela Assembleia Geral, a pedido de acionistas nos termos do art. 161 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ou nas hipóteses eventualmente previstas no acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia. Parágrafo Segundo. O pedido de funcionamento do Conselho Fiscal que receber pedido de funcionamento do Conselho Fiscal e instalar o órgão deverá eleger os seus membros e fixar-lhes a remuneração, observado o limite estabelecido no art. 162, § 3º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Parágrafo Quarto. Cada período de funcionamento do Conselho Fiscal terminará na data da primeira Assembleia Geral Ordinária após a sua instalação. Capítulo VII – Das Disposições Finais. Cláusula Vigesima Segunda. A Companhia entrará em liquidação nos casos legais, competindo à assembleia geral estabelecer a forma de liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que deverão funcionar no período de liquidação. Cláusula Vigesima Terceira. Nos casos omissos ou duvidosos neste Estatuto ou em eventual acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das S.A. Cláusula Vigesima Quarta. Fica eleito o foro da Comarca da São Paulo, no Estado de São Paulo, para dirimir conflitos e solucionar controvérsias oriundas do presente Estatuto. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certificado o registro sob o nº 46.718/26-6 em 10/02/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Chase Growth Participações S.A.

(em organização)

Ata da Assembleia Geral de Constituição de Sociedade por Ações realizada em 3 de Abril de 2024

1. Local, Data e Hora: Aos 3 dias do mês de abril do ano de 2024, às 10h00 horas, na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Rua Crasso, número 41 (parte), Água Branca, CEP 05043-010, reuniram-se os subscritores da totalidade do capital social da Chase Growth Participações S.A., conforme se constatou pelas assinaturas no Livro de Registro de Presença de Acionistas e nos Boletins de Subscrição.

2. Mesa e Convocação: Escolhidos por unanimidade, assumiu a Presidência o Sr. Fernando Shayer e a assumiu o Secretariado dos trabalhos a Sra. Leticia Albernaz Guimarães Lyle. Dispensada a convocação consoante a presença dos subscritores da totalidade das ações da Companhia a ser constituída, conforme se verifica pelas assinaturas no Livro de Registro de Presença de Acionistas.

3. Ordem do Dia: (i) Aprovar a constituição da Chase Growth Participações S.A., (“Companhia”); (ii) analisar e aprovar o projeto de Estatuto Social da Companhia; (iii) aprovar o capital social inicial, os boletins de subscrição e recibo de depósito bancário; (iv) eleger a Diretoria da Companhia; e (v) fixar a remuneração dos administradores da Companhia.

4. Deliberações: Após exame e discussão, foram deliberadas, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, as seguintes matérias: (i) a constituição da Companhia, declarando o Presidente constituída a Companhia a partir deste momento; (ii) a aprovação do projeto do Estatuto Social da Companhia, cuja redação consolidada constitui o Anexo I desta ata; (iii) a aprovação do capital social inicial da Companhia no montante de R\$500,00 (quinhentos reais) em moeda corrente do país, dividido em 500 (quinhentas) ações, sendo todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal, tendo sido parcialmente integralizado neste ato, em moeda corrente nacional, conforme os Boletins de Subscrição desde já aprovados que constituem os Anexos II e III; (iv) a comprovação do depósito em moeda corrente nacional realizado junto a estabelecimento bancário, nos termos do art. 80, II, da Lei 6.404/1976, referente à integralização de 10% (dez por cento) do capital social da Companhia, conforme recibos de depósito bancário aprovados nesta assembleia e que constam do Anexo IV; (v) a eleição dos seguintes membros da Diretoria da Companhia, com mandato de 3 (três) anos contados a partir desta data: a. Fernando Shayer, brasileiro, divorciado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 22.218.916-2 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 066.182.178-14, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua dos Morás, 680, Vila Madalena, CEP 05434-020, para ocupar o cargo de Diretor sem designação específica; b. Leticia Albernaz Guimarães Lyle, brasileira, divorciada, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 26.197.013-6 SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº 294.958.288-56, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Fidalga, nº 800, apartamento 31, Pinheiros, CEP 05432-000, para ocupar o cargo de Diretora sem designação específica; (vi) os Diretores, ora eleitos, aceitaram o cargo para o qual foram designados e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da Companhia, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade. Após o cumprimento das formalidades legais, os novos membros da Diretoria foram investidos imediatamente em seus cargos, mediante a assinatura dos respectivos termos de posse lavrados em livro próprio e anexos à presente ata como Anexos V e VI. (vii) a fixação da remuneração global anual dos administradores, no valor de até R\$40.000,00, conforme distribuição a ser aprovada em reunião da Diretoria. **5. Encerramento:** E, por estarem assim justos e acertados, nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos e suspendeu a assembleia pelo tempo necessário à lavratura da presente ata que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada pelos presentes. São Paulo, 3 de abril de 2024. **Mesa:** Fernando Shayer – Presidente; Leticia Albernaz Guimarães Lyle – Secretária. **Acionistas:** Fernando Shayer; Leticia Albernaz Guimarães Lyle. **Visto do Advogado:** Artur Fernandes Andrezo – OAB/SP nº 239.365. **Estatuto Social - Capítulo I. Denominação, Objeto, Sede, Foro e Prazo de Duração - Artigo 1º.** A Chase Growth Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações que se rege pelas leis do comércio, por este Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis. **Artigo 2º.** A Companhia tem como objeto social as atividades de holding de instituições não financeiras. **Artigo 3º.** A Companhia tem sede fora na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Rua Crasso, número 41 (parte), Água Branca, CEP 05043-010, podendo criar e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional, mediante deliberação da Diretoria. **Artigo 4º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II. Capital Social e Ações - Artigo 5º.** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e parcialmente integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$500,00 (quinhentos reais) representado por 500 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo 1º.** Cada ação ordinária corresponde a um voto nas Assembleias Gerais da Companhia. **Parágrafo 2º.** Na hipótese de retirada de acionistas, o montante a ser pago pela Companhia a título de reembolso pelas ações detidas pelos acionistas que tenham exercido o direito de retirada nos casos autorizados por lei, deverá corresponder ao valor patrimonial de tais ações. **Capítulo II. Assembleia Geral - Artigo 6º.** A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia, tomar as resoluções que julgar convenientes a sua defesa e desenvolvimento, sendo convocada, instalada e realizada para os fins e na forma prevista em lei tomando-se as deliberações com o quórum legalmente previsto. **Parágrafo único.** As deliberações da Assembleia Geral obrigam a todos, inapelavelmente renunciando a minoria dissidente a todo e qualquer direito de embargar, obstaculizar e/ou impedir a consecução do que tiver sido deliberado, salvo os casos expressamente previstos neste Estatuto Social ou na lei. **Artigo 7º.** A Assembleia Geral será instalada e presidida por qualquer Diretor e em sua falta ou impedimento, por qualquer dos acionistas presentes. **Parágrafo único.** O Presidente da Assembleia escolherá um ou mais secretários. **Artigo 8º.** A Assembleia Geral Ordinária reunir-se-á dentro dos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, cabendo lhe decidir sobre as matérias de sua competência, previstas em lei. **Artigo 9º.** A Assembleia Geral Extraordinária reunir-se-á sempre que os interesses sociais exigirem pronunciamento dos acionistas e nos casos previstos em lei e neste Estatuto. **Capítulo III. Administração da Companhia - Artigo 10.** A Companhia será administrada por uma Diretoria. **Artigo 11.** A Diretoria será composta por até 2 (dois) Diretores, sem designação específica, todos residentes no País, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, com mandato unificado de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos. **Parágrafo 1º.** Compete fundamentalmente aos Diretores zelar pela observância da lei e deste Estatuto Social. **Parágrafo 2º.** A reunião reunir-se-á sempre que necessário, e a sua convocação cabe a qualquer dos Diretores. **Parágrafo 3º.** A reunião instalar-se-á com a presença de Diretores que representem a maioria dos membros da Diretoria. **Parágrafo 4º.** As atas das reuniões das deliberações da Diretoria serão registradas em livro próprio. **Parágrafo 5º.** Os membros da Diretoria tomam posse mediante assinatura do termo respectivo lavrado em livro próprio. **Artigo 12.** A Diretoria terá todos os poderes e atribuições que a lei do Estatuto Social da Companhia lhe conferir para a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, podendo decidir da prática de todos os atos de todas as operações que se relacionarem com o objeto da Companhia e que não forem de competência privativa da Assembleia Geral. **Artigo 13.** Todos os atos que criarem responsabilidade para com a Companhia, ou dispensem obrigações de terceiros para com ela, incluindo a representação da Companhia em juízo, ativa e passivamente, só serão válidos se forem assinados por 2 (dois) Diretores, ou por 1 (um) Diretor e 1 (um) procurador nomeado nos termos deste Estatuto. **Parágrafo único.** As procurações da Companhia deverão ser outorgadas por 2 (dois) Diretores, devendo as procurações ad negotia ter prazo de validade determinado. **Capítulo IV. Conselho Fiscal - Artigo 14.** A Companhia terá um Conselho Fiscal composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros suplentes em igual número, não tendo caráter permanente, que só será eleito e instalado pela Assembleia Geral a pedido de acionistas nos casos previstos em lei. **Artigo 15.** O funcionamento do Conselho Fiscal terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária após sua instalação, podendo os seus membros ser reeleitos. **Artigo 16.** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que o eleger. **Capítulo V. Exercício Social, Balanço e Resultados - Artigo 17.** O exercício social terá duração de um ano e terminará no último dia do mês de dezembro de cada ano. **Artigo 18.** Ao fim de cada exercício social serão elaboradas, com base na escrituração mercantil, demonstrações financeiras previstas em lei. **Parágrafo 1º.** A Diretoria poderá determinar o levantamento de balanço trimestral ou, respeitados os preceitos legais, em períodos menores, aprovar a distribuição de dividendos com base nos lucros apurados. **Parágrafo 2º.** A qualquer tempo, a Diretoria também poderá aprovar a distribuição de dividendos intermediários a conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. **Parágrafo 3º.** O valor, pago ou creditado, a título de juros sobre capital próprio, nos termos do artigo 9º, parágrafo 7º, da Lei nº 9.249/1995 e legislação e regulamentação pertinentes poderá ser imputado ao dividendo obrigatório, integrando tal valor montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos legais. **Parágrafo 4º.** Dividendos intermediários deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório. **Artigo 19.** Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados e a previsão para o imposto de renda. **Parágrafo único.** Do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução de que trata o parágrafo anterior destinar-se-á: (a) 5% (cinco por cento) para reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social integralizado; (b) do saldo do lucro líquido do exercício obtido após a dedução de que trata o parágrafo anterior e ajustado na forma do artigo 202 da Lei 6.404/1976, destinar-se-á 1% (um por cento) para pagamento de dividendo obrigatório a todos os seus acionistas; e (c) o saldo remanescente será a destinação que lhe for atribuída pela Diretoria, no pressuposto da aprovação pela Assembleia Geral e caso esta não delibere diversamente. **Capítulo VI. Liquidação - Artigo 20.** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, ou em virtude de deliberação da Assembleia Geral, e se extinguirá pelo encerramento da liquidação. **Parágrafo único.** A Assembleia Geral nomeará o liquidante, as formas e diretrizes a seguir e fixará os seus honorários. **Artigo 21.** Em caso de retirada de qualquer dos acionistas, a Companhia não será dissolvida, sendo reembolsadas as ações do acionista retirante nos termos do Artigo 5º, parágrafo 2º, deste Estatuto Social. **Parágrafo 1º.** Em caso de falecimento ou incapacidade de qualquer um dos acionistas, seus herdeiros ou sucessores serão admitidos na Companhia em substituição ao falecido ou incapacitado. **Parágrafo 2º.** A retirada ou morte do acionista não exime a seus herdeiros da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores. **Capítulo VII. Disposições Gerais - Artigo 22.** Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 (três) anos, contando da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia. **Artigo 23.** A Companhia observará os acordos de acionistas eventualmente vigentes e registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/1976, cabendo à Administração abster-se de registrar transferências de ações contrárias aos respectivos termos, e ao Presidente da Assembleia Geral abster-se de computar os votos lançados contra os mesmos acordos. **Artigo 24.** A Companhia, seus acionistas, e Diretores elegem o foro desta Capital, com renúncia qualquer outro, para decidir sobre toda qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles relacionada ou oriunda em especial da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação, e seus efeitos das disposições contidas na Lei nº 6.404/1976 e no Estatuto Social. **Mesa:** Fernando Shayer – Presidente; Leticia Albernaz Guimarães Lyle – Secretária. **Visto do Advogado:** Artur Fernandes Andrezo – OAB/SP nº 239.365. Juceesp sob o NIRE nº 353003689-0 em 26/04/2024. Marina Cristina Frei – Secretária Geral.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 01/04/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Ewally Instituição de Pagamento S.A.
CNPJ nº 00.714.671/0001-14 - NIRE 35.300.490.215
Aviso aos Acionistas

A Ewally Instituição de Pagamento S.A. ("Companhia"), vem por meio deste aviso, comunica, em atendimento ao disposto no art. 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 que encontram-se à disposição dos acionistas, na sede da Companhia, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua da Consolação, nº 2032, 4º andar, conjunto 142, sala 118, Consolação, CEP 01302-001, os seguintes documentos relativos aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025: (i) cópia das demonstrações financeiras da Companhia, (ii) o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos; e (iii) pareceres dos auditores independentes. São Paulo, 30 de março de 2026. **Joamir Parmejani Bisterzo** - Diretor Presidente.

Ewally Instituição de Pagamento S.A.
CNPJ/MF nº 00.714.671/0001-14 - NIRE 35.300.490.215
Assembleia Geral Ordinária - Edital de Convocação

Ficam convocados os acionistas da EWALLY INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A., sociedade anônima com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Rua da Consolação, nº 2302, 4º andar, conjunto 42, sala 118, Consolação, CEP 01302-001, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.714.671/0001-14 e na JUCESP sob NIRE 35.300.490.215 ("Companhia") na forma prevista no artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), no art. 8º, §1º e §2º do Estatuto Social da Companhia e das Cláusulas 6.1.1 e 6.1.2 do acordo de acionistas da Companhia celebrado em 4 de outubro de 2019, conforme aditado, para participar da Assembleia Geral Ordinária da Companhia ("Assembleia") que será realizada às 9:30 do dia 30 de abril de 2026, em primeira convocação, e às 9:30 do dia 05 de maio de 2026, em segunda convocação, de forma: (i) presencial, na sede da Companhia, bem como (ii) remotamente, por meio da plataforma eletrônica Google Meet, cujo link de acesso é meet.google.com/kuw-hnrz-zts, a fim de apreciar, discutir, examinar e deliberar sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: **Ordem do Dia:** deliberar sobre as seguintes matérias: (i) a aprovação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (ii) a aprovação do relatório da administração e das respectivas contas dos administradores relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025; e (iii) a aprovação da destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. São Paulo/SP, 30 de março de 2026. **Joamir Parmejani Bisterzo** - Diretor Presidente.

Tam Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A.
CNPJ/MF nº 52.045.457/0001-16 - NIRE 35.300.026.373
Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da TAM Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A. ("Companhia") a se reunirem às 10h do dia 09 de abril de 2026 na sede social da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Jorge Faleiros, 250, Jabaquara, facultada a participação digital através do link <https://encurtador.com.br/roXw>. A assinatura da respectiva Ata se fará por meio digital a ser disponibilizado, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: • Abertura de nova filial da companhia no Aeroporto da Pampulha, na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais. A Companhia informa que os documentos elencados na Lei 6.404/76 estarão à disposição dos Senhores Acionistas para livre consulta. São Paulo, 30 de março de 2026. **Leonardo Rosendo Fiuzza** - Diretor. (01, 02 e 03/04/2026)

Companhia Brasileira de Cartuchos
CNPJ/NF nº 57.494.031/0001-63 - NIRE 35.300.025.083
Aviso aos Acionistas

Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram à disposição na sede social, na cidade de Ribeirão Pires/SP, na Avenida Humberto de Campos, nº 3.220, Bocaina, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2025. Ribeirão Pires, 31 de março de 2025. **A Diretoria.** (01, 02 e 03/04/2026)

Delphys Partners S/A
CNPJ 48.368.863/0001-42 - NIRE 3530060818-6
Ata de Assembleia Geral Extraordinária

No dia 27 de março de 2026, às 15h30min, reuniram-se de forma digital, considerando-se realizada na sede social da Companhia, localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.144, Andar 3, bairro Jardim Paulistano, em São Paulo/SP, CEP nº 01.451-000, inscrita no CNPJ sob o nº 48.368.863/0001-42, nos termos da Instrução Normativa DREI nº 79, de 14 de abril de 2020. Na abertura dos trabalhos foi verificada a regularidade dos instrumentos de representação dos respectivos procuradores, sendo instalada com a presença dos acionistas representando 75% do capital social, a saber: **Beta Participações Ltda**, sociedade empresária limitada, com sede estabelecida na Rua da Bahia, nº 1.345, Sala nº 1.508, bairro Centro, em Belo Horizonte/MG, CEP nº 30.160-011, inscrita no CNPJ sob o nº 07.034.038/0001-24, na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - JUCEMG sob o NIRE nº 3120713107-0, neste ato representada pelo procurador, Dr. Daniel Mendes Barbosa, advogado, inscrito na OAB/MG nº 100.177; **FS Pergher Empreendimentos e Participações Ltda**, sociedade empresária limitada, com sede estabelecida na Avenida José Andraus Gassani, nº 2215, Sala nº 04, bairro Industrial, em Ubertândia/MG, CEP nº 38.402-324, inscrita no CNPJ sob o nº 50.468.699/0001-97, na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - JUCEMG sob o NIRE nº 31214040858, neste ato, representado por seu sócio administrador, Fábio Pergher, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, residente e domiciliado na Rua Constantino de Sousa, nº 1.144, Apartamento nº 1.709, Condomínio Sky Campo Belo, bairro Campo Belo, em São Paulo/SP, CEP nº 04.605-003, inscrito no CPF sob o nº 766.180.216-34 e documento de identidade CNH sob o nº 04143548276, expedido pelo DNT/MG, e-mail: fabio@startquimica.com.br; ausentes os acionistas **Assis Nicodemus Soluções & Participações Ltda**, (CNPJ nº 49.781.703/0001-93), e **Sidney Nicodemus Da Silva**, (CPF nº 610.430.876-72). Foi eleito para presidir os trabalhos o Dr. Daniel Mendes Barbosa (OAB/MG nº 100.177) e, para secretária-á, a Dra. Jéssica Santos da Costa (OAB/MG nº 207.680). Pelo presidente foi instalada a Assembleia em sua primeira convocação e lida a ordem do dia. **Ordem do Dia:** 1) Proposta de aumento do capital social de R\$200.000,00 (duzentos mil reais) para R\$15.000.000,00 com a emissão de 14.800.000 (quatorze milhões e oitocentas mil) ações. **Deliberações:** Pelo presidente foi informado que o capital social atual, originalmente definido pelos acionistas, é insuficiente para suportar o capital necessário das atividades econômicas da companhia a título de investimentos em suas empresas controladas e suportar os custos e despesas da própria Companhia. Isso porque a companhia tem feito extensos investimentos em projetos, tecnologias e estruturas através de suas empresas controladas, nas áreas de indústria de grafeno, produção de catalizadores, projetos de descarbonização, aglomeração de finos de minérios, produção de hidrogênio entre outras atividades. Com isso, o aumento de capital permitirá suprir necessidades atuais de investimentos, bem como reduzir parcela de mútuos efetuados pelos acionistas, melhorando os índices de liquidez e solidez financeira da Companhia. Tal capitalização também possibilitará prováveis captações de recursos junto ao mercado financeiro. Uma vez prestadas as informações e justificativas, foram aprovadas, por unanimidade e sem ressalvas, as seguintes matérias constantes da ordem do dia: 1) aumento do capital social da Companhia no valor de R\$14.800.000,00 (quatorze milhões e oitocentas mil reais) mediante a emissão de 14.800.000 (quatorze milhões e oitocentas mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, que serão, em tudo, idênticas às ações ordinárias já existentes, pelo preço de emissão de R\$1,00 (um real) cada. O capital social da Companhia passará, então, de R\$200.000,00 (duzentos mil reais) para R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais). O pagamento do preço das ações respectivamente subscritas, na proporção das participações de cada acionista, deverá ser feito mediante pagamento em moeda corrente ou compensação com créditos existentes para com a Companhia. Os acionistas terão direito de preferência na subscrição das novas ações, proporcionalmente às suas respectivas participações no capital social. O direito de preferência na subscrição das novas ações emitidas deverá ser efetivado no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da publicação da presente ata no mesmo jornal em que foi veiculado o edital de convocação. O saldo de ações não subscritas poderá ser subscrito pelos acionistas remanescentes, na proporção de suas participações, depois de excluídas as participações dos acionistas não subscritores. Diante da deliberação, fica aprovada a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social que passará a vigor com a seguinte redação: ARTIGO 5º O capital social subscrito e integralizado da Sociedade é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Nada mais tendo sido deliberado, foi encerrada a assembleia e lavrada a presente ata por mim, Jéssica Santos da Costa que, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes (Beta Participações Ltda, representada por Daniel Mendes Barbosa, FS Pergher Ltda representada por Fábio Pergher) **Mesa:** Daniel Mendes Barbosa - Presidente; Jéssica Santos da Costa - Secretária.



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 01/04/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

